

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NICOLE FASSIO MAHLOW TRICARICO

UM MAPEAMENTO DOS ESTUDOS SOBRE
A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA ÁFRICA DO SUL

CURITIBA

2022

NICOLE FASSIO MAHLOW TRICARICO

UM MAPEAMENTO DOS ESTUDOS SOBRE
A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA ÁFRICA DO SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, no Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Eugênio Pereira

Linha de Pesquisa: Instituições Políticas e Processos decisórios

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Tricarico, Nicole Fassio Mahlow

Um mapeamento dos estudos sobre a transição democrática na África do Sul / Nicole Fassio Mahlow Tricarico. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Eugênio Pereira.

1. Democracia. 2. Transição democrática. 3. África do Sul.
I. Pereira, Alexsandro Eugênio, 1972-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
III. Título.

Bibliotecária: Romilda Aparecida dos Santos CRB-9/1214

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **NICOLE FASSIO MAHLOW TRICARICO** intitulada: **Um mapeamento dos estudos sobre a transição democrática na África do Sul**, sob orientação do Prof. Dr. ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Agosto de 2022.

Assinatura Eletrônica

30/08/2022 13:41:03.0

ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

31/08/2022 19:35:04.0

CAROLINE CORDEIRO VIANA E SILVA

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER)

Assinatura Eletrônica

30/08/2022 17:46:30.0

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico essa dissertação a minha mãe e ao
meu pai, que sempre estiveram ao meu
lado. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento vai para os meus pais e meu irmão. Sem eles nada escrito aqui faria sentido. Meu pai e minha mãe são a base da minha formação como ser humano e como profissional e meu irmão é minha esperança para um futuro que valoriza a ciência, a justiça e a igualdade. Esse trabalho é dedicado a vocês.

Gostaria de agradecer imensamente ao apoio que recebi do meu orientador professor Alexsandro. Vivemos uma orientação pandêmica, em que nos vimos pessoalmente apenas na entrevista para o ingresso no programa. Mas mesmo com a distância, ele se fez presente e atento a todo momento. Se houvessem mais profissionais como ele, a academia seria um lugar muito melhor para se formar pesquisadores no nosso país.

Ao professor Rafael Salatini, que me acompanha desde a graduação, e me coorientou em diversos momentos. Um professor excepcional e um orientador extremamente atencioso e dedicado.

Aos demais professores da UFPR e funcionários do programa de pós-graduação, um corpo docente e profissional muito competente e qualificado, foi uma honra aprender com vocês.

Agradeço aqui também a todos que estiveram ao meu lado nessa caminhada, minhas amigas Nicole, Lys, Marina, Jéssica e Ana Luiza. Aos meus padrinhos Roseli e Edson, Cirlei e Mauro. Que sempre me apoiaram e incentivaram. Sou grata também por aqueles que mesmo de longe se fizeram presentes nesses dois anos, como minha tia Regiane e meu tio Marcelo.

Agradecer também ao Gabriel, por me ajudar nos momentos mais difíceis (principalmente na escrita do segundo capítulo, sua ajuda foi fundamental) e por estar ao meu lado para celebrarmos nossas conquistas, tudo nosso.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

"South Africa's transition from apartheid to a truly multi-racial democracy stands as one of the significant political events of the last century".

Robert Inman (2013)

“ A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”

Nelson Mandela (2003)

RESUMO

A presente dissertação é uma proposta de revisão de escopo da literatura dos estudos sobre transição democrática na África do Sul. Um trabalho que se propôs a responder a seguinte questão: como a ciência política e as relações internacionais estudaram a transição democrática no caso sul africano? Um caso bastante emblemático que se tornou objeto de pesquisa de inúmeros trabalhos nas últimas décadas. Uma pesquisa de caráter exploratório desenvolvida a partir do processamento dos dados obtidos dos periódicos indexados na base da Scopus, que inicialmente totalizavam 227 trabalhos. Um N que foi reduzido a 154, após a filtragem utilizando o recorte temporal (1996 a 2021), o recorte por área do conhecimento (ciências sociais) e por formato (artigos). Em seguida, os metadados foram tratados com auxílio das ferramentas VOSviewer e Bibliometrix (RStudio), analisados e mapeados com a finalidade de compreender o comportamento da bibliografia base, das teorias utilizadas pelos estudos e as subáreas desses artigos. A hipótese levantada foi a de que os trabalhos provavelmente se encaminhariam para oito subáreas temáticas (que compõem de forma geral as áreas de relações internacionais, ciência política e ciências sociais). Após o mapeamento foram verificadas a existência de nove áreas temáticas, uma a mais do que a prevista. Ao final, analisou-se qualitativamente o comportamento dos cinco artigos mais influentes de cada uma das nove subáreas temáticas identificadas. Os 45 artigos totalizam uma amostra analisada e classificada de acordo com correntes teóricas da transição democrática, local de origem desses estudos, período e metodologia empregada. Dessa forma, o estudo se propôs a desenvolver um panorama teórico e metodológico capaz de organizar a literatura de um caso em particular, que possui uma produção científica significativa, e poderá assim se tornar base para futuros trabalhos sobre os processos que envolvem uma mudança para um regime democrático, e a metodologia e processos aqui utilizados possuem potencial para replicabilidade em outros estudos das áreas de ciências humanas.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Teoria democrática; Transição democrática, África do Sul, Pós apartheid; Mapeamento.

ABSTRACT

The present dissertation is a proposal for a scoping review of the literature on studies on democratic transition in South Africa. A work that set out to answer the following question: how have political science and international relations studied the democratic transition in the South African case? A very emblematic case that has become the object of research in numerous works in recent decades. An exploratory research developed from the processing of data obtained from journals indexed in the Scopus database, which initially totaled 227 works. An N that was reduced to 154, after filtering using the temporal cut (1996 to 2021), the cut by area of knowledge (social sciences) and by format (articles). Then, the metadata were processed using the VOSviewer and Bibliometrix (RStudio) tools, analyzed and mapped in order to understand the behavior of the base bibliography, the theories used by the studies and the subareas of these articles. The hypothesis raised was that the works would probably be directed to eight thematic sub-areas (which generally comprise the areas of international relations, political science and social sciences). After the mapping, nine thematic areas were verified, one more than expected. At the end, the behavior of the five most influential articles in each of the nine thematic sub-areas identified was qualitatively analyzed. The 45 articles total a sample analyzed and classified according to theoretical currents of the democratic transition, place of origin of these studies, period and methodology used. In this way, the study aimed to develop a theoretical and methodological overview capable of organizing the literature of a particular case, which has a significant scientific production, and may thus become the basis for future works on the processes that involve a change to a democratic regime, and the methodology and processes used here have the potential to be replicated in other studies in the areas of human sciences.

KEYWORDS: Democracy; Democratic theory; Democratic transition, South Africa, post-apartheid; Mapping.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	A definição de Contágio	37
FIGURA 2	A definição de Controle	38
FIGURA 3	A definição de Consentimento	39
GRÁFICO 1	Documentos indexados na Scopus entre os anos de 2011 e 2021 com o termo “ <i>Democratic Transition</i> ”	42
GRÁFICO 2	Países de origem dos trabalhos	43
GRÁFICO 3	Universidades de origem dos trabalhos	43
FIGURA 4	Relações de coautoria da amostra de 154 artigos	57
FIGURA 5	Os autores mais relevantes em produção no tema	58
FIGURA 6	Os documentos mais citados globalmente	59
FIGURA 7	Relações de co-citação dos artigos	61
FIGURA 8	<i>Three Fields Plot</i> (Referências citadas, Autores e Palavras-chave)	62
FIGURA 9	Termos mais citados	63
FIGURA 10	Relevância dos termos no decorrer do tempo	64
FIGURA 11	Análise de co-ocorrência das palavras-chave	64
FIGURA 12	Mapeamento das áreas temáticas	66
FIGURA 13	Pirâmide representando as 3 etapas da construção da dissertação	69
GRÁFICO 4	Contagem do país de origem dos autores dos 45 artigos	115
GRÁFICO 5	Contagem da corrente teórica dos 45 artigos	117
FIGURA 14	Comportamento teórico nos estudos sul africanos	118

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	As correntes teóricas da transição	18
QUADRO 2	Os argumentos metodológicos de Dankwart Rustow	29
QUADRO 3	Os conceitos-chave por Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter	30
QUADRO 4	Os regimes autoritários e os processos de democratização	34
QUADRO 5	As etapas de um estudo bibliométrico	52
QUADRO 6	Os tipos de análise e as suas respectivas perguntas	53
QUADRO 7	Filtragem dos documentos na base da Scopus	56
QUADRO 8	Classificação de cada Cluster por Áreas de Estudos	65
QUADRO 9	A relação entre os componentes da reconciliação e os mecanismos de consolidação democrática	101
QUADRO 10	Dados dos 45 artigos compilados e relacionados com a corrente teórica da transição democrática	113

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REVISÃO TEÓRICA DA TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA CIÊNCIA POLÍTICA	18
2.1	AS TEORIAS FUNCIONALISTAS	22
2.2	AS TEORIAS DA TRANSIÇÃO	27
2.3	O DEBATE ATUAL: TRANSITOLOGIA E CONSOLIDOLOGIA	39
2.4	ALGUMAS CONCLUSÕES E DESAFIOS TEÓRICOS	44
3	REVISÃO BIBLIOMÉTRICA E O ESTADO DA ARTE: TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA ÁFRICA DO SUL	48
3.1	UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA	49
3.1.1	O fluxo de um mapeamento bibliométrico	52
3.1.2	A construção da análise	55
3.1.3	Leitura e análise bibliométrica no Voviewer e Bibliométrix	56
3.2	AS NOVE ÁREAS TEMÁTICAS E PRÓXIMOS PASSOS	67
4	OS ESTUDOS MAIS RELEVANTES DE CADA ÁREA TEMÁTICA SOBRE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA ÁFRICA DO SUL	69
4.1	UMA BREVE RETOMADA	69
4.2	AS NOVE ÁREAS TEMÁTICAS.....	70
4.2.1	Elites Políticas	70
4.2.2	Geopolítica	74
4.2.3	Bem-estar social	79
4.2.4	Economia política	86
4.2.5	Sociedade civil	90

4.2.6	Estudos estratégicos	94
4.2.7	Estado democrático	99
4.2.8	Instituições democráticas	104
4.2.9	Segurança	109
4.3	RESULTADOS FINAIS	112
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação propõe-se a desenvolver um mapeamento dos estudos empreendidos na temática da transição democrática na África do Sul. Um trabalho de caráter exploratório a fim de identificar para quais subáreas da ciência política e das relações internacionais esses estudos se encaminham e qual foi a base teórica e as principais referências utilizadas por eles quando abordam o tema da transição democrática, no caso sul africano. A dissertação procurou responder a seguinte questão problema: Como a ciência política e as relações internacionais vêm estudando a transição democrática no caso sul africano?

Vale lembrar que a África do Sul vivenciou um processo histórico político importante para os estudos de transições políticas, principalmente entre os casos que compõem a chamada “terceira onda de democratização” (HUNTINGTON, 1997). O país vivenciou um dos regimes mais repudiados do mundo, o *apartheid*, no qual a desigualdade econômica e social, a violência e especialmente a segregação racial estiveram, não apenas materialmente, mas também legalmente presentes. O país realizou uma transição democrática que resultou num inaudito processo de pacificação social e política que se consagrou em sua atual Constituição (de 1996). Um caso emblemático, como a revisão de literatura vai apontar, por ser dotado de inúmeras especificidades que o tornaram um objeto de pesquisa de inúmeros trabalhos nas últimas décadas.

Na elaboração do projeto que originou a presente dissertação, foi feita uma análise do campo relativa à temática da transição democrática no caso sul africano. Com base na leitura de cerca de 20 artigos indexados na base da Scopus, foi possível compreender melhor o caso sul africano e também mapear inicialmente o comportamento dos trabalhos escritos sobre o tema da transição democrática na África do Sul. A partir desses trabalhos foi possível elaborar uma possível classificação em áreas temáticas, nas quais os artigos poderiam estar classificados. Vale ressaltar, que esse mapeamento, mesmo que inicial serviu como base para a estruturação do terceiro capítulo, e ele representa uma hipótese de comportamento e de uma possível classificação dos trabalhos sobre a transição democrática no caso da África do Sul. Hipótese essa que será testada no decorrer do tratamento e leitura dos dados bibliométricos, no segundo capítulo do trabalho.

O primeiro capítulo desenvolveu-se de forma a preparar o terreno do trabalho, trazendo o debate e a formação dentro da ciência do conceito de transição democrática.

Uma revisão narrativa cronológica dos estudos que se debruçaram sobre o tema da passagem política de autocracias para democracias.

No segundo capítulo, os esforços estiveram voltados justamente para confirmar se essa classificação inicial, nas oito áreas temáticas, se confirma com a amostra de artigos selecionados. A revisão bibliográfica sistemática desenvolvida com o propósito de produzir uma pesquisa de caráter exploratório, que foi realizada por meio de técnicas de revisão sistemática de literatura juntamente com procedimentos de uma abordagem bibliométrica. Dessa forma, com base num mapeamento inicial foram identificados 154 artigos indexados na base da Scopus. Foram consultadas outras bases de dados como a Scielo e Web of Science, mas optou-se pela utilização apenas da Scopus, pois ela possui uma ampla documentação, e notou-se que a maioria dos trabalhos indexados na Scopus aparecem também em bases como a Web of Science. Outro fator importante para a escolha da base da Scopus, foi a facilidade de acesso aos dados da plataforma, ela mesma já organiza muito bem todos os metadados para uma análise bibliométrica. É possível exportar diretamente da Scopus para as ferramentas de análise.

O primeiro passo dado, na direção de definir um recorte desses trabalhos, foi filtrar dentro da própria base, com as ferramentas disponíveis. Primeiramente, com a busca das palavras-chave “*democratic transition*” e “*South Africa*”, obteve-se 227 documentos. Em seguida, o filtro subárea do conhecimento foi selecionado em “*Social Sciences*”, resultando em 199 artigos. Por fim, o formato artigo (163 documentos) e o recorte temporal de 1996 a 2021 (154 documentos).

A análise desses 154 artigos permitiu a categorização e a quantificação das características metodológicas, unidades de análises, comportamento do conteúdo desses trabalhos, as propostas teóricas e de mensuração, além de possibilitar a categorização e agrupamento dos resultados encontrados. Para isso, foram utilizados os softwares VOSviewer e Bibliometrix (do RStudio). Esses programas foram capazes de mapear citações e acoplamentos bibliográficos. Foram observados, nesse estudo específico, os termos utilizados nos resumos, títulos e palavras-chave. Os recursos fornecidos pelos programas foram utilizados para identificar a estrutura intelectual desse campo científico, além de possibilitar a aproximação de documentos a partir de temas e abordagens comuns.

Por fim, no terceiro capítulo, foi realizada uma análise do conteúdo dos cinco artigos mais relevantes (parâmetros de relevância da própria base da Scopus) de cada uma

das áreas identificadas. É importante trazer aqui, quais os fatores são levados em conta nessa classificação por relevância da base de periódicos. Cada documento indexado e filtrado pela relevância é resultado de um cálculo de seis fatores principais, equilibrados entre si. São eles: 1. O número de acertos (quanto mais frequentemente um termo ocorre no documento, maior a probabilidade dele ser relevante para a temática do artigo); 2. Significância da palavra (nem todas as palavras são igualmente importantes. Um termo que ocorre em quase todos os documentos pontua menos do que algo incomum, a base utiliza cálculos baseados em *Term Frequency/Inverse*). 3. Localização da palavra (Também é importante onde os termos ocorrem no documento. Se uma palavra estiver no título, resumo ou palavras-chave em um artigo científico, provavelmente é muito importante. Se for mencionado apenas nas referências, provavelmente não é muito importante. Para refletir esse contraste, a Scopus atribui pesos diferentes aos resultados em diferentes seções do documento). 4. Posição no documento (quanto mais cedo no texto um termo ocorrer, mais importante ele provavelmente será. A posição da primeira ocorrência, portanto, contribui para o ranking). 5. Proximidade (Quanto mais próximos forem encontrados termos diferentes da consulta, maior será a pontuação). 6. Completude (se uma consulta consistir em várias palavras, um documento que contenha todas as palavras dentro do mesmo campo terá pontuação mais alta do que um em que as palavras estejam espalhadas por todo o documento)¹.

O ideal seria fazer uma análise qualitativa, a partir da leitura e síntese das principais características, de todo o N de 154 artigos, porém, por questões de viabilidade e tempo disponível para a elaboração do presente trabalho, optou-se em fazer um recorte de cerca de 30% desses trabalhos. No transcorrer do capítulo, os 45 artigos selecionados foram analisados e organizados em cada área temática, observando o diálogo estabelecido entre esses trabalhos e os autores que teorizaram o conceito de transição democrática. Para unir cada parte dessa pesquisa, foi elaborada uma tabela compilando: áreas temáticas, autores, correntes teóricas e origem desses trabalhos. Essa dissertação buscou em todos os momentos trazer um certo tipo de ordenamento dentro da produção acadêmica sobre o tema da transição democrática na África do Sul.

¹ Informações retiradas do site da Scopus: https://service-elsevier-com.ez22.periodicos.capes.gov.br/app/answers/detail/a_id/14182/supporthub/scopus/kw/relevance/ (acessado em 16/08/2022)

Uma temática que rendeu inúmeros estudos nas últimas décadas, e a opção por este tema resulta justamente da percepção da existência de um déficit de produção acadêmica nacional no nível da teoria da transição para a democracia e da ausência de um ordenamento aplicável ao estudo do caso sul africano. Ao organizar essa literatura foi possível observar quais as tendências metodológicas e teóricas desses estudos em cada uma das subáreas temáticas que compõem os campos da ciência política e das relações internacionais. O que contribuirá na compreensão das condições gerais necessárias para a ocorrência de resultados positivos, e apoiará futuros trabalhos, principalmente comparativos, que possam utilizar o caso sul africano para enxergar outras realidades, como a brasileira por exemplo.

Para responder à questão pontuada, a presente dissertação está dividida em três momentos específicos. Primeiramente desenvolveu-se uma revisão de literatura do conceito de transição democrática, apontando os principais autores que contribuíram para a evolução do entendimento e aplicação do conceito na ciência política e nas relações internacionais, buscando, assim, compreender de que forma o conceito se comporta nessas áreas do conhecimento. Em seguida, realizou-se um mapeamento do comportamento dos trabalhos acerca da transição democrática na África do Sul, identificando artigos indexados na base da Scopus, com dados tratados nos softwares VOSviewer e Bibliometrix. Nessa fase, buscou-se observar os seguintes aspectos: a literatura teórica base desses estudos, como os autores dialogam entre si e em quais subáreas temáticas eles estão dispostos. E, por fim, foi elaborada uma análise e interpretação dos dados coletados e mapeados, buscando compreender e apontar as particularidades do caso sul africano. Nessa fase final, foram selecionados os cinco trabalhos mais influentes (de acordo com os parâmetros da própria base da Scopus) de cada uma das subáreas temáticas.

Nesse sentido, a análise dos aspectos da transição democrática na África do Sul mostra-se de grande importância dentro do campo de estudos sobre a realidade política dos casos africanos que vêm sendo consideravelmente incrementados nas áreas acadêmicas de Ciências Sociais e Relações Internacionais brasileiras, com considerável importância científica e internacional.

2 REVISÃO TEÓRICA DA TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA CIÊNCIA POLÍTICA

Nesse primeiro capítulo a intenção foi desenvolver uma revisão narrativa cronológica de estudos que se debruçaram sobre o tema da passagem política de autocracias para democracias. Desde os anos 1950 diversos teóricos buscaram explicações para o porquê e como acontecem as mudanças políticas de regimes em diversos contextos históricos, políticos e sociais. Pretende-se aqui perpassar por alguns dos trabalhos centrais do campo, vale lembrar que algumas pesquisas importantes não foram exploradas devido às próprias limitações da dissertação, não pretendendo aqui esgotar a discussão e análise sobre o conceito de transição democrática, mas propondo algumas interpretações que nos auxiliará mais a frente a enxergar os estudos sobre o caso sul africano.

Esse conjunto de estudos foi sistematizado na Tabela 1. Para a elaboração dessa tabela foi utilizado como guia o artigo “As teorias da transição para a democracia e o caso português” de Bernardo Pires de Lima e Tiago Moreira de Sá. Neste trabalho os autores elaboraram uma breve linha do tempo em que localizam correntes teóricas e suas abordagens mais relevantes sobre transições políticas. O objetivo central do artigo de Lima e Sá é apresentar um panorama teórico a fim de localizar o caso português, que é o estudo de caso proposto pelos autores. A partir dessa revisão narrativa, foi possível elaborar o Quadro 1 a seguir e algumas reflexões foram feitas além da exposição dos autores portugueses, com o auxílio de outros trabalhos e artigos que versam sobre o tema. Trazendo uma tentativa de ampliação do alcance da discussão trazendo o debate mais atual sobre a temática.

QUADRO 1 - As correntes teóricas da transição

	LINHA TEÓRICA	PERÍODO	AUTORES	PRINCIPAIS ATRIBUTOS
TEORIAS FUNCIONALISTAS	MODERNIZADORA	Anos 1950, pós-segunda guerra	Seymour Lipset, David Apter, Phillips Cutright, Robert Jackman e Arthur Smith	<u>Tese</u> : desenvolvimento econômico e a modernização seriam os pré- requisitos para um sistema de governança democrático
	POLÍTICA CULTURAL	1960	Gabriel Almond, Sidney Verba, Daniel Lerner ou Gunnar Myrdal	<u>Tese</u> : são os fatores internos da cultura política de um país que serão favoráveis ou não para o desenvolvimento democrático
	ESTRUTURALISTA	Anos 1960	Barrington Moore	<u>Tese</u> : vê na mudança e transformação das estruturas de poder de um país, resultado de lutas políticas e sociais, o pré-requisito da democratização.
	CRÍTICA	1970	Nicos Poulantzas	<u>Tese</u> : baseia-se na ideia de que a natureza de um Estado é o resultado direto da relação de forças entre as classes sociais que o compõem.
TEORIAS DA TRANSIÇÃO	GENÉTICA	1970	Dankwart Rustow	<u>Tese</u> : Que condições tornam a democracia possível e quais as que permitem o seu desenvolvimento? A resposta encontra-se no correto

				entendimento do fenômeno da transição para a democracia. Um processo dinâmico de mudança, marcado pela contingência e a incerteza. A argumentação de que o processo em apreço não é uniforme, podendo variar consoante o país – «podem existir muitos caminhos para a democracia».
	NATIVISTA	1980	Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter	<u>Tese</u>: as razões explicativas para esses processos políticos estão nos fatores domésticos e internos Formulação de um conjunto de variáveis gerais: : a) posicionamento do bloco de apoio ao anterior regime autoritário; b) papel das Forças Armadas durante o autoritarismo e na transição; c) ação dos novos atores políticos; d) realização, ou não, de pactos; e) realização de eleições
	INTERNACIONAL	1990	Juan Linz e Alfred Stepan	<u>Tese</u>: a dimensão internacional ou, nas suas palavras, «influências internacionais», como um elemento condicionador do resultado final da transição democrática. Os autores inscrevem-

				se, assim, numa nova perspectiva que tende a valorizar o fator externo ao contrário do pressuposto «nativista»
		1990	Samuel Huntington	<u>Tese:</u> elaboração de modelos analíticos agrupando os diversos casos, tendo por base as suas semelhanças e diferenças no modo como se processou a mudança de regime. Partindo do critério da importância relativa dos detentores do poder e da oposição no regime anterior, o autor identificou três grandes modelos: <i>transformation</i> , <i>replacement</i> e <i>transplacement</i> .
		1980	Lawrence Whitehead	<u>Tese:</u> embora continuasse a postular a predominância das forças internas na transição, chamavam a atenção para a importância do impulso externo, sobretudo nos casos de maior incerteza quanto ao resultado final do processo político. Buscaram sistematizar os métodos pelos quais as forças externas podem influenciar a mudança de regime num determinado país.

TRANSITOLOGIA E CONSOLIDOLOGIA		2000	Nicolas Guilhot e Philippe Schmitter	<u>Tese:</u> sistematizaram os conceitos de transição e consolidação democrática. Seus estudos se tornaram base para a separação epistemológica de transitologia e consolidologia.
--------------------------------------	--	------	---	---

Fonte: elaborado pela autora

Observando o quadro desenvolvido é possível notar duas grandes correntes teóricas que fundaram os estudos sobre transição democrática dentro da ciência política. Nem sempre esses estudos carregaram o nome de transição ou transitologia, que é o nome dado hoje pela Ciência Política para estudos que se empenham em explicar os desdobramentos e as condições envolvidas dentro de um processo de passagem de regimes políticos. Apesar de nem sempre possuírem essa nomenclatura, inúmeros trabalhos vêm sendo desenvolvidos desde os anos 1950, com início na corrente das teorias funcionalistas, que se propuseram a encontrar condições e pré-requisitos para instauração de um regime democrático. Dentro dessa linha é possível observar três tipos de abordagens: aquelas que encontraram explicações e pré-requisitos dentro de condições econômicas; aquelas também que depositaram as pré-condições em requisitos estruturais; e aquelas que se fundaram em requisitos culturais. Duas décadas depois, nos anos 1970, com o grande contingente de novas democracias, uma nova linha de estudos é inaugurada, já não mais guiada pela tentativa de encontrar os requisitos necessários para a democratização, mas sim por trabalhos guiados pelo ensejo de compreender a dinâmica democrática per si, atores políticos e instituições e como o meio tanto interno quanto externo que são capazes de influenciar toda a dinâmica democrática.

Nota-se a importância de desenvolver esse panorama mesmo que inicial dos primórdios dos estudos sobre transições, porque essa base explicará depois o comportamento de outros trabalhos mais contemporâneos, para que assim seja possível entender a movimentação do conhecimento ao longo do tempo. De forma que seja possível responder algumas questões que são responsáveis por guiar qualquer estrutura de revisão de literatura: quais são os autores fundamentais no campo de estudo sobre

transições, como eles conversam entre si no decorrer do tempo, quais temas e ideias são fundamentais para o transcorrer do debate e como as argumentações estão relacionadas entre si.

O que será apresentado neste primeiro capítulo será basicamente uma revisão narrativa cronológica, ou seja, a análise de um conjunto bibliográfico que versa sobre um tema comum, em que a matriz guia para a organização e apresentação das ideias será a cronologia, o comportamento desses trabalhos no transcorrer do tempo. E, ao final, há uma tentativa de aproximação de uma metodologia de revisão crítica, ao apresentar o contexto atual sobre tema, buscando desenvolver reflexões tanto conceituais quanto metodológicas e a possibilidade de novos caminhos.

2.1 AS TEORIAS FUNCIONALISTAS

Ao longo dos anos 1950 e 1960 pesquisas e estudos foram desenvolvidos na tentativa de elaborar uma teoria capaz de explicar as condições necessárias para a emergência de um sistema democrático. Essas teorias que preconizavam pré-condições à democracia ficaram conhecidas como Teorias Funcionalistas. Essa corrente teórica foi formada por três linhas principais de argumentação, três abordagens que se diferenciam pela escolha de quais pré-requisitos seriam esses.

No período pós-segunda Guerra Mundial, nasce a primeira abordagem conhecida como Modernizadora, denominação resultante do fato “de que o seu principal argumento sustenta que tanto o desenvolvimento econômico como a modernização são pré-requisitos do sistema democrático (...), ou seja, ao considerar que um país se torna democrático quando atinge elevados níveis de rendimentos per capita, bem-estar e industrialização” (Lima & Sá, 2005, pg 128). E foi uma perspectiva que predominou nesse campo de estudos até os anos 1960, e teve como precursores autores como David Apter, Phillips Cutright, Robert Jackman e Arthur Smith. Mas foi a Seymour Lipset que ficou atribuída a sistematização teórica mais fundamentada dessa corrente.

A obra de Lipset “O homem Político” inicia com o panorama histórico e definindo o que é democracia. Isso é um ponto bastante relevante que será retomado mais ao final desta revisão. Mas vale ressaltar o ponto de discussão, pois além dos argumentos apresentados por todas as correntes teóricas e contextos, todas têm em comum um ponto central que será tratado mais tardar nesta revisão, que é a questão da própria definição do que é democracia para todos esses autores.

O autor propõe nesta obra a elaboração de um exame de duas características que considera centrais em uma sociedade e que são capazes de influenciar de maneira substancial no que tange à estabilidade das democracias: desenvolvimento econômico e legitimidade (o grau em que as instituições são valorizadas e consideradas adequadas dentro da sociedade). “Neste capítulo, estou fundamentalmente interessado nas condições sociais — como a educação — que servem para sustentar os sistemas políticos democráticos, e não examinarei em detalhes os mecanismos internos, como as regras específicas do jogo político, que servem para mantê-los” (Lipset, 1967, pg 47).

Sua proposta, então, é a de elaborar um estudo comparado envolvendo países tanto da Europa, como América do Norte e Latina a fim de testar a hipótese que ele levanta de que a generalização mais comum associada aos sistemas políticos seja a de que a democracia está relacionada com a situação de desenvolvimento econômico da nação. Ou seja, quanto mais próspera a nação, maiores são as probabilidades dela ser capaz de sustentar a democracia. E para esse teste de hipótese, o autor apresenta vários índices de desenvolvimento econômico — riqueza, industrialização, urbanização e educação — e extrai médias para os países que foram classificados como mais ou menos democráticos no mundo anglo-saxônico, na Europa e na América Latina (Lipset, 1967, pg 50).

Dessa forma, sua conclusão caminhou na direção de argumentar que o grau de urbanização se encontra diretamente relacionado com a existência de democracia. Mas vale lembrar que em toda a obra ele atenta-se para o fato de que o desenvolvimento econômico per si não é capaz de gerar democracia, mas que seria o pilar fundamental para uma série de evoluções intrínsecas à democracia, como os níveis de educação e saúde.

Essa abordagem dominou o campo de estudos até os anos 1960, perdendo gradativamente relevância pelo fato de que em casos concretos e empíricos sua tese não corroborava e não se mostrava tão estável. De maneira empírica, as dificuldades apareciam ao observar alguns países como Portugal, Grécia e Espanha que transitaram para a democracia e não possuíam níveis altos de desenvolvimento e na contramão países como o Chile, que apesar da industrialização elevada, ainda sim foi um caso de autoritarismo por várias décadas.

Nesse lapso metodológico e conceitual uma nova abordagem dentro das teorias funcionalistas ganha força e espaço. Ainda buscando encontrar pré-requisitos para a democracia, mas não mais voltada para fatores econômicos, mas sim para a cultura

política de uma nação. Nas formulações da abordagem Política Cultural autores como Gabriel Almond, Sidney Verba, Daniel Lerner ou Gunnar Myrdal apontaram para as estruturas culturais como as responsáveis pelo sucesso ou insucesso das democratizações. Vale a pena trazer para essa revisão alguns dos argumentos de Almond e Verba, que dialogam diretamente com as proposições de Lipset.

Em 1963, Almond e Verba desenvolveram a obra “A cultura cívica”, na qual sustentam que as condições culturais são a chave para compreender o estabelecimento, a manutenção e a estabilidade democrática. Dessa forma, elaboraram um estudo comparando as atitudes e orientações dos cidadãos de diversos países acerca de assuntos políticos. Os autores trazem ao debate a formulação anterior de que as pré-condições econômicas e sociais seriam a causa necessária para a ascensão de regimes democráticos. “Lipset e Coleman encontraram fortes correlações entre os índices de modernização e de democratização. O problema central apresentado por esses estudos seriam as consequências culturais e psicológicas dessa modernização e o processo que é deixado para inferência” (Almond & Verba, 1989, pg 9)².

Na visão dos autores, esse tipo de análise não apenas omite as bases psicológicas da democratização e também deixam de explicar os casos desviantes significativos. Eles trazem alguns exemplos, como na França e Alemanha (países nos quais nota-se altos níveis de modernização), são classificados por Lipset como democracias instáveis e por outro lado Cuba e Venezuela, que possuem os mais altos níveis de desenvolvimento econômico da América Latina, tiveram suas histórias marcadas por longos períodos ditatoriais. Visto isso, eles buscam desenvolver uma via alternativa.

O termo Cultura Política cunhado por eles, e que dá nome à obra, refere-se especificamente às orientações políticas, atitudes relacionadas ao sistema político. Da mesma maneira é possível falar em cultura econômica ou cultura religiosa, que basicamente correspondem a um conjunto de orientações que concernem a um conjunto de objetos sociais e processos. “A cultura política de uma nação refere-se à particular distribuição de padrões de orientação para objetos políticos entre os membros de um país” (Almond & Verba, 1989, pg 13). E a partir desse ponto são conceituados três tipos de cultura cívica: a paroquial, a súdita e a participante. A primeira é observável em estruturas

² Trecho traduzido pela autora.

políticas tradicionais, a segunda em estruturas autoritárias e centralizadas e a terceira em uma estrutura democrática.

Um artigo bastante interessante publicado em 2008 por Bruno Fagundes faz uma análise e crítica ao pensamento culturalista, partindo da comparação entre as duas matrizes do pensamento culturalista em ciência política, a de Tocqueville e a de Almond e Verba. Para os propósitos desta revisão, vale a pena trazer algumas considerações feitas por Fagundes com relação aos autores que escreveram a célebre obra “A cultura cívica”. Para ele, os autores forçaram a comparação de todas as demais nações por uma estreita perspectiva da experiência ocidental.

No esquema conceitual dos autores, a democracia americana é uma espécie de protótipo, fim último e parâmetro pelo qual se verifica a natureza de qualquer sistema político, se mede sua distância do protótipo, retificando-o, e pelo qual são corrigidas as estruturas políticas de cada país (...) E, se a experiência histórica de observar sistemas políticos emergentes serve-lhes para avaliar sua variedade, também serve-lhes para apurar "o que falta" para chegar ao ideal, e nunca "o que existe" a partir do que se podem constituir variadas formas de experiência democrática (Fagundes, 2008, pg 139)

Essa perspectiva novamente falha quando levada para o plano empírico, e ainda nos anos 1960 essa lacuna dá espaço para uma nova abordagem. A linha que nasce de maneira síncrona ao trabalho de Barrington Moore ficou conhecida como abordagem Estruturalista. Pertencendo ao conjunto de teorias funcionalistas, Moore determina que um conjunto de condições sociais capazes de explicar o comportamento desses grupos no apoio a regimes de extrema esquerda e direita, fascistas e comunistas. Dentre os comportamentos observados, três possíveis caminhos históricos foram trilhados. O primeiro caminho, e o mais antigo, nasceu de grandes revoluções e guerras civis (a Revolução Puritana, a Revolução Francesa e a Guerra Civil Americana), e culminou na combinação do sistema econômico e político denominado capitalismo e a democracia ocidental. O segundo caminho, também capitalista, mas, na ausência de um forte surto revolucionário, passou através de formas políticas reacionárias até culminar no fascismo, como na Alemanha e no Japão que viveram o que o autor chama de forma capitalista reacionária ou uma revolução vinda de cima. E o terceiro caminho é o comunismo, vivenciado pela Rússia e pela China, onde as revoluções que tiveram as suas principais, embora não exclusivas, origens entre os camponeses tornaram possível a variante comunista (MOORE, 1967).

Moore argumenta que em cada um dos caminhos existem diferenças notáveis quando observa-se a variante democrática, mas também semelhanças significativas. Ele vê no percurso da democracia a busca por três fatores intimamente relacionados: 1. O controle de governantes; 2. A substituição de leis arbitrárias por leis justas e racionais; 3. Participação popular na elaboração das leis. Até então, sua argumentação caminhava como seus antecessores, que buscavam elencar os pré-requisitos para a configuração política democrática. Mas diferentemente de Lipset e Almond e Verba, o que Moore desenvolveu foi uma nova via dentro das teorias funcionalistas, a Corrente Estruturalista.

De forma geral, o que o autor busca demonstrar em sua obra é que a probabilidade de emergência da democracia num estado está intimamente ligada à sua estrutura social, uma vez que a natureza do regime político é consequência da composição das classes sociais e da luta que se estabelece pelo controle ou influência no poder. Na terceira parte da obra, ele afirma que “existem diferenças estruturais nas sociedades agrárias que podem, em certos casos, favorecer o subsequente desenvolvimento em direção à democracia parlamentar, enquanto que outros pontos de partida tornariam essa realização difícil ou poderiam anulá-la por completo” (Moore, 1967, pg 479). Ele traça um paralelo à tese de Otto Hintze, de que o feudalismo ocidental continha instituições que o distinguiam de outras sociedades e que favoreceram as possibilidades democráticas.

Diversas críticas foram tecidas aos argumentos apresentados por Moore. Dentre elas inaugurou-se uma nova perspectiva, denominada mais tardiamente de Abordagem Crítica, na qual destaca-se aqui o trabalho de Nicos Poulantzas, em sua obra “A crise das ditaduras”, onde ele se debruça à análise de como se deu o processo de transição política por meio de uma estrutura conceitual firmada na teoria marxista do Estado. “De forma que sua argumentação está ancorada na ideia de que a natureza de um estado é resultado direto das forças entre as classes sociais que o compõem” (Lima & Sá, 2005, pg 130).

De certa forma, Poulantzas também mantém sua análise num nível estrutural dialogando diretamente com Moore. Sua crítica em contrapartida aponta para a visão reducionista apresentada até então. É possível notar o viés estrutural presente na sua argumentação na seguinte passagem:

(...) a nova organização da cadeia imperialista e da dependência, típica da Grécia e da Espanha, e, num grau menor, de Portugal, modifica consideravelmente a estrutura econômico-social interna dos países que se encontram submetidos a este processo. A situação de países dominados e dependentes não implica mais uma simples divisão tradicional com as

metrópoles do imperialismo no sentido indústria/agricultura. A dependência passa exatamente por uma industrialização dos mesmos, sob a égide e a instigação do capital estrangeiro” (POULANTZAS, 1967, pg 13)

Sua argumentação se desenvolve no sentido de apontar para a relação de dependência das estruturas políticas, econômicas e culturais dos países para com o sistema capitalista. Portugal, Espanha e Grécia viveram transições políticas, mas não se encaixavam nos moldes do “subdesenvolvimento” até então visto nas definições e análises. Ele observou uma nova fase de dependência, associada a um tipo particular de industrialização, uma industrialização dependente (POULANTZAS, 1967).

Vale notar que até então nenhuma dessas abordagens descritas possuía como foco a questão da “transição” em si. Até meados dos anos 1970 esse termo não era utilizado, apesar de sabermos que essas formulações se enquadram e fundamentaram os estudos que conhecemos hoje como estudos sobre transição. O termo transição foi usado pela primeira vez na ciência política por Dankwart Rustow em seu artigo de 1970 “*Transitions to Democracy*”. E foi somente nos anos 1980 em diante que o termo foi transformado em um conceito teórico um pouco mais coeso, por meio dos trabalhos de Guillermo O'Donnell, Philippe C. Schmitter e Laurence Whitehead.

2.2 AS TEORIAS DA TRANSIÇÃO

O trabalho de Dankwart Rustow marcou a ruptura com as abordagens anteriores ao rejeitar a necessidade de pré-requisitos para a emergência democrática. “O autor desviou o objeto de análise do funcionamento do sistema democrático para o processo de transição para a democracia per se” (Lima & Sá, 2005, pg 130). Em seu artigo “Transições para a democracia” ele parte sua análise de um balanço histórico das teorias até então desenvolvidas:

“Escritos recentes de sociólogos e cientistas políticos americanos favorecem três tipos de explicação. Um deles, proposto por Seymour Martin Lipset, Philips Cutright e outros, conecta a democracia estável com certas condições econômicas e sociais, como alta renda per capita, alfabetização generalizada e residência urbana predominante. Um segundo tipo de explicação se estende a necessidade de certas crenças ou atitudes psicológicas entre os cidadãos. Um terceiro tipo de explicação examina certas características da estrutura social e política”³ (Rustow, 1970, pg 337).

³ Trecho traduzido pela autora.

Ele evidencia que esse formato de formulação fazia sentido num contexto pós Segunda Guerra, mas que, a partir dos anos 1970, já se observava uma ampla aceitação de que a democracia se trata de fato de um processo de “acomodação”, que envolve a combinação de movimentos de divisão, coesão, conflito e consentimento⁴. Rustow aponta que essa virada de chave nos estudos não encerrou os debates acadêmicos, as respostas ainda divergem e continuariam divergindo, mas agora na tentativa de responder outra pergunta: “A questão não é como um sistema democrático passa a existir. Em vez disso, é a melhor maneira de uma democracia, presumida já existir, pode preservar ou melhorar sua saúde e estabilidade”⁵ (Rustow, 1970, pg 339). E até aquele momento, ele argumenta, todas as formulações colocaram a democracia como variável dependente enquanto condições econômicas, estruturais e sociais tornavam-se variáveis independentes.

A teoria proposta por ele, denominada Teoria Genética, seria capaz de explicitar a distinção entre correlatos e causas. De forma que as condições sociais, econômicas e estruturais entrassem na teorização, mas como meios para especificar os mecanismos pelos quais essas condições penetram no plano democrático. Ele explica que de forma alguma era preciso assumir que a transição para a democracia fosse um processo homogêneo em todo o globo, pois se trata de um movimento que envolve diversas classes sociais e questões políticas. E esse fato implica a possibilidade de haver diversos caminhos para a democracia. A fim de sintetizar seus argumentos metodológicos foi elaborado o Quadro 2 a seguir:

QUADRO 2 – Os argumentos metodológicos de Dankwart Rustow

1	Os fatores que mantêm uma democracia estável podem não ser os que a trouxeram à existência: as explicações da democracia devem distinguir entre função e gênese.
2	Correlação não é o mesmo que causalidade: uma teoria genética deve se concentrar neste último
3	Nem todos os vínculos causais vão de fatores sociais e econômicos a fatores políticos.
4	Nem todos os vínculos causais vão de crenças e atitudes a ações.
5	A gênese da democracia não precisa ser geograficamente uniforme: pode haver muitos caminhos para a democracia

⁴ Termos utilizados em diversos outros trabalhos do autor.

⁵ Trecho traduzido pela autora.

6	A gênese da democracia não precisa ser temporalmente uniforme: diferentes fatores podem se tornar cruciais durante as fases sucessivas.
7	A gênese da democracia não precisa ser socialmente uniforme: mesmo no mesmo lugar e época, as atitudes que a promovem podem não ser as mesmas para os políticos e para os cidadãos comuns.
8	Os dados empíricos em apoio a uma teoria genética devem cobrir, para qualquer país, um período de tempo desde um pouco antes até logo depois do advento da democracia.
9	Para examinar a lógica da transformação dentro dos sistemas políticos, podemos deixar de lado os países onde um grande impulso veio do exterior.
10	Um modelo ou tipo ideal de transição pode ser derivado de um exame minucioso de dois ou três casos empíricos e testado pela aplicação aos demais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, a teoria genética desenvolvida por ele é fundamentada por três preceitos fundamentais. O primeiro afirma que certos elementos são indispensáveis à gênese da democracia. Como a presença de um senso de unidade nacional, mas também constante conflito político e uma adoção consciente dos preceitos democráticos. E tanto os políticos quanto o eleitorado devem se acostumar com essas regras. O segundo, para Rustow, é de que esses elementos devem ser adotados um de cada vez. O modelo abandona, assim, a busca pelos "requisitos funcionais" da democracia, pois nessa perspectiva nota-se a tentativa de fazer funcionar todos esses elementos de uma vez só, o que torna o trabalho total de democratização bastante incontrolável. E o terceiro preceito é o de que tudo isso ocorra sob a unidade nacional como pano de fundo, através da luta, compromisso e habituação, à democracia.

E seu pressuposto de que a democracia não pode ser vista como um fenômeno uniforme e ausente de conflito vai ressoar nos trabalhos seguintes, em que a metodologia comparada vai se mostrar o meio mais dominante para estudar as transições democráticas. E o primeiro grande estudo comparativo foi desenvolvido por Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter e Lawrence Whitehead, na obra *"Transition from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy"* publicado nos anos 1980. Faz-se relevante para essa revisão trazer a definição que os autores fazem do termo "transição": "O presente volume trata das transições de certos regimes autoritários em direção a uma incerta "outra coisa". Esse "algo" pode ser a instauração de uma democracia política ou a restauração de uma nova e possivelmente mais severa forma de governo autoritário" (O'Donnell; Schmitter; Whitehead, 1986, pg 3). Definição essa que repercutiria nos inúmeros estudos de casos nas décadas seguintes.

Além dessa definição, os autores dedicam seus esforços em pontuar outros conceitos importantes. Eles apontam que um dos principais objetivos que deveriam estar no foco dos teóricos da área deveria ser o emprego de um esforço coletivo para criar uma linguagem comum para investigações tão heterogêneas. Para fins de melhor visualização o Quadro 3 apresenta os três conceitos descritos pelos autores:

QUADRO 3 - Os conceitos-chave por Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter⁶

TRANSIÇÃO	A "transição" é o intervalo entre um regime político e outro. As transições são delimitadas, por um lado, pelo desencadeamento do processo de dissolução de um regime autoritário e, por outro, pela instalação de alguma forma de democracia, o retorno a alguma forma de regime autoritário, ou a emergência de uma alternativa revolucionária. É característico da transição que durante ela as regras do jogo político não sejam definidas. O sinal típico de que a transição começou ocorre quando esses governantes autoritários, por qualquer motivo, começam a modificar suas próprias regras no sentido de fornecer garantias mais seguras para os direitos de indivíduos e grupos.
LIBERALIZAÇÃO	O processo de redefinição e extensão de direitos que rotulamos de "liberalização". É indicativo do início da transição que seu surgimento desencadeia uma série de consequências (muitas vezes não intencionais) que desempenham um papel importante na determinação final do escopo e da extensão desse processo. Por liberalização, entendemos o processo de tornar efetivos certos direitos que protegem tanto os indivíduos quanto os grupos sociais de atos arbitrários ou ilegais cometidos pelo Estado ou por terceiros. No nível dos grupos, esses direitos abrangem coisas como isenção de punição por expressões de dissidência coletiva da política governamental, liberdade de censura dos meios de comunicação e liberdade de associação voluntária com outros cidadãos.
DEMOCRATIZAÇÃO	O princípio orientador da democracia é o da cidadania. Isso envolve tanto o direito de ser tratado por outros seres humanos como iguais no que diz respeito às escolhas coletivas quanto a obrigação daqueles que implementam tais escolhas de serem igualmente responsáveis e acessíveis a todos os membros da política. Democratização, portanto, refere-se aos processos pelos quais as regras e procedimentos de cidadania são aplicados a instituições políticas previamente governadas por outros princípios (por exemplo, controle coercitivo, tradição social, julgamento de especialistas ou prática administrativa), ou expandidos para incluir pessoas que não gozavam anteriormente de tais direitos e obrigações (por exemplo, não pagadores de impostos, analfabetos, mulheres, jovens, minorias étnicas, residentes estrangeiros) ou estendidos para cobrir questões e instituições não previamente sujeitos à participação do cidadão.

Fonte: Elaborado pela autora.

⁶ Definições retiradas do livro “*Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*” (1986).

Por meio de comparações estabelecidas entre casos de transições em países europeus e latino-americanos os autores apontaram que a chave explicativa para o início de uma transição está nos fatores internos domésticos de uma nação. Essa visão inaugura uma vertente dentro da corrente das teorias da transição. Uma perspectiva nativista é defendida pelas formulações dos autores. Essa posição não descarta totalmente que as questões internacionais sejam capazes de interferir de certa forma em todo o processo, mas não vêem no contexto internacional algo capaz de compelir governos autoritários a um movimento à liberalização. “Mais precisamente, afirmamos que não há transição cujo início não seja a consequência - direta ou indireta - de divisões importantes dentro do próprio regime autoritário (...) onde Brasil e Espanha são casos dessa causalidade direta” (O'Donnell; Schmitter; Whitehead, 1986, pg 19).

Fica claro a partir da leitura da obra que os autores reafirmam o ponto que uma década antes foi posto por Rustow, de que os processos políticos são extremamente assimétricos e heterogêneos. Não é possível trilhar um caminho em que consideremos que os fatores capazes de derrubar uma democracia não são o inverso dos fatores que derrubam um autoritarismo. Eles explicam que a razão para essa assimetria deriva do fato de que as ações sociais possuem altos níveis de indeterminação. E ainda instáveis são as questões que envolvem um período transitório como esperança, oportunidade, escolha, incorporação de novos atores, formação e renovação de identidades políticas.

É possível notar uma nova constante inaugurada pelos trabalhos e estudos desenvolvidos a partir dos anos 1980. Os estudos comparativos foram os mecanismos metodológicos mais utilizados para analisar os processos de transição democrática. Percebe-se que após décadas de estudos, e a inauguração de uma nova linha teórica, houve a necessidade de definir com maior clareza os conceitos empregados. Linz e Stepan iniciam sua obra com definições importantes para a análise de transições democráticas. Fazem referência à obra anteriormente mencionada de O'Donnell e Schmitter, que também introduzem com definições conceituais.

O que Linz e Stepan se propõem em seu estudo comparado é encontrar uma definição operacional de uma democracia consolidada, compreendendo os campos envolvidos no jogo democrático, atores e contextos. Percorrendo o debate de macro variáveis, como a questão da estatalidade e as micro variáveis que se posicionam na política interna de cada nação. Apesar da argumentação de O'Donnell, Schmitter, de que os fatores internos desempenham um papel predominante nas transições e de que as

transições iniciam de uma forma ou de outra por cisões no seio do próprio regime totalitário, Linz e Stepan apresentam seu ponto de divergência na seguinte passagem:

Entretanto, se considerarmos o mundo de forma geral, e todos os casos reais (ou potenciais) de democratização, nos tempos modernos, a análise das influências internacionais pode ser levada muito adiante, e uma série de hipóteses sugestivas podem ser apresentadas. Para tal, distinguiremos entre política externa, *zeitgeist* (espírito do tempo) e efeitos de difusão” (LINZ & STEPAN, 1996, pg 97).

Nesse momento, uma nova linha é inaugurada dentro das análises das transições, que mais adiante será desenvolvida por outros autores, uma abordagem que valoriza a Perspectiva Internacional como variável explicativa para os processos de transições. E cabe aqui comentar brevemente as três faces de influência externa mencionadas pelos autores.

Primeiramente, a política externa pode representar uma força determinante na fase de transição, mas a consolidação democrática de um país é determinada praticamente apenas pelas forças internas de uma nação. O que os autores chamam de subversão pode ser considerada a mais nítida consequência da política externa no processo transitório. Ocorre quando as potências regionais hegemônicas (democráticas ou não) desempenham um papel significativo nos rumos de outras nações tanto em direção à democracia quanto para o distanciamento dela. Alguns exemplos que eles apontam: a política externa estadunidense em relação às Filipinas em 1987, na aproximação à democracia, ou para o distanciamento como foi o caso da política estadunidense com relação ao Chile em 1973.

O conceito de *zeitgeist* de origem alemã expressa o espírito do tempo, o que significa, em termos práticos, que um país inserido numa comunidade ideológica internacional, onde a democracia é uma dentre diversas ideologias, as chances de um país consolidar uma democracia são muito maiores, pela ausência de uma ideologia tão forte e arraigada quanto a democrática. Os autores explicam, por exemplo, que o comunismo parecia extremamente promissor na União Soviética, mas o fascismo italiano surgiu com força suficiente para confrontar o comunismo e até mesmo a democracia, o catolicismo e a força da monarquia constitucional autoritária também apresentaram força por anos. A Europa num todo sofreu, em certos graus, influências de ideias não democráticas, e a América Latina por sua vez foi fortemente influenciada por todas essas ideologias.

E, por fim, Linz e Stepan apontam para uma terceira via de influência internacional nas transições. Em comparação ao *zeitgeist*, que possui uma temporalidade de eras históricas, a difusão, em uma comunidade política internacional interligada pela cultura e meios de comunicação de massa, consegue promover impactos políticos em questão de dias e semanas. “Em termos gerais, nós postulamos que quanto mais intimamente interligado seja um grupo de países, mais uma transição bem-sucedida em um desses países tenderá a transformar, para o restante do grupo, a percepção do espectro das vias alternativas” (LINZ & STEPAN, 1996, pg 101).

Nesse mesmo período e contexto, Samuel Huntington trouxe contribuições significativas para os estudos sobre transições democráticas, ainda inserido na corrente mais contemporânea, dita como internacional. Apesar de não utilizar apenas o contexto internacional para explicar as causas e desdobramentos dos processos de democratização, ele desenvolve uma argumentação, por meio de uma análise comparada e pela sistematização de um conjunto de processos transitórios. Assim como os demais autores aqui apresentados, Huntington também aponta para a assimetria e heterogeneidade quando são analisados casos diversos na busca de explicar um fenômeno “comum”. E explica que se “os pontos inicial e final dos processos foram assimétricos (...) tais diferenças têm muita significação para a estabilidade dos sistemas democráticos que são criados, mas relativamente pouca para os processos que levam a eles” (HUNTINGTON, 1994, pg 113).

Mas é fato que, apesar dessas diferenças, os sistemas democráticos possuem, em sua essência, características básicas e comuns, que é capaz de estabelecer sua identidade como um sistema político. E os regimes autoritários são aqueles que não possuem essa essência institucional. E, ao longo da história, esses regimes assumiram diversas formas, e os regimes que caminharam em direção à democracia durante a terceira onda, em geral pertenciam a um dos três tipos de autoritarismo: sistemas de partido único, regimes militares e ditaduras personalistas. (HUNTINGTON, 1994). E, dessa forma, o autor apresenta uma sistematização dessas informações e, principalmente, a elaboração de três conceitos feitos por ele e apresentados no Quadro 4 a seguir.

QUADRO 4 – Os regimes autoritários e os processos de democratização

Regimes autoritários e os processos de liberalização/democratização, 1974-90				
Processos	Regimes			
	Partido único	Personalista	Militar	Oligarquia racial
Transformação	(Taiwan) ^a Hungria (México) (URSS) Bulgária	Espanha Índia Chile	Turquia Brasil Peru Equador Guatemala Nigéria* Paquistão Sudão*	
16	5	3	8	
Transtuição	Polónia Tchecoslováquia Nicarágua Mongólia	(Nepal)	Uruguai Bolívia Honduras El Salvador Coreia	(África do Sul)
11	4	1	5	1
Substituição	Alemanha Oriental	Portugal Filipinas Romênia	Grécia Argentina	
6	1	3	2	
Intervenção	Granada		(Panamá)	
2	1		1	
Totais				
35	11	7	16	1

Fonte: HUNTINGTON (1994)

Ao observar o quadro, o próprio autor aponta para uma característica importante da terceira onda. Anteriormente, na segunda onda, aponta ele, a democratização ocorreu em grande medida por meio de imposições externas e dos processos de descolonização. Já na terceira onda, esses processos foram menos significativos, e “embora as influências externas muitas vezes tenham sido causas significativas das democratizações da terceira onda, os processos em si foram predominantemente internos” (HUNTINGTON, 1994, pg 118). Como mencionado anteriormente, o autor está inserido justamente na corrente internacional por apontar os momentos em que a influência externa foi ou não ponto decisivo para os processos de democratização, mas não necessariamente são os únicos a serem levados em conta.

Analisando a primeira coluna Huntington pontua três processos: transformação, substituição e transtuição. Ele faz referência aos conceitos elaborados por Juan Linz anteriormente, o qual utiliza de terminologias muito próximas. Ele desenvolve esses

conceitos partindo do critério da importância relativa dos detentores do poder e da oposição no regime anterior.

Nas transformações, os detentores do poder no regime autoritário tomam a frente e desempenham o papel decisivo para o fim do regime a fim de transformá-lo numa democracia. Dentre as 35 transições que compuseram a terceira onda, 16 delas foram transformações. É um formato de transição que exige que o governo seja mais forte que a oposição, mais comum em regimes militares ou personalistas. Alguns casos citados pelo autor foram: Hungria, Bulgária, Chile, Brasil, Peru, Equador e Espanha.

As substituições envolvem um processo distinto, partindo da combinação de reformistas fracos ou inexistentes com um governo dominante e conservador opostos à mudança de regime. “A democratização resulta de um ganho de força da oposição e uma perda de força do governo, até que este entre em colapso e seja derrubado” (HUNTINGTON, 1994, pg 144). Um processo que pode ser resumido em três etapas: luta para provocar quedas, a queda e a luta após a queda. O autor engloba dentro deste modelo seis processos de transição: Portugal, Grécia, Alemanha de Leste, Filipinas, Romênia e Argentina.

Por fim, as transições compreendem um modelo no qual a democratização advém de ações combinadas do governo e da oposição. Ocorrem em cenários em que as forças entre conservadores e reformistas são extremamente equilibradas. Nem os líderes do regime autoritário nem as forças de oposição conseguem manter ou transformar o cenário político. Dessa forma, a única opção é uma negociação entre ambos os lados. Onze países foram apontados pelo autor nesse caso, dentre eles vale citar: Coreia do Sul, Uruguai e África do Sul.

É possível notar uma valorização cada vez maior do âmbito internacional dentro das análises, de forma embrionária nos trabalhos dos anos 1980 e mais consolidada a partir dos anos 1990. Em 1996, Laurence Whitehead consegue apresentar no livro *The International Dimensions of Democratization: Europe and the Americas* uma sistematização dos métodos pelos quais as forças externas são capazes de influenciar a mudança de regime em um determinado país (Lima & Sá, 2005).

No contexto pós-guerra fria, era possível observar o colapso do poder soviético e o desencadeamento de uma onda de democratizações, melhor contextualizada por Huntington, e uma série de independências no continente africano. Era possível notar um

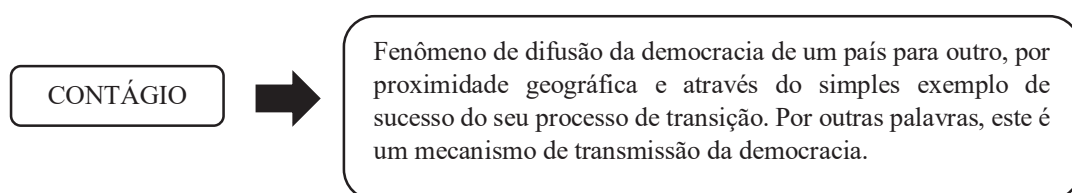
novo arranjo na África Austral pós-apartheid entre Malawi, Namíbia e República da África do Sul. Whitehead explica que em todos esses processos, uma análise equilibrada terá de dar um peso considerável ao contexto internacional em que estão ocorrendo, bem como às forças mais estritamente domésticas em jogo. Sua proposta central foi a de revisar as principais perspectivas alternativas disponíveis ao analisar a dimensão internacional das democratizações recentes e contemporâneas.

Seguindo esse objetivo, ele formula três nomenclaturas sob as quais os fatores internacionais podem ser agrupados e analisados: contágio, controle e consentimento⁷.

Como logo ficará evidente, há uma sobreposição significativa entre esses três, e também subclassificações importantes serão necessárias para distinguir entre caminhos e resultados alternativos. Sob esses três grandes títulos, uma variedade de atores, processos e motivações devem ser considerados. Em particular, deve-se distinguir entre interações de estado para estado, transações políticas não governamentais e processos sociais mais difusos (Whitehead, 2001, pg 4).

E vale lembrar que sua análise separa a lógica que envolve a transição da democratização e a fase da consolidação⁸. No esquema a seguir, buscou-se sintetizar os três conceitos desenvolvidos por Whitehead.

FIGURA 1 – A definição de Contágio



Fonte: Elaborado pela autora.

Alguns casos exemplos que o autor usa para testar a hipótese do Contágio:

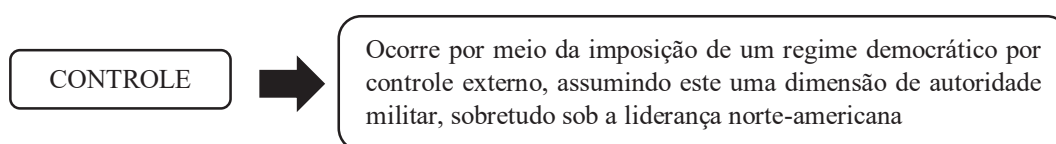
⁷ Num dos trabalhos mais recentes, Philippe Schmitter (ano) acrescenta uma quarta dimensão à tipologia de Whitehead, a qual designa de “condicionalidade”, definindo-a como o emprego deliberado da coerção – sujeitando a condições específicas a concessão de benefícios aos países beneficiários – por instituições multilaterais (exemplo: o Banco Mundial e o FMI)

⁸ Veremos em seguida que é essa lógica que vai guiar os trabalhos mais atuais, que separam totalmente as fases da transição e consolidação no processo de democratização.

- Bélgica – Holanda – Dinamarca – Noruega – Alemanha – Áustria – Itália tudo dentro de cinco anos (e sem contar a Finlândia) constitui a primeira sequência.
- Jamaica – Trinidad – Barbados – Bahamas – Dominica – Santa Lúcia – São Vicente – Antígua – São Cristóvão, tudo dentro de vinte anos (sem mencionar Granada e Belize).
- Portugal – Espanha, logo seguido por Peru – Equador – Argentina – Bolívia – Uruguai – Brasil, tudo dentro de uma década (seguido por Chile, Paraguai e Haiti logo depois, seguido por, pelo menos, alguns casos da América Central).
- Polônia-Tchecoslováquia-Alemanha Oriental-Hungria-Romênia-Bulgária, tudo em pouco mais de um ano (sem mencionar a Albânia, Eslovênia, Letônia, República Russa ou Mongólia no ano seguinte).
- Cluster da África Austral, que começou com a descolonização da Namíbia em 1990 e culminou na democratização da África do Sul em 1994.

Whitehead explica que apesar das dinâmicas interessantes e essa possibilidade de previsão, por si só não são capazes de explicar a hipótese levantada. A ideia do contágio não é capaz de nos apresentar como uma sequência causal se inicia, por que termina e nem em que direções avança. Porém, sem abandonar por completo essa linha de argumentação, ele aponta que em futuros trabalhos seja possível caminhar para uma maior análise acerca do papel da mídia e seu impacto nos desenvolvimentos externos e “uma consideração mais ampla e talvez mais fundamental seria a maneira como as memórias históricas nacionais podem filtrar a interpretação das transmissões do exterior. Nunca se deve esquecer que as transmissões de informações relativamente neutras podem servir tanto para promover um contágio antidemocrático quanto pró-democrático” (Whitehead, 2001, pg 7).

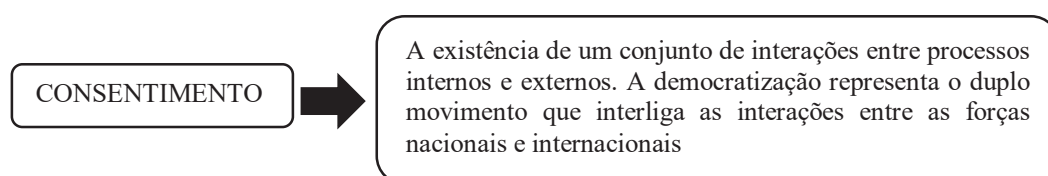
FIGURA 2 – A definição de Controle



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao desenvolver essa argumentação o autor chama atenção para o fato de que quase dois terços das democracias existentes em 1990 tiveram suas origens, pelo menos em parte, em atos deliberados de imposição ou intervenção externa. “Diante disso, uma interpretação que exclua da consideração os papéis desempenhados pelos atores externos, seus motivos ou seus instrumentos de ação está fadada a produzir uma imagem altamente distorcida da dimensão internacional da democratização, por melhor que seu desempenho estatístico possa parecer” (Whitehead, 2001, pg 9). É nessa passagem que fica clara a sua crítica direcionada aos trabalhos desenvolvidos na linha nativista. Ele faz questão de lembrar que a correlação deve ser separada da causalidade, e não é a simples difusão que explica a democratização em massa em certos períodos de tempo, mas sim a influência direta e o peso de um terceiro elemento, uma potência capaz de influenciar os movimentos democráticos dessa forma. E no caso das democratizações pós-1945, os contornos da democratização foram delimitados pela presença dos Estados Unidos por todo o globo.

FIGURA 3 – A definição de Consentimento



Fonte: Elaborado pela autora.

A terceira via apresentada é a do Consentimento. No momento em que englobamos motivações e a ação desempenhada pelos atores estratégicos numa análise de transição, não é possível apenas considerar somente a influência externa ou interna separadamente. E ao empregar uma análise abrangente é necessário levar em conta as ações de atores domésticos e sua interação com o meio internacional. Mas Whitehead levanta o questionamento: por que precisamos de uma análise abrangente? Afinal as proposições tanto do contágio e controle já parecem bastante satisfatórias para uma análise de transição. Sua resposta é de que essas duas primeiras perspectivas se apoiam em uma concepção muito básica de democracia. Para uma análise elaborada de todo o processo é necessário lapidar um pouco mais o que entendemos como dimensão internacional.

2.3 O DEBATE ATUAL: TRANSITOLOGIA E CONSOLIDOLOGIA

Por meio da leitura de trabalhos mais recentes, escritos após os anos 1990, é possível perceber um padrão analítico. Alguns elementos parecem chaves para observar esses trabalhos num todo. Nesta terceira seção a análise concentrou-se em explorar esses elementos, pontuando-os e trazendo alguns trabalhos que auxiliarão nas seguintes etapas da pesquisa aqui desenvolvida.

Primeiramente, é importante observar que uma quantidade considerável de trabalhos dos mais diversos formatos, foram produzidos acerca do tema da transição nas últimas décadas. E isso foi abrindo um espaço cada vez maior dentro da ciência política contemporânea para essas análises. Guilhot e Schmitter explicam que justamente esse movimento teve como consequência o surgimento de duas disciplinas independentes dentro dos estudos sobre democratização. Duas subdisciplinas que estão estreitamente relacionadas: a “transitologia” e a “consolidologia” (Guilhot & Schmitter, 2000).

De maneira breve, após leitura e interpretação do trabalho dos autores é possível sintetizar os dois conceitos da seguinte forma: A Transitologia corresponde à mudança nos procedimentos políticos durante um período que abrange o apagamento de um regime autocrático e os esforços para estabelecer a democracia. Isso significa, em primeiro lugar, que a transição define um período de tempo delimitado em cada extremidade pela existência de um presumível regime político estável. As transições, portanto, aparecem como situações históricas abertas a conjunturas críticas (COLLIER, 1999). Durante as quais a natureza e a direção da mudança dependem principalmente das estratégias políticas adotadas pelos vários grupos de interessados envolvidos nesse processo. Mas a transitologia não é unicamente aplicável e observável em casos de regimes emergentes. Ela dá um lugar central à sua própria emergência ao processo por meio do qual as novas regras do jogo político são produzidas e aceitas antes que possam dar origem a uma nova ordem política. Nesse sentido, atua inevitavelmente um tipo de análise centrada no ator onde as configurações políticas produzidas dependem sobretudo das estratégias implementadas por um número limitado de atores. O papel central do ator é certamente o que define a análise das transições. Se suas interações podem ser modeladas com base em

um certo número de hipóteses gerais, de jogos estilizados e axiomas a-históricos, tais como são usados em teorias de escolha racional⁹.

Já na Consolidologia, o primeiro fato a ser considerado é o de que o surgimento de novos arranjos políticos não é suficiente para declarar encerrado o processo de mudança de regime. E ao adotar o ponto de vista da transitologia implica necessariamente um tratamento em duas etapas, sendo a segunda inteiramente articulada em torno da questão da institucionalização das novas regras do jogo político de consolidação. O uso desse conceito é de fato altamente problemático. Em primeiro lugar, a consolidação é muitas vezes definida de forma tautológica como o resultado do processo de consolidação. Algumas definições de fato confundem uma e outra e estipulam que a consolidação é o processo pelo qual um regime democrático é reforçado de tal forma que persiste no tempo e previne ou resiste a possíveis crises. Mas a definição clássica é que um regime se consolida quando atores importantes agem de acordo com as regras ou dentro de um horizonte de tempo sem supor nenhuma mudança de regime.

Após 1974, com uma grande movimentação política de regimes não democráticos para democracias, a atenção se voltou para a imprevisibilidade das transições e as adversidades específicas que se originaram exatamente na tentativa de estabilidade e consolidação pós transição. Alguns teóricos viram a necessidade de uma ruptura epistemológica, separando esses dois momentos em análises distintas, e tornaram a restauração e estabilização das instituições democráticas um dos principais pontos focais das investigações, principalmente sobre os países latino americanos. E provavelmente o trabalho desenvolvido por Dankwart Rustow nos anos 1970 foi o passo inicial, que elaborou um protótipo do que hoje conhecemos pela literatura como Transitologia (VITULLO, 2005). Os trabalhos que se seguiram tiveram um formato bem característico de buscar interpretar a realidade por meio da existência de etapas ou estágios que abriram caminho para a resolução de problemas que fazem parte de qualquer processo de democratização.

Dobry (2000) em seu artigo aponta que, para a transitologia, não existem determinismos ou causalidades estruturais. E os transitólogos estão longe de construir um bloco homogêneo e coeso nas suas análises. Mas nesse contexto, a obra de Guilhot e Schmitter (2000), tem assinalado que o fato de suspender temporariamente as limitações

⁹ É possível observar nas definições dos autores uma nítida inclinação para as teorias da Escolha Racional. O foco dado ao papel dos atores e o uso de expressões como tabuleiro, jogo para demonstrar o caráter estratégico na movimentação política, é uma característica muito forte dessa corrente teórica.

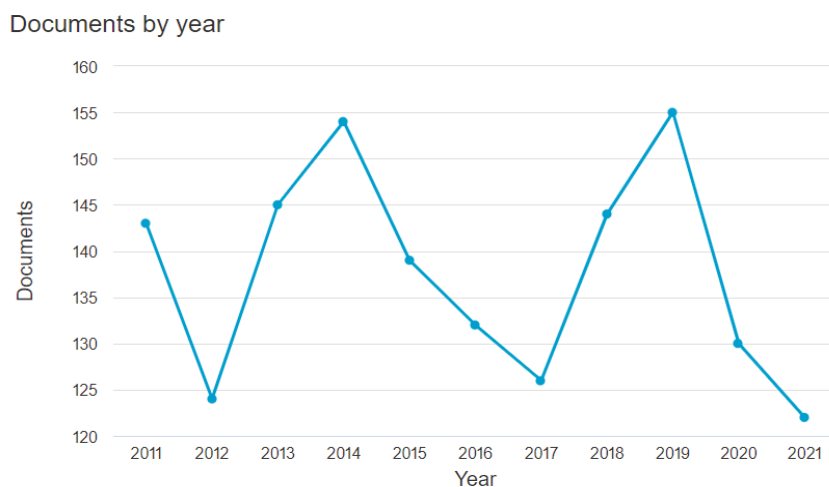
estruturais seria uma manifestação do caráter histórico que se encontra no nascimento das teorias da transição. “E que os trabalhos recentes têm sugerido que tanto transição como consolidação sejam vistos como instrumentos analíticos que permitem dissociar as dimensões processuais e atitudinais, respectivamente, que definem um regime político” (Guilhot, Schmitter, 2000, pg 618).

Um outro fator importante que caracteriza os trabalhos recentes é a crescente tendência em se trabalhar e desenvolver comparações entre inúmeros casos. Uma característica que foi levantada anteriormente, que vem desde os trabalhos de Linz e Stepan, com a comparação entre mais de 35 casos pelo mundo, que buscou observar como os caminhos distintos de democratização levaram a diversos resultados de arranjos institucionais.

Em 2002, Gerardo Munk escreveu em seu artigo “*Una revisión de los estudios sobre la democracia: temáticas, conclusiones, desafíos*” que “a preocupação com a transição democrática teve, e provavelmente continuará a ter, grande importância normativa” (Munck, 2002, pg 581). Ele não estava equivocado. Desde a publicação de seu artigo até o ano de 2021 mais de 2.500 trabalhos foram indexados apenas na base de indexação de periódicos da Scopus.

Para obter um panorama mais atual do comportamento desses trabalhos e para que seja possível também pontuar algumas características e comportamentos relevantes. O termo “*democratic transition*” foi buscado e analisado dentro da plataforma da Scopus. Dentro de um recorte temporal que compreende os últimos dez anos (de 2011 até 2021). Ao observar o Gráfico 1, notou-se dois “picos” de publicação de trabalhos sobre a temática, nos anos de 2014 e depois em 2019. Duas ondas de publicação que totalizaram 1.514 trabalhos.

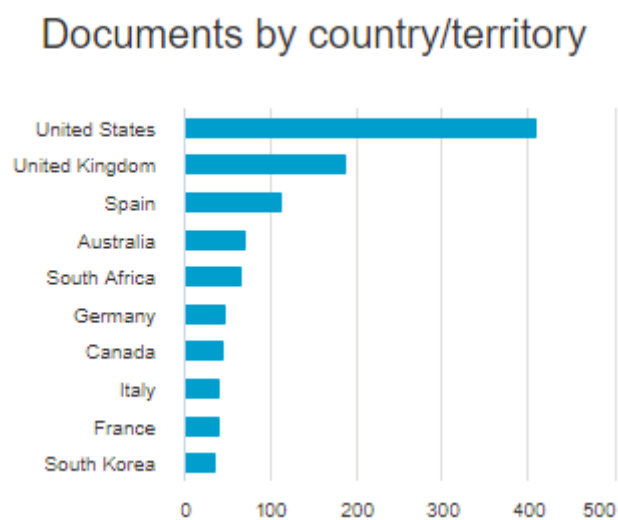
GRÁFICO 1 – Documentos indexados na Scopus entre os anos de 2011 e 2021 com o termo “*Democratic Transition*”



Fonte: Elaborado pela autora/base Scopus

E vale ressaltar também a origem desses trabalhos tanto em relação aos países de origem, quanto às universidades que são os pontos de formulações dessa área da ciência política. As universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra possuem um domínio e uma hegemonia nas pesquisas dentro dessa temática, como é possível observar no Gráfico 2 e 3.

GRÁFICO 2 – Países de origem dos trabalhos

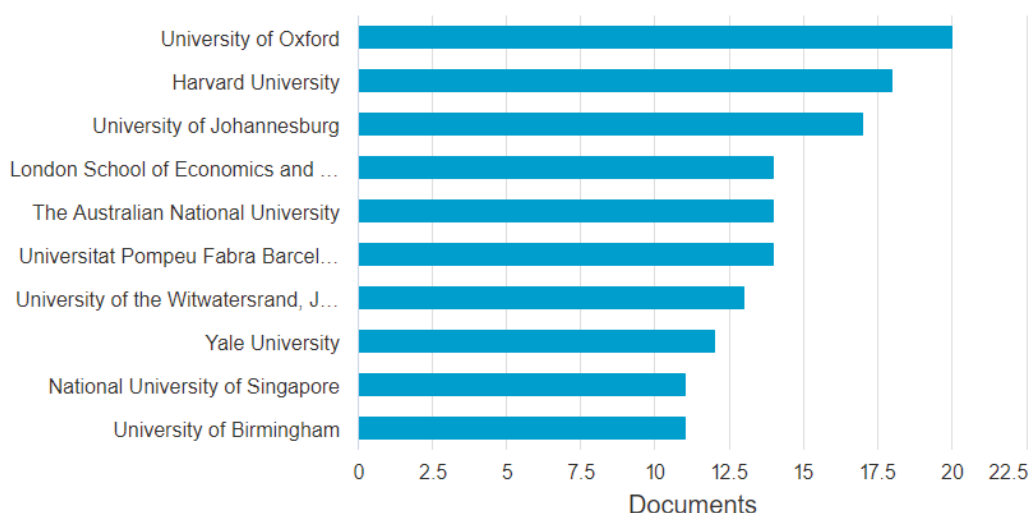


Fonte: Elaborado pela autora/base Scopus

GRÁFICO 3 – Universidades de origem dos trabalhos

Documents by affiliation ①

Compare the document counts for up to 15 affiliations.



Fonte: Elaborado pela autora/base Scopus

Apesar dos Estados Unidos e Inglaterra deterem o monopólio científico nessa área, e em muitas outras, vale ressaltar um comportamento extremamente importante para o estudo proposto no presente trabalho. Primeiro, observando o Gráfico 2, constatou-se que a África do Sul está dentre os cinco maiores países produtores de trabalhos sobre o tema da transição democrática nos últimos dez anos. E segundo ponto de atenção, no terceiro gráfico percebe-se que a Universidade de Johannesburg, umas das universidades mais influentes do país sul africano, é a terceira maior produtora de conhecimento na área, ficando atrás apenas de Oxford e Harvard.

Acerca do conteúdo propriamente dito desses trabalhos, é possível notar que a metodologia predominante é a dos estudos de caso, principalmente de casos de países asiáticos, africanos e do leste europeu. Um fato que bate com o comportamento previsto no início dos anos 2000 com os trabalhos de Guillhot e Schmitter, de que o foco dos trabalhos seria de estudos de países que passaram por transições no final dos anos 1990 e nos anos seguintes estariam vivendo anos de consolidação democrática. Um fato relevante é o de que esses trabalhos não carregam o debate epistemológico de “transitologia” e “consolidologia”. Tanto que ao colocar os termos na base de indexação, os resultados não correspondem nem a 10% do total dos trabalhos.

Algumas pesquisas desenvolvidas nesses últimos dez anos são um indício claro do debate que será levantado no próximo tópico, de conclusões e desafios, acerca da definição de democracia e a visão eurocêntrica que acompanhou as formulações de transição democrática dos trabalhos clássicos e como esse fato influenciou de forma significativa a forma de enxergar e analisar os casos de transição como um todo. Artigos como “*What democracy does (and doesn’t do) for basic services: school fees, school inputs, and African election*” (2014), “*Pathologies of Europeanisation: fighting corruption in the Southern Caucasus*” (2012), “*Indonesia’s democratic stagnation: Anti-reformist elites and resilient civil society*” (2012) e “*Democratic transition, political risk, economic instability, and tourist inflows: The case of Tunisia*” (2021), demonstram um padrão de instabilidade, estagnação, corrupção que marcam os mais diversos países que vivem períodos de consolidação democrática. Certos pontos que caracterizam as formulações sobre transição democrática podem ser a chave explicativa para esses padrões.

2.4 ALGUMAS CONCLUSÕES E DESAFIOS

Essa última seção tem como objetivo elaborar um balanço do que foi apresentado até o momento, buscando, assim, pontuar os principais desafios enfrentados pela área, de caráter tanto conceitual quanto metodológico. Esse panorama proposto desde o início do capítulo é o solo em que se fundamentará a construção desse trabalho, em que o foco estará voltado para o comportamento tanto teórico quanto metodológico dos trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas acerca do caso emblemático da transição democrática da África do Sul. Um balanço da construção dos conceitos dentro da temática e o diálogo estabelecido entre os autores são fundamentais para compreender o desenvolvimento dessa literatura num caso específico. O objetivo foi inicialmente, nesse primeiro capítulo, expor as principais abordagens teóricas, buscando concatenar as argumentações e apresentar os contrapontos dentro de um histórico de mais de quatro décadas de estudos sobre o tema da transição. Para que assim seja possível nos capítulos seguintes desenvolver uma análise focada no caso da transição democrática na África do Sul.

A opção por esse caso em específico resulta de uma percepção de uma ausência de produção acadêmica que se propusesse a organizar os trabalhos desenvolvidos após 1996 (ano da conclusão do processo transitório do país sul africano). A quantidade de artigos e teses produzidas nesse tema é significativa, o que aponta para a grande relevância desse objeto de estudo. Dessa forma, o estudo caminhou para uma sistematização desses

trabalhos, e o primeiro passo dado para com esse objetivo, foi a estruturação histórica da evolução e desdobramentos do pensamento acadêmico relativo a essa temática tão ascendente dentro da Ciência Política. Antes de mais nada, vale lembrar aqui a importância dos trabalhos de teóricos fundamentais para o debate democrático, que sustentam a discussão sobre a democracia e suas nuances. Como os pesquisadores e sociólogos norte-americanos Robert Dahl e Charles Tilly.

Após essa retomada histórica, que iniciou com os trabalhos de Lipset e caminhou até meados dos anos 1990 com as formulações de Whitehead e O'Donnell e Schmitter e que, por fim, desembocou nos trabalhos mais atuais que se fragmentaram em estudos de transição e de consolidação, foi possível notar algumas semelhanças entre todas essas produções e algumas características que provavelmente possam ser a chave explicativa das dificuldades tanto metodológicas quanto conceituais da área.

Num primeiro momento, vale retomar um ponto levantado logo no início do presente capítulo, quando foi analisada a argumentação de Lipset, originada nos anos 1970. Daquele momento em diante os trabalhos desenvolvidos tiveram e ainda têm em comum sua forma de definir a democracia. Uma definição carregada de um viés Schumpeteriano e Weberiano de democracia em que “a democratização se reduz à mera normalização das instituições formais; a democracia é vista exclusivamente sob o prisma da institucionalização política, passando por alto as relações entre democratização político-institucional e democratização social” (VITULLO, 2005, pg 26). Essa escolha - consciente ou não - carrega em si consequências para a forma de enxergar a transição. Limitando a democracia exclusivamente à esfera das instituições oficiais acaba desconsiderando a legitimidade das lutas travadas na esfera social, na busca por redefinição e reestruturação democráticas. É possível notar esse lapso conceitual em análises de processos de democratização nos países latino-americanos. Tomando aqui o exemplo do Chile, um país que passou por uma transição democrática nos anos 1990, em nível de instituições formais, o que para as formulações teóricas sobre transições é a virada de chave de autocracia para democracia. Mas deixam pendentes os problemas da democratização social. Vimos isso claramente nos anos de 2019 e 2020, já que as transições são concebidas como passagem de um tipo de regime político para outro e não como uma mudança socioeconômica global (Garretón, 1992).

Um segundo ponto que vale a pena ser debatido, mesmo que brevemente, é o fato tão característico desses estudos, principalmente após as formulações de Rustow, em se

empenharem em criar conexões, comparações entre nações europeias, latino-americanas, africanas e asiáticas, a fim de encontrar mecanismos causais e possíveis estruturas explicativas para os processos de transição democrática. E essa tendência de englobar em um mesmo estudo, casos tão heterogêneos e com contextos históricos tão distintos, é justamente o que José Num aponta no seu artigo “*La democracia y la modernización, treinta años después*”. Nesse artigo, ele indica exatamente que “um primeiro problema que se coloca é o da própria legitimidade de incluir em um único conjunto situações tão diversas como as das formações sociais e políticas da América Latina, do Sul e do Leste da Europa e do Sudeste da Europa, da Ásia, por mais heterogêneas que sejam ainda no “nível regional” (NUN, 1991, pg 8).

Algumas dificuldades metodológicas propriamente ditas são observáveis nesses trabalhos. Uma primeira questão está intimamente relacionada à constante busca de padrões comuns e generalização nos processos de transição. Nota-se uma preocupação constante em criar tipologias e classificações, fato que pode ser o fator impeditivo nas análises mais profundas e aguçadas das singularidades de cada caso específico. Apesar desse formato de análise, ele trouxe benefícios notórios. No momento em que os autores colocaram como questão geral algo como “por que alguns países tiveram transições democráticas e outros não? ”, e a comparação entre eles foi algo natural e intuitivo. Essa questão direta gerou *insights* importantes para enxergar as causas das transições. E na tentativa constante de respondê-la, algumas verdades caíram por terra, como a afirmação que por tanto tempo foi sustentada de que os níveis de modernização e desenvolvimento econômico são os fatores decisivos para a democratização. E demonstrou quão diversas poderiam ser essas “causas”.

E quando o ponto focal das investigações são os atores, como apontado anteriormente, como sendo uma característica bem forte nos autores que tendem para a linha argumentativa da escolha racional, a literatura ainda não conseguiu chegar em conclusões claras sobre a origem social da democracia (Munck, 2002)

“As hipóteses de que a burguesia (Moore, 1966), a classe média (Lipset, 1960) ou os trabalhadores (Rueschemeyer, Stephens e Stephens, 1992) são os principais agentes da democratização não foram sustentadas por evidências sólidas. A única conclusão que emerge dessa linha de investigação diz respeito à hipótese de que as elites latifundiárias são por natureza uma força não democrática (Moore, 1966; Mahoney, 2000, pp. 6-13; ver também Mainwaring e Perez-Liñá, 2000, pp. 18-22) ” (Munck 2002, pg 585)

O foco sobre os atores é apenas uma das múltiplas variáveis que surgiram ao longo dessas décadas de estudo. O que é possível perceber é o quão fértil é esse terreno teórico, e apesar desse grande potencial ainda há uma falta de elaboração mais ordenada e sistemática do campo. E por isso também “a preocupação com a transição democrática teve, e provavelmente continuará a ter, grande importância normativa” (Munck, 2002, pg 581). A questão a se debater daqui em diante é qual a contribuição teórica das transições para a literatura democrática e para nossa própria compreensão das mudanças de regimes políticos? Badie et al. (2011), ao se debruçarem sobre o termo Transição na "*International Encyclopedia of Political Science*", conseguiram construir uma metáfora muito didática. Eles explicam que um dos pontos fortes do paradigma da transição é que ele é capaz de lançar luz sobre a caixa preta de atores políticos, constelação de atores e ação política. E a teoria da transição trouxe os atores políticos de volta ao centro das atenções. No entanto, os transitologistas construíram sua própria caixa preta: eles não integraram suficientemente em suas análises a estrutura de oportunidades socioeconômicas para a ação política.

3. REVISÃO BIBLIOMÉTRICA E O ESTADO DA ARTE: TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA ÁFRICA DO SUL

Nas duas últimas décadas, um conjunto significativo de estudos e pesquisas caminharam em direção a uma metodologia e formato que se encontra em constante ascendência dentro da academia brasileira, os estudos denominados de "estado da arte". Inicialmente, aparentam ser apenas um estudo de caráter bibliográfico, mas são responsáveis por mapear e discutir a produção acadêmica em diversos campos do conhecimento. Buscando compreender, discutir e nivelar aspectos e dimensões dentro do espaço tempo nas mais diversas áreas do conhecimento científico. Um movimento que ocorre por meio da análise de dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos em periódicos, congressos e seminários.

"Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado" (FERREIRA, 2002, pg 258).

Os pesquisadores que se dedicam à construção de pesquisas utilizando essa abordagem são movidos, em sua maioria, por uma percepção de não conhecimento acerca da totalidade dos estudos em determinada área do conhecimento que apresenta um crescimento perceptível tanto em nível qualitativo quanto quantitativo. É o desafio de conhecer e compilar estudos para então construir inovações no campo que move esses acadêmicos. A autora Norma Ferreira, explica em seu artigo que um pesquisador do "estado da arte" vivencia dois momentos bem delimitados ao longo desse processo de construção do conhecimento.

O primeiro momento é marcado pela interação com a produção acadêmica da área por meio da quantificação e identificação de dados bibliográficos, com o intuito de mapear esse conteúdo num recorte específico tanto local, temporal quanto de área do conhecimento. É nesse estágio em que se percebe uma narrativa histórica da produção acadêmica, o que revela também o amadurecimento desse conhecimento no decorrer do tempo, por entidades e autores específicos. O segundo momento é aquele no qual o pesquisador levanta hipóteses e questionamentos, buscando enxergar naquela quantidade enorme de conteúdo, possíveis tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas,

comparando trabalhos e correntes dentro daquela área. É nessa hora que devem ser feitas as perguntas: quando, onde, quem produz essas pesquisas e o que e como elas são desenvolvidas.

A proposta dessa dissertação como um todo é desenvolver uma pesquisa que se enquadre dentro da proposta e da construção característica de um "estado da arte". O primeiro capítulo serviu até o momento como uma base teórica para a compreensão do desenvolvimento do conceito de transição democrática dentro da ciência política. Uma revisão de literatura necessária, que apontou os principais autores que contribuíram para a construção e aplicação do conceito dentro da área, bem como as principais correntes teóricas que compõem o debate e sua interlocução no espaço tempo. Tudo isso servirá de base para enxergar o próximo ponto de afunilamento do objeto de estudos deste trabalho.

Para responder à questão fundamental que guia esse trabalho: como a ciência política e as relações internacionais vêm estudando a transição democrática no caso sul africano? Será necessário construir um mapeamento do comportamento dos trabalhos sobre o processo de transição democrática na África do Sul, por meio da identificação, agrupamento e análise bibliométrica da produção científica acerca desse tema em específico. Nesse segundo capítulo ocorrerá esse processo de afunilamento, é onde, por meio da ferramenta VosViewer, será possível desenvolver análises dos periódicos indexados na base da Scopus.

Ao final do capítulo anterior, de forma introdutória, foram levantados alguns dados importantes para o início dessa análise do estado da arte da transição sul africana para a democracia. Algumas informações bastante relevantes foram trazidas como: de onde parte a produção acadêmica sobre a temática? Quando esses trabalhos foram desenvolvidos? E a partir de agora o foco estará voltado para as questões: quem trata sobre essa temática? De que forma esses autores conversam entre si? Como (metodologicamente) esses trabalhos são desenvolvidos? O que trazem de relevante para a área macro sobre o processo de transição democrática em si?

3.1 UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

A bibliometria corresponde a uma análise e tratamento quantitativo dos processos de comunicação escrita. Por meio dela é possível observar o comportamento e as

propriedades das informações. Como toda área da ciência, a bibliometria é composta por uma metodologia própria. De forma geral, os métodos bibliográficos empregam uma abordagem quantitativista para a descrição, avaliação e monitoramento da produção do conhecimento científico, nas mais diversas áreas. Esses métodos de análise possuem o potencial e a capacidade de introduzir um processo de revisão sistemática mais puro e completo. Não é à toa que o uso dessas metodologias cresceu exponencialmente nos últimos anos, e são empregadas nas diversas etapas da construção do saber científico, até mesmo na fase exploratória em que os pesquisadores precisam conhecer e mapear o campo em que estão inseridos. Os métodos bibliométricos possibilitam que os pesquisadores desenvolvam seus trabalhos com base num agregado de trabalhos produzidos por outros cientistas da área. Dessa forma, o conhecimento é construído de forma somada.

Os autores Zupic & Cater no artigo "*Bibliometric Methods in Management and Organization*" (2015) se propõem a apresentar um novo formato de metodologia bibliométrica, que eles denominam de "mapeamento científico". Uma abordagem quantitativa usada para mapear a estrutura e desenvolvimento de campos e disciplinas científicas.

O mapeamento científico usa métodos bibliométricos para examinar como disciplinas, campos, especialidades e artigos individuais estão relacionados entre si. Produz uma representação espacial dos achados, análoga aos mapas geográficos (Calero-Medina & van Leeuwen, 2012; Small, 1999). O mapeamento científico é uma combinação de classificação e visualização (Boyack & Klavans, 2014) (ZUPIC, I. & ČATER, T, 2015, pg 429)

É desse conceito que a presente pesquisa partirá nos momentos seguintes. Ao analisar o conteúdo produzido acerca do tema da transição democrática na África do Sul, intenciona-se aqui desenvolver o que os autores denominaram de mapeamento científico. Mas antes da análise em si, algumas conceitualizações são importantes. Um estudo bibliométrico possui, como dito anteriormente, metodologias e abordagens. Algumas formas de se analisar um conjunto bibliográfico são: análise de citação, análise de cocitação, acoplamento bibliográfico, análise de coautoria e análise de co-palavras¹⁰.

¹⁰ Todos esses termos foram traduzidos, mas originalmente são denominados: *citation analysis, co-citation analysis, and bibliographical coupling, co-author analysis e co-word analysis*

Uma análise de citações de uma área de pesquisa geralmente é desenvolvida com base em uma quantidade (chamada de N) de estudos indexados em periódicos e suas citações são usadas como uma medida de influência, ou seja, o grau de importância e relevância de um trabalho está relacionado diretamente a quantidade de citações que ele possui dentro daquele conjunto N.

Já a análise de co-citação é construída com base na frequência com que duas unidades são citadas juntas, ou seja, parte-se da ideia de que quanto mais dois itens são citados juntos, mais provável que seu conteúdo esteja relacionado (ZUPIC, I. & ČATER, T, 2015). Normalmente, esse tipo de estudo é capaz de demonstrar como o campo de estudos veio se comportando e não necessariamente uma representação atual dele. Ou seja, a co-citação é uma representação das dinâmicas e dialógicas estabelecidas entre os autores no decorrer do tempo. São extremamente úteis quando se busca visualizar a mudança e quebra de paradigmas e o surgimento de novas correntes de estudos dentro de uma área.

O método de acoplamento bibliográfico utiliza o número de referências compartilhadas por dois documentos como meio de criar conexões e estabelecer similaridades entre eles. O que significa que, quanto mais as referências coincidem, mais forte é a relação entre o conteúdo dos documentos. A diferença entre o acoplamento bibliográfico e cocitação está essencialmente no foco da análise, enquanto o primeiro é estabelecido com foco nos autores dos artigos, o segundo foca nos autores citados nos trabalhos analisados. A escolha entre os dois métodos varia de acordo com os objetivos da análise, Zupic e Cater (2015) argumentam que para um mapeamento atual o acoplamento seria mais adequado e para análise de trabalhos mais antigos a cocitação pode ser uma escolha mais assertiva.

A chamada análise de co-autoria é responsável por examinar as redes criadas entre cientistas que produzem de forma conjunta trabalhos científicos. A relação entre autores pode ser estabelecida principalmente quando publicam artigos em coautoria, o que pode ser considerada uma relação de colaboração entre os acadêmicos. São literalmente as redes sociais das estruturas intelectuais dos campos da ciência e pesquisa.

E por fim, a metodologia de co-palavras é a técnica de análise de conteúdo que utiliza dos termos em documentos para estabelecer relações e construir uma estrutura conceitual do campo de estudos. De forma resumida, ela pressupõe que quando as

palavras ocorrem com certa frequência nos trabalhos significa que os conceitos por trás dessas palavras possuem uma relação íntima. O interessante de perceber é que é a única das cinco metodologias que usa o conteúdo real dos documentos para a construção da análise e construção de similaridades. O resultado de uma análise de co-palavras é uma rede de temáticas e sua relação mapeiam conceitualmente o campo.

Todos esses métodos bibliométricos são capazes de trazer novas perspectivas e luz até mesmo sobre as temáticas mais discutidas e elaboradas dentro dos campos da ciência. De certa forma, esses métodos possuem uma abordagem mais macro e concentram-se em observar padrões e correlações dentro das áreas. Enquanto outros métodos de revisão de literatura fornecem mais profundidade focal. Quando combinados, os métodos são capazes de se complementar, em que a bibliometria pode trazer informações adicionais para a reflexão e ainda abrir o leque de possibilidades para próximos estudos.

Dessa forma, são métodos que combinados podem trazer novos questionamentos e mapear um volume de pesquisas científicas, que vem crescendo drasticamente nos últimos anos. De certa forma, esse aumento é positivo, mas também muito difícil de acompanhar. E é um cenário em que metodologias como essa entram para filtrar trabalhos relevantes e medir esse crescimento.

3.1.1 O FLUXO DE UM MAPEAMENTO BIBLIOMÉTRICO

QUADRO 5 - As etapas de um estudo bibliométrico

Etapa 1	Projeto de pesquisa	O passo inicial para o mapeamento é o desenvolvimento de uma projeção da pesquisa. Ou seja, consiste na definição de uma questão a ser respondida e na escolha de um ou mais métodos bibliométricos. Diferentes métodos bibliométricos são adequados para responder a diferentes questões de pesquisa (ZUPIC e CATER, 2015)
Etapa 2	Compilar os dados bibliométricos	Esse momento é definido pela delimitação do escopo do estudo, definindo quais artigos estão incluídos no conjunto a ser analisado. Inúmeros são os parâmetros para fazer esse recorte: período,

		formato de publicação, autores, região, periódico, área do conhecimento. Existem diversas plataformas de indexação de periódicos, como Scopus, Web of Science e Scielo.
Etapa 3	Análise	Após a limpeza dos dados obtidos (evitando repetições de trabalhos ou erros de grafia), é possível observar subcampos gerados por essa análise quantitativa, o que é o cerne e o ponto mais rico de uma análise bibliométrica.
Etapa 4	Visualização	O intuito do mapeamento é justamente possibilitar a visualização de uma estrutura em rede de uma área. A análise de rede é responsável por criar visualizações de campos científicos em que os nós dentro da rede representam unidades de análise (por exemplo, documentos, autores, periódicos, palavras) e os laços de rede representam conexões de similaridade. Nós mais fortemente conectados são aproximados. (ZUPIC e CATER, 2015)
Etapa 5	Interpretação	A interpretação das informações é a fase final de uma análise bibliométrica. De forma alguma substitui os estudos aprofundados e leituras dos trabalhos da área. Para que a interpretação seja coerente e de acordo com a realidade do campo, é necessário um conhecimento profundo e leituras atualizadas constantemente. As formas de interpretação de uma análise bibliométrica podem variar de acordo com o foco que o trabalho possui. Zupic e Cater argumentam que existem três tipos de foco: foco na estrutura; foco na dinâmica e foco em uma questão de pesquisa restrita.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, para direcionar um estudo bibliométrico é fundamental compreender que cada uma das cinco análises pretende em sua composição e estruturação responder perguntas bem específicas, que foram esquematizadas no Quadro 6 a seguir.

QUADRO 6 - Os tipos de análise e as suas respectivas perguntas

TIPO DE ANÁLISE	PERGUNTAS
Análise de citação	- Quais são os autores mais influenciaram a pesquisa nos trabalhos selecionados? - Quais periódicos e disciplinas tiveram maior impacto no campo de pesquisa? - Quais os trabalhos mais recomendados para uma leitura a fim de compreender o campo de pesquisa? - Quem são os autores especialistas da área?
Análise de co-citação	- Qual é a estrutura intelectual da determinada literatura? - Quem são os autores centrais, periféricos e que conectam as pesquisas do campo? - Como se deu a difusão dos conceitos através da literatura? - Qual a estrutura da comunidade científica no campo? - Como a estrutura do campo se desenvolveu ao longo do tempo?
Análise de acoplamento bibliográfico	- Qual a estrutura intelectual mais recente da literatura? - De que forma a estrutura intelectual do fluxo de pesquisa reflete na riqueza das abordagens teóricas? - Como a estrutura intelectual de um pequeno nicho se desenvolveu ao longo do tempo?
Análise de co-autoria	- Os autores de diferentes origens disciplinares estão trabalhando juntos em um novo campo de pesquisa ou permanecem dentro dos limites disciplinares? - Quais fatores determinam a co-autoria? - Qual o efeito da colaboração no campo? - Os trabalhos com co-autoria são os mais citados? - Os autores de diferentes origens disciplinares estão

	trabalhando juntos em um novo campo de pesquisa ou permanecem dentro dos limites disciplinares? • Qual a estrutura social do campo?
Análise de co-palavras	• Qual a dinâmica da estrutura conceitual do campo? • Descobrir os blocos de construção conceituais de uma literatura. • Quais os tópicos associados a uma linha de pesquisa em particular? • Acompanhar a evolução de um conceito X.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.1.2 A CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE

A fim de responder a seguinte questão proposta para guiar todo o estudo desenvolvido no presente trabalho: Como a ciência política e as relações internacionais vêm estudando a transição democrática no caso sul africano? A análise nesse momento estará direcionada a empregar os métodos bibliométricos acima descritos. A expectativa com esse mapeamento é ser possível observar os nuances da literatura sobre transições democráticas, exploradas no capítulo anterior, entender os diálogos e conexões estabelecidas entre os autores mais atuais que trabalham com o caso sul africano e estabelecer alguns núcleos centrais de discussão, os clusters (aglomerados) de trabalhos que versam sobre a mesma temática dentro das Relações Internacionais e Ciência Política.

Para a construção da análise bibliométrica e mais precisamente do mapeamento bibliométrico, foram utilizadas as ferramentas VOSviewer e Bibliometrix. A primeira é o programa desenvolvido por Van Eck e Waltman para construir e visualizar mapas bibliométricos, onde a sigla VOS corresponde a *Visualization of Similarities*. Pode ser usado para construir mapas de autores ou periódicos com base em dados de co-citação ou para construir mapas de palavras-chave com base em dados de co-ocorrência. E oferece um visualizador que permite examinar detalhadamente os mapas bibliométricos e desenvolvê-lo em formatos diferentes, de forma que cada um enfatiza um aspecto

diferente do mapa. (VAN eck Waltman, 2010). E o segundo, o pacote bibliometrix, é uma “biblioteca” da linguagem de programação R que fornece um conjunto de ferramentas para pesquisa quantitativa em bibliometria e cienciometria. Eles serão utilizados de forma complementar, alguns pontos são melhor visualizados em um do que no outro, e vice e versa.

Seguindo a lógica em etapas apresentada acima, foi de suma importância delimitar o escopo de estudo. Ou seja, de que forma foram filtrados os trabalhos analisados dentro dos programas. O esquema a seguir apresenta a filtragem dos dados dentro da base da Scopus.

QUADRO 7 – Filtragem dos documentos na base da Scopus

FILTRO		Número de documentos
Palavras-chave	<i>"democratic transition" AND "south africa"</i>	227
Subárea	<i>Social Sciences</i>	199
Formato	Artigo	163
Período	1996 - 2021	154

Fonte: elaborado pela autora¹¹

A escolha desse período temporal de recorte para a pesquisa, se deve ao fato do ano de 1996 ser um marco histórico na história da nação sul africana, foi o ano que marcou o início da democracia no país. O ano de assinatura da primeira constituição democrática no país, que assegurou eleições livres e multirraciais, livre concorrência entre os partidos políticos e principalmente a revogação das leis que vigoraram no apartheid. De forma lógica, faz sentido observar os estudos sobre transição democrática desenvolvidos e publicados a partir desse momento.

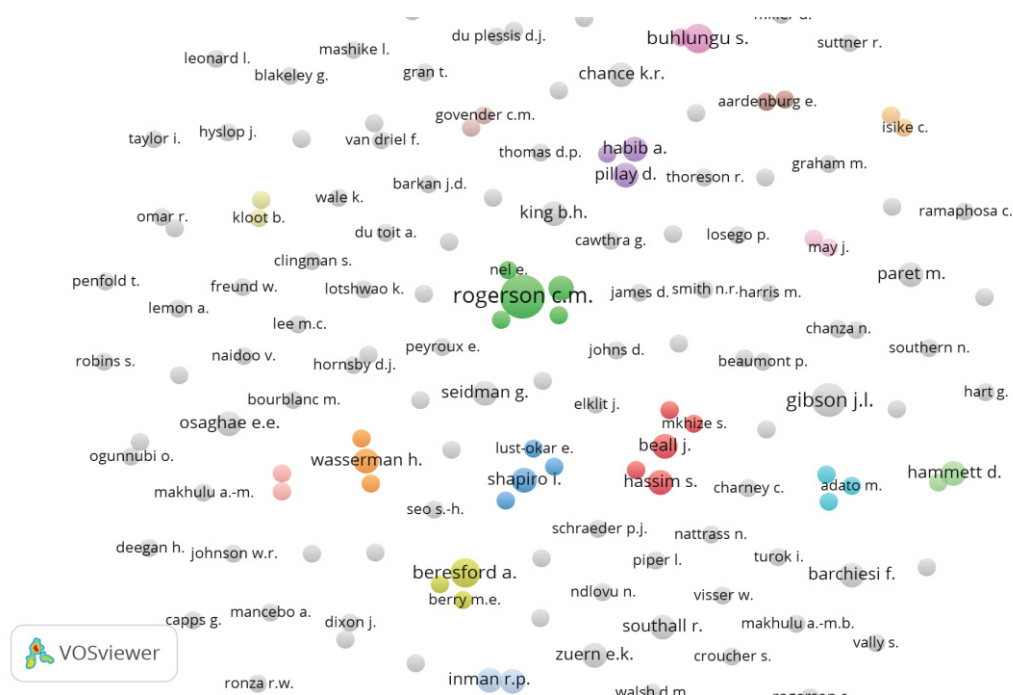
¹¹ Dados coletados no dia 28 de abril de 2022.

3.1.3 LEITURA E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA NO VOSVIEWER E BIBLIOMETRIX

Nesse ponto, foram analisados os comportamentos dos dados após a filtragem na Scopus, exportação e leitura em ambas ferramentas. Com as questões apresentadas anteriormente, como guias para observar as representações gráficas geradas. Foram também, resgatados alguns pontos e conexões com o capítulo anterior. Principalmente na análise de referencial teórico desses 154 artigos, buscando visualizar os novos caminhos teóricos que esses trabalhos vêm trilhando, os autores mais relevantes e as subáreas temáticas nas quais os estudos se encontram.

O primeiro ponto observado é o de coautoria. Com auxílio do Vosviewer foi possível elaborar a Figura 4 disposta abaixo. É possível identificar cinco principais clusters. O mais robusto dele, indicado pela cor verde, é liderado por Christian Rogerson, professor da Universidade de Johannesburgo que estabeleceu relações de produção acadêmica com os pesquisadores Nico Kotze e Zinze Sixaba, todos sul africanos. No cluster representado pela cor vermelha observa-se a colaboração da pesquisadora sul africana Shireen Hassin e a autora britânica Jo Beall. Na parte superior nota-se o cluster roxo composto pelo acadêmico sul africano Adam Habib e o professor Deenan Pillay, ambos da University College London. E abaixo o cluster de cor mais amarela é composto pelo professor Alexsander Beresford da University of Leads, em Londres.

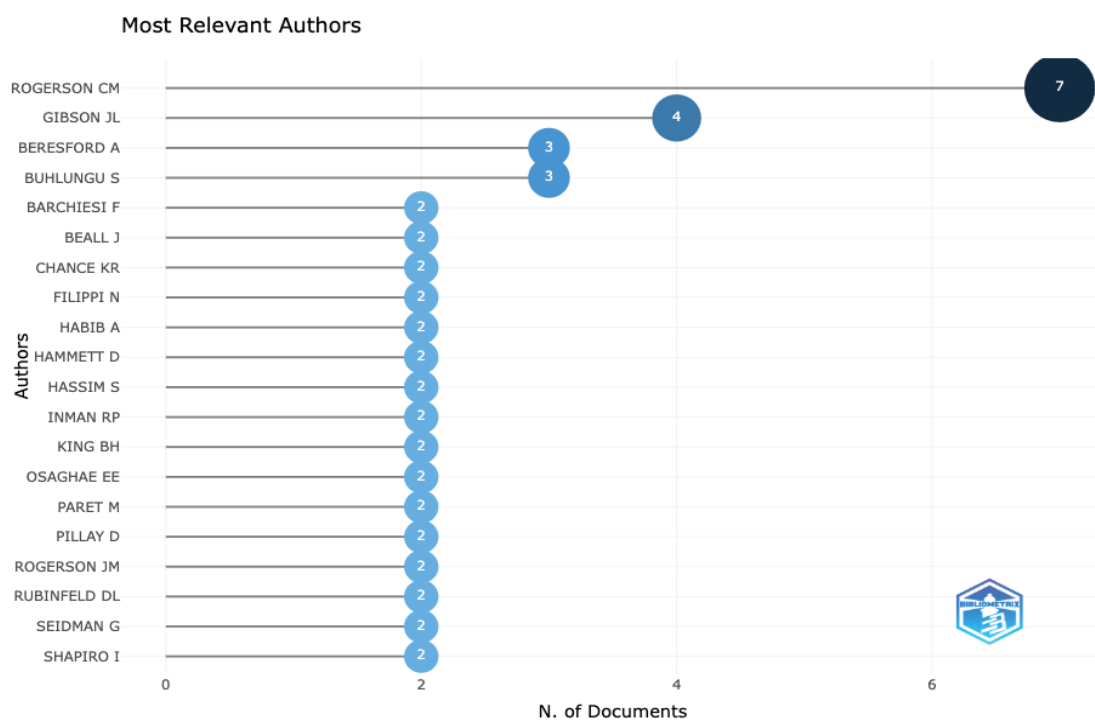
FIGURA 4 - Relações de coautoria da amostra de 154 artigos



Fonte: elaborado pela autora

Alguns pontos podem ser notados neste gráfico. Primeiramente, as relações de coautoria são bem restritas. Os autores aparecem bem isolados uns dos outros, descrevendo os clusters é possível concluir que a maioria dos diálogos estabelecidos são bem regionais, professores e pesquisadores das mesmas universidades. Mais à frente será possível visualizar melhor o ponto de origem desses trabalhos (universidades e países), mas observando esse primeiro gráfico já é possível notar que a África do Sul e a Inglaterra são os países que mais produzem estudos sobre a Transição democrática na África do Sul.

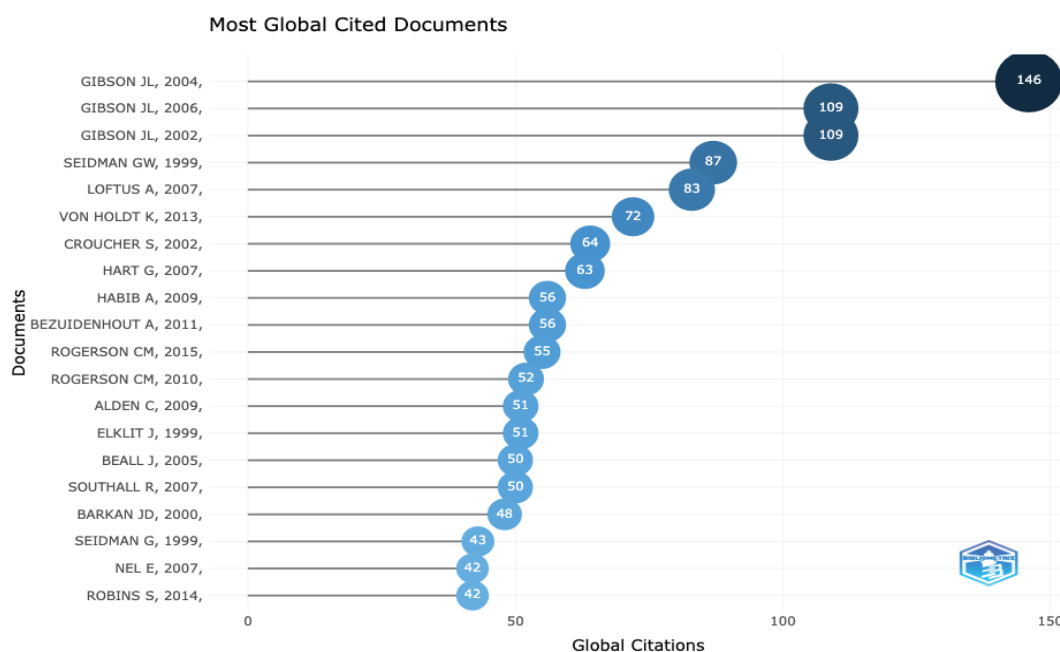
FIGURA 5 - Os autores mais relevantes em produção no tema



Fonte: elaborado pela autora

Neste outro formato de visualização, apresentado na Figura 5, as informações estão dispostas em nível de relevância desses autores. Christian Rogerson lidera com um nível 7 de relevância, seguido de Gibson e Beresford.

FIGURA 6 - Os documentos mais citados globalmente



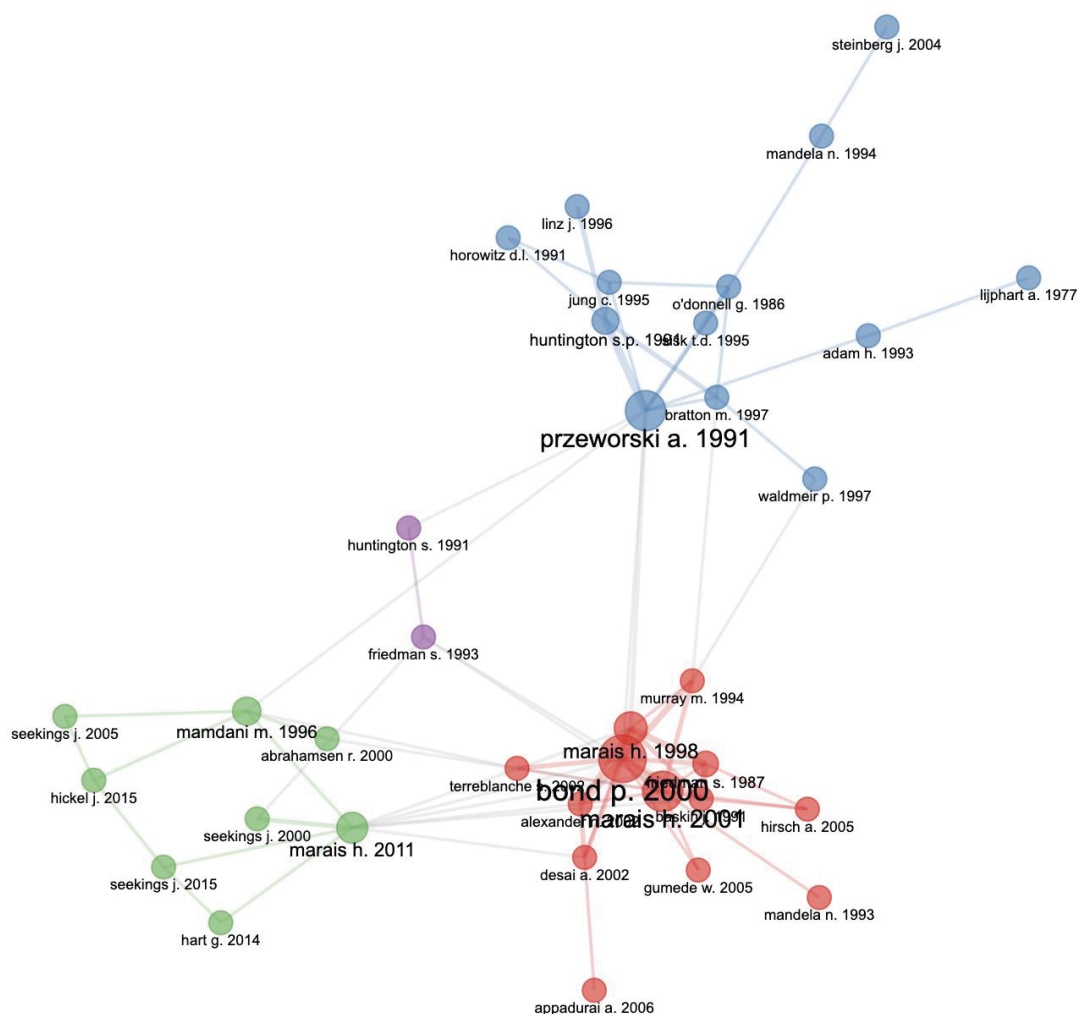
Fonte: Elaborado pela autora

Observando a Figura 6 é possível notar que apesar da relevância de Christian Rogerson, ele não é o detentor dos documentos com maior número de citação. Nesse indicador, James Gibson lidera completamente. Os três artigos, do professor da Universidade de Washington, ocupam as primeiras posições dos documentos mais citados.

Direcionando a análise para a estrutura conceitual e referencial desses trabalhos, a Figura 7 demonstra as relações de co-citação da amostra de 154 artigos analisados no Bibliometrix. É possível notar três principais clusters nessa representação gráfica. O primeiro, em azul, é composto por teóricos basilares nos estudos contemporâneos das transições democráticas, citados anteriormente na revisão teórica no capítulo 1 como: Juan Linz, O'Donnell e Schmitter e Samuel Huntington. É um cluster bem teórico composto por trabalhos desenvolvidos até os anos 90, fundantes das pesquisas da transitologia. O cluster verde, abarca trabalhos muito mais recentes liderados por Jeremy Seekings da Universidade de Cape Town, África do Sul. E por fim, o cluster vermelho tem como principal referência o autor Patrick Bond, autor de livros e artigos que tratam principalmente do contexto socioeconômico da África do Sul pós-apartheid e as crises encolvidas nos anos que seguiram de democratização do país. É possível notar que existe pouca relação e conectividade entre os autores que compõe a base teórica dos trabalhos.

Será possível enxergar isso de forma mais concreta no decorrer da análise qualitativa desenvolvida no capítulo 3. Mas há fortes indícios que as teorias sobre transição democrática, apresentadas no capítulo 1, não são utilizadas com frequência e não possuem uma presença marcante dentro dos trabalhos desenvolvidos sobre o caso sul africano.

FIGURA 7 - Relações de co-citação dos artigos

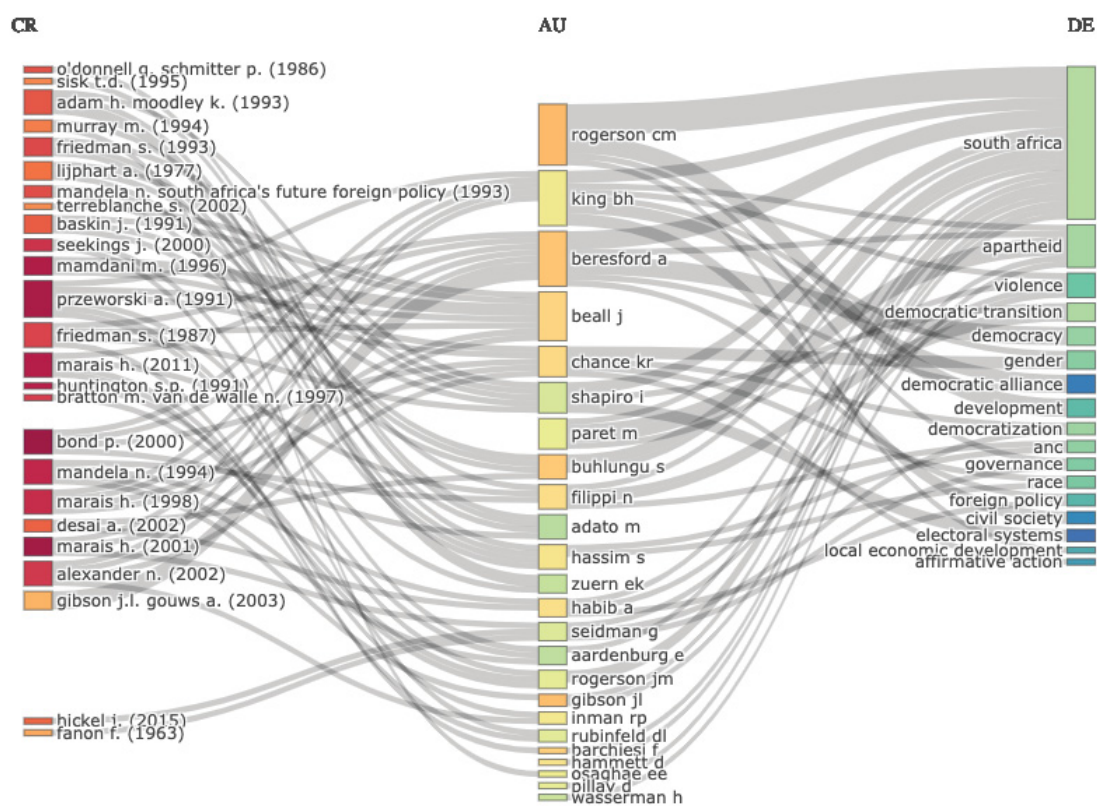


Fonte: elaborado pela autora

Um outro formato de visualização possível dentro do pacote do Bibliometrix, é o chamado *Three Fields Plot*, que conecta três variáveis, como mostra a Figura 9. Na primeira coluna estão dispostos os autores que compõem o referencial teórico da amostra

de 154 artigos. A coluna do meio os autores dos trabalhos e no lado direito as palavras-chave mais utilizadas. Importante observar que quanto maior for o tamanho da barra de cada elemento, mais citados ou mais artigos ou mais palavras foram citadas respectivamente. O mais interessante nesse formato de visualização dos dados, é a conexão estabelecida entre os três elementos. É possível observar os autores mais citados como referencial dos artigos e também as palavras chaves utilizadas pelos autores dos artigos.

FIGURA 8 - *Three Fields Plot* (Referências citadas, Autores e Palavras-chave)

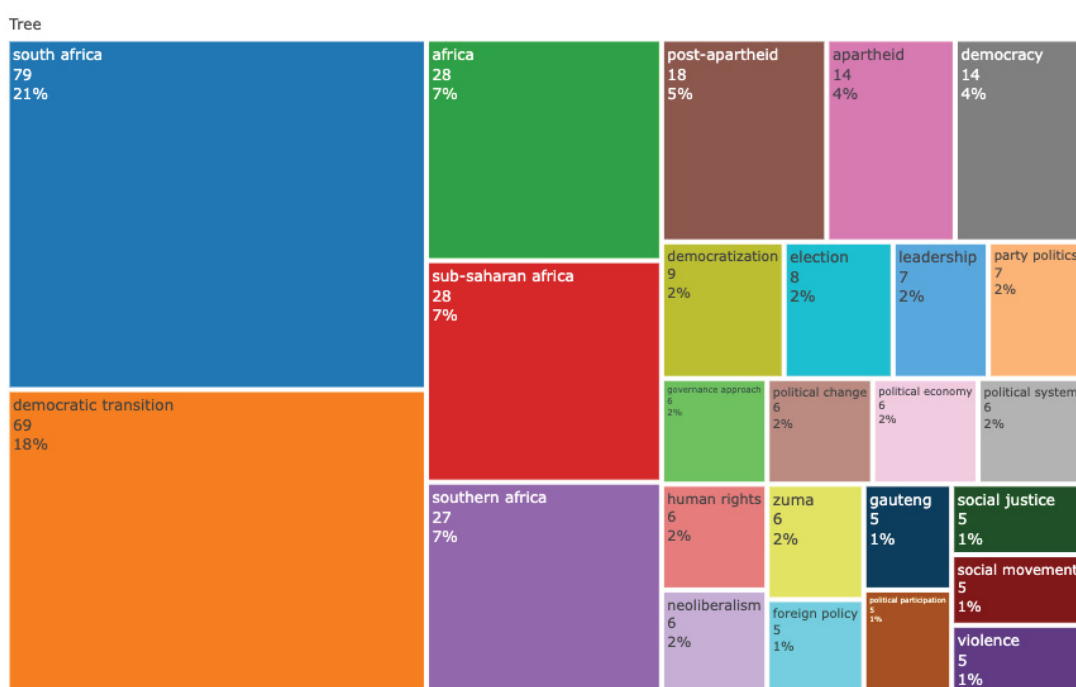


Fonte: elaborado pela autora

Ao observar a primeira coluna, representada pela cor vermelha, nota-se a estrutura teórica que compõe os artigos da amostra. Aparecem autores como O'Donnell e Schmitter que compuseram a corrente nativista (onde as razões explicativas para esses processos políticos estavam nos fatores domésticos e internos) das teorias sobre transição.

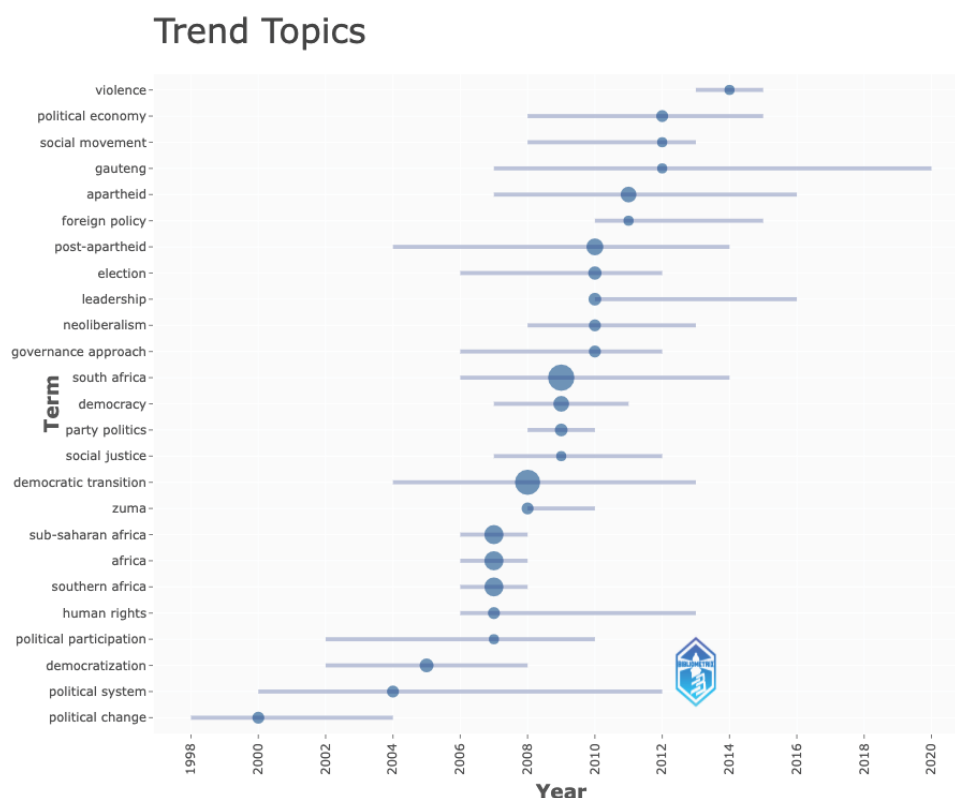
Examinando um pouco mais a última coluna, em que aparecem listadas as palavras mais citadas nos documentos, é possível visualizar que tirando os termos África do Sul e Apartheid e Transição democrática (que já era de se esperar que fossem os com mais presença nos trabalhos), violência, gênero, raça, sistemas eleitorais, desenvolvimento parecem ser os temas mais abordados no recorte. Fica mais fácil de analisar observando a Figura 9. Visualmente os tamanhos dos quadrados representam a quantidade de vezes que um termo foi citado. E a Figura 10 mapeia o comportamento desses termos no decorrer do tempo, ou seja, os momentos de maior recorrência dele nos temas e produções científicas.

FIGURA 9 - Termos mais citados



Fonte: elaborado pela autora

FIGURA 10 - Relevância dos termos no decorrer do tempo



Fonte: Elaborado pela autora

Por fim, as análises chamadas de co-ocorrência são aquelas que estabelecem conexões entre as palavras e termos utilizados numa amostra e representam a força de associação entre os pares. De forma que torna possível o mapeamento da área, identificando aglomerados de palavras-chave. A Figura 11 demonstra exatamente o comportamento das palavras-chave da amostra de 154 artigos, apresentando assim a estrutura conceitual do campo analisado. O Vosviewer identificou 9 clusters na amostragem, que serão fundamentais para o direcionamento da pesquisa no capítulo seguinte.

	Reforma Política, Gênero, Raça	
CLUSTER AZUL ESCURO	Poder Político, Estratégia Política, Governo Local	ESTUDOS ESTRATÉGICOS
CLUSTER LARANJA	Governança, Sistema Político, Desenvolvimento	ESTADO DEMOCRÁTICO
CLUSTER MARROM	Democracia, Sistema eleitoral, Partidos Políticos	INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS
CLUSTER ROSA	Resolução de disputas, Política estratégica, Discurso Político	SEGURANÇA

Fonte: elaborado pela autora

A partir da análise dos clusters identificados, foi possível agrupá-los e nomear cada um deles conforme o Quadro 8. Dessa forma, é possível concluir que os estudos desenvolvidos sobre a transição democrática na África do Sul de alguma forma encontram-se inseridos em pelo menos uma das nove áreas temáticas listadas. O que o Vosviewer produz, são imagens gráficas denominadas Clusters que basicamente significam agrupamento de informações. Nesse caso, a Figura 11 é a representação do comportamento das palavras chaves utilizadas nos 154 artigos rodados no programa. Inicialmente, nos primórdios da presente pesquisa, foram estudados cerca de 25 artigos desses 154, a leitura e análise desses trabalhos possibilitou o desenho do projeto de pesquisa, e a identificação de 8 áreas temáticas, possíveis de visualizar no mapa apresentado logo na introdução. Até então, não havia uma confirmação desse comportamento que foi mapeado ao início da pesquisa. Essa classificação em oito áreas temáticas, foi de certa forma, uma hipótese levantada e que foi confirmada com êxito após a leitura dos dados pelos programas. Com a diferença de uma nona área identificada com a análise bibliométrica. A partir da análise feita inicialmente, foi possível identificar essas 8 áreas observáveis no mapa a seguir.

FIGURA 12 – Mapeamento das áreas temáticas



Fonte: elaborado pela autora

3.2 AS NOVE ÁREAS TEMÁTICAS E PRÓXIMOS PASSOS

Cada uma das nove áreas temáticas observáveis na Figura 11 foram analisadas qualitativamente no próximo capítulo. Mas de forma inicial e introdutória pontuar-se-á cada uma delas brevemente neste momento. A primeira área, que corresponde ao cluster roxo, foi denominada de **Elites Políticas** e diz respeito aos estudos voltados para compreender o comportamento e as influências exercidas pelas lideranças e classes políticas e sociais dentro de um contexto histórico, no caso, do apartheid. A segunda área temática, representada pela cor vermelha, composta por termos como geografia, Brasil, Índia e Ruanda, é a área de **Geopolítica**. Área composta por trabalhos de estudos comparados entre outros países como, por exemplo, aqueles que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e estudos empenhados em compreender as relações estabelecidas com os demais países e suas políticas externas. Ponto que será observado, é se esse comportamento é realmente observável a partir da leitura dos trabalhos, que ocorrerá no próximo capítulo.

A terceira área denominada de **Bem-estar Social**, representada pela cor azul clara, relacionada aos termos como direitos humanos, neoliberalismo e capitalismo, é aquela composta por trabalhos empenhados nos estudos acerca da relação Estado e sociedade dentro do sistema capitalista, no desenvolvimento de programas socioeconômicos de reconstrução pós regime segregacionista e nos movimentos pelos direitos humanos dentro

da sociedade sul africana. A quarta área, em verde escuro, é a de **Economia Política**, na qual será possível observar estudos desenvolvidos para a compreensão das estruturas econômicas intrínsecas às estruturas políticas, visíveis em programas e planos econômicos pós apartheid e movimentações na economia de mercado do país.

A quinta área representada pela cor verde clara, denominada como **Sociedade Civil**, é composta por estudos acerca de temáticas como questões raciais e de gênero, saúde, escolaridade e movimentos sociais. A sexta área, na cor azul escura, corresponde aos **Estudos Estratégicos**, nos quais nota-se trabalhos sobre a teia de relações do poder político local e internacional. A sétima área em laranja representa os estudos sobre o **Estado Democrático**, os quais buscam compreender as nuances do sistema político de governança e as relações estabelecidas entre as estruturas que compõem um estado democrático. A oitava área, na cor marrom, representa as **Instituições Democráticas**, ou seja, aqueles mecanismos intrínsecos ao funcionamento de um sistema democrático, como o sistema eleitoral e partidário. Por fim, a nona área, na cor rosa, foi classificada como **Segurança**, e é composta pelos trabalhos que buscam compreender o processo de resolução de conflitos e disputas.

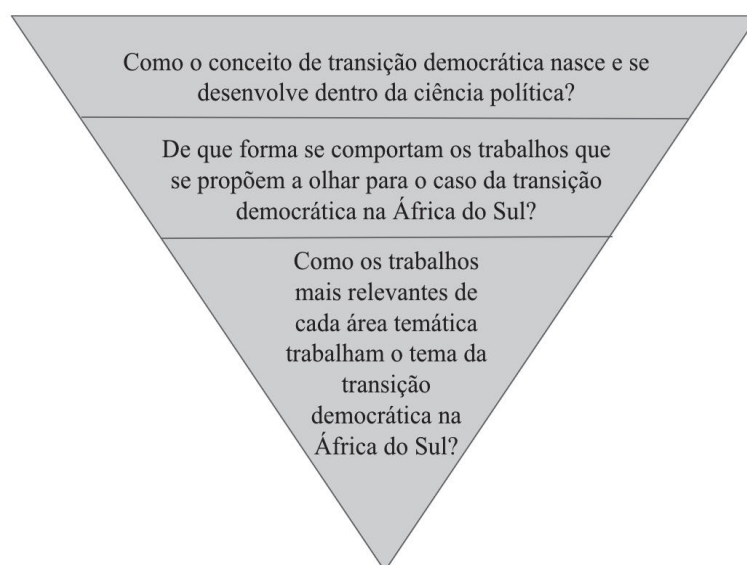
No capítulo seguinte, essas áreas serão examinadas mais profundamente, por meio da análise dos 5 trabalhos mais relevantes e influentes de cada uma, dentro do recorte de 154 artigos. Dessa forma, serão analisados de forma mais aprofundada, 45 trabalhos (o critério de relevância será o mesmo utilizado pela própria plataforma de indexação da Scopus). Buscando, assim, compreender de que forma essas temáticas vêm sendo trabalhadas nas duas últimas décadas, quais recortes têm sido feitos, quais abordagens metodológicas e teóricas foram exploradas. A intenção, nesse ensaio, é justamente unir as informações coletadas e trabalhadas nesses dois primeiros capítulos, tanto pela visão mais teórica quanto pela mais quantitativa e exploratória.

4 OS ESTUDOS MAIS RELEVANTES EM CADA ÁREA TEMÁTICA SOBRE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA ÁFRICA DO SUL

4.1 UMA BREVE RETOMADA

Os capítulos anteriores foram construídos em uma linha de raciocínio que seguiu de um nível macro de entendimento e construção do conceito de transição democrática no decorrer do tempo, dentro dos campos da ciência política e das relações internacionais, passando em seguida, para um plano de estudo de caso. Analisando o comportamento dos trabalhos que foram desenvolvidos sobre a temática da transição democrática na África do Sul a partir do ano de 1996 até o ano de 2021, obteve-se a confirmação da hipótese levantada logo no início da construção do projeto de pesquisa que originou a presente dissertação. Trata-se de um pressuposto originado da leitura de trabalhos sobre o tema da transição democrática no país africano, momento no qual foram identificadas oito áreas temáticas. A partir da análise dos dados com a utilização das ferramentas VosViewer e Bibliometrix, o n de 154 artigos confirmou não só as oito áreas já levantadas, mas nove áreas temáticas. E partindo dessas nove áreas foi desenvolvido um afunilamento mais conclusivo e de caráter qualitativo do conteúdo desses trabalhos. A estrutura metodológica deste afunilamento está representada na Figura 13 a seguir.

FIGURA 13 - Pirâmide representando as 3 etapas da construção da dissertação



Fonte: elaborado pela autora

Cada capítulo esteve empenhado em responder à questão levantada por cada fatia dessa pirâmide. Em certos momentos da análise, foi utilizado o termo "afunilamento", justamente buscando trazer essa visualização, agora retratada pela Figura 13. A pergunta a ser respondida por esse terceiro e último capítulo é: como os estudos mais relevantes de cada área temática trabalharam o tema da transição democrática na África do Sul?

Após a construção uma revisão cronológica do conceito de transição democrática foi possível notar comportamentos interessantes, tanto com relação a metodologia empregada quanto pelas escolhas conceituais e perspectivas que fundaram essa corrente de estudos que hoje apresenta cada vez mais potencial e espaço dentro das ciências humanas.

Na segunda etapa da construção deste trabalho, os esforços estiveram direcionados na busca por uma melhor compreensão de estudos que analisaram o caso específico da África do Sul pós apartheid. E com mapeamento da área foi possível identificar nove áreas temáticas nas quais se enquadram esses estudos. Nesse capítulo, foi fundamental olhar mais atentamente para cada área temática, unindo os dados coletados e a bagagem teórica construída até o momento. Foi possível observar, também, em quais áreas temáticas se encontram os trabalhos dos autores mais citados e de maior relevância no campo, que foram identificados no capítulo anterior. De forma atenta aos nuances, relações estabelecidas e escolhas teóricas.

4.2 AS NOVE ÁREAS TEMÁTICAS

4.2.1 Elites Políticas

Nas últimas décadas, a temática das elites políticas ganhou espaço e força no Brasil e no mundo, inaugurando linhas de pesquisas próprias em diversas instituições de ensino. E existem inúmeros autores e pesquisadores que utilizam a Teoria das Elites. A teoria foi sistematizada pelos autores europeus Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. E busca compreender o papel das lideranças políticas, econômicas e religiosas nos regimes políticos. Obviamente o campo de estudo é muito mais complexo e tece suas próprias estruturas conceituais e metodológicas.

Nesse momento, será observado o comportamento dos trabalhos que olharam para a temática das elites com base no caso sul africano, que corresponde aos artigos pertencentes ao primeiro cluster identificado no mapeamento apresentado no capítulo anterior. Pertence a esse agrupamento temático a autora britânica Jo Bell¹² (2004), que compõem um cluster de co-autorias que é identificado no capítulo 2 e é a sexta autora mais relevante em nível global. O seu artigo (escrito juntamente com mais dois autores) traz a temática das elites sobre a perspectiva das lideranças tradicionais sul africanas.

A África do Sul, como outros países do continente possui uma raiz tribal extremamente forte, que nem mesmo a colonização foi capaz de apagar. Esse fato se estende à política também. E no país em questão, observa-se muito fortemente o que foi denominado de "*chieftaincy*". Uma espécie de liderança muito particular observável nos países africanos. O Oxford Handbook define o termo como:

"Em toda a África, o termo chefe foi - e ainda é - usado para descrever indivíduos cujo status e influência são extremamente diversos; nenhum modelo analítico único pode explicar os múltiplos fenômenos de 'chefia'. Mas um padrão amplo pode ser observado. do continente, os indivíduos que possuíam autoridade política nas sociedades pré-coloniais o fizeram de maneira mais eficaz não monopolizando um único tipo de poder, mas lidando com múltiplas formas de conhecimento poderoso. nova potência produtiva, servindo como meio para mediar e reproduzir uma distinção entre a tradição, por um lado, e o Estado, por outro"¹³ (WILLIS, 2013)

É justamente com base nesse viés dos estudos sobre elites que Jo Bell vai se debruçar no artigo citado. Com o fim do apartheid e a reestruturação política na África do Sul, observou-se pressões sobre a governança democrática em diversas partes do país que levaram ao ressurgimento das autoridades tradicionais, ou seja, a democratização foi acompanhada por movimentos que simultaneamente garantiram poder para líderes tradicionais, no formato da *chieftaincy*. Isso ocorreu principalmente em áreas rurais. Dessas províncias, a autora aponta para uma exceção (que será o estudo de caso do artigo)

¹² "Navigating tradition: Traditional authorities and governance in eThekweni Metropolitan Municipality, South Africa"

¹³ Across Africa, the term chief has been—and still is—used to describe individuals whose status and influence is extremely diverse; no single analytical model can explain the multiple phenomena of 'chieftaincy'. But a broad pattern can be observed. Across much of the continent, individuals who possessed political authority in pre-colonial societies did so most effectively not by monopolizing a single kind of power, but by dealing in multiple forms of powerful knowledge. In the colonial period and subsequently, this brokering of knowledge has acquired a new productive potency, serving as a means to both mediate and reproduce a distinction between tradition on the one hand and the state on the other (versão original).

que é a província KwaZulu-Natal. A partir de uma pesquisa histórica e de entrevistas com lideranças tradicionais e vereadores que atuam em áreas de autoridade tradicional.

A autora argumenta que o caso da província evidencia que a consolidação democrática vai muito além de mexer nas bordas das estruturas do governo, ou se preocupar com o número de representantes eleitos e não eleitos (BELL, 2004). Obviamente, ela deixa claro, que são fatores extremamente importantes, mas que um governo local desenvolvimentista capaz de envolver uma gama ampla de parceiros, ou seja, que inclua autoridades tradicionais, também faz parte das práticas democráticas.

O sexto artigo mais citado globalmente publicado por Karl von Holdt¹⁴ (2013) da Universidade de Johannesburg, traz para os estudos de elites um viés mais voltado para a questão de segurança, pode-se dizer que mescla as duas áreas temáticas no trabalho. Ele incorpora em sua argumentação a questão da violência sendo parte integrante e intrínseca do processo de formação das classes tanto governantes (as elites) quanto às demais, dentro das relações que se estabelecem na África do Sul democrática.

A violência não é um fato novo no país africano. O colonialismo e o apartheid eram sistemas baseados na violência e coerção. E os padrões históricos de violência continuam enraizados, embora com significados alterados no universo simbólico de uma democracia instaurada (HOLDT, 2013). No artigo, o autor argumenta que a África do Sul se encontra dividida por um lado pela persistência de uma estrutura sócio econômica marcada pela extrema pobreza e desigualdade e por outro pela ruptura simbólica e institucional de uma transição para a democracia. E essa relação dual produz uma ordem social altamente instável em que crescem os conflitos e a violência intra-elite, caracterizada por novas formas de violência e a reprodução de padrões mais antigos de violência, uma ordem social que pode ser caracterizada como uma democracia violenta.

Em seguida, o terceiro artigo que desenvolve um diálogo com a temática das elites política do autor Marcel Paret¹⁵ (2021) é um trabalho bastante recente. E ancora-se na teorização de Antonio de Gramsci sobre a Revolução Passiva. Paret busca examinar a aplicação do conceito no caso sul africano, que foi assegurado pelas elites através da

¹⁴ "South Africa: the transition to violent democracy"

¹⁵ "Resistance within South Africa's Passive Revolution: from Racial Inclusion to Fractured Militancy"

transição democrática que ocorreu no início dos anos 1990 e a mobilização de baixo no período pós apartheid.

Ele argumenta que a revolução passiva na África do Sul contou basicamente com a inclusão racial formal combinada a uma preservação da extrema desigualdade e insegurança econômica, a desmobilização das forças populares e lutas estreitas da elite por recursos estatais. Seu artigo nasceu de um extenso trabalho de campo etnográfico, e contou com entrevistas com ativistas e moradores dos bairros pobres e assentamentos informais ao redor de Joanesburgo. E dessa forma, conseguiu fundamentar seu argumento de que a revolução passiva produziu uma militância que ele denomina de "fraturada". Ou seja, que consiste na proliferação e fragmentação simultâneas da resistência popular. É interessante trazer aqui o diálogo estabelecido entre os autores, quando Paret traz em sua base bibliográfica o artigo de Holdt (2019), mencionado anteriormente.

Ainda sob a luz da temática de elites, mas agora mais direcionada para o campo do direito e da economia, o artigo dos americanos Robert Inman e Daniel Rubinfeld¹⁶ (2012) conseguem transitar dentro dos campos observando o caso sul africano. O foco central da análise proposta está no papel desempenhado pelas instituições federais para a construção das novas democracias. No artigo abordam que a atribuição das responsabilidades fiscais seria um meio de centralizar a tributação das bases e assim poder garantir uma redistribuição democrática. E dialogam indiretamente, com o mesmo argumento proposto por Jo Bell, de que as províncias exercem um papel fundamental como estabilizadora para a nova democracia. Ou seja, as lideranças provinciais oferecem aos políticos eleitos uma oportunidade de demonstrar seu compromisso com o regime democrático e com o governo. E a competição política dentro das províncias fornece parâmetros para que os próprios eleitores identifiquem políticos ineficientes e corruptos (INMAN & RUBINFELD, 2012).

E por fim, o artigo de Michael Connors¹⁷ (1996), publicado justamente no ano de assinatura da primeira constituição democrática do país africano, consegue entrar no tema das elites a partir da teorização de Arend Lijphart sobre a democracia consensual. O trabalho de Connors considera que o consociacionalismo fracassou ao reivindicar para si

¹⁶ "Federal institutions and the democratic transition: Learning from South Africa"

¹⁷ "The eclipse of consociationalism in South Africa's democratic transition"

o título de melhor formato de democracia para nações fortemente marcadas por clivagens étnicas. O argumento básico aqui é que a abordagem unidimensional do consociacionalismo para a política étnica esvaziou o modelo de qualquer utilidade pragmática, especialmente quando ficou evidente que a equação étnica na África do Sul era mais fluida do que o modelo consociacional havia proposto (CONNORS, 1996). Ele explica que Lijphart deseja tornar os padrões e "regras" que caracterizam uma democracia consociacionista na Europa generalizáveis, e não levou em conta os processos históricos e ideológicos que ocasionaram o surgimento das nações do continente africano e demais países colonizados.

Ao observar, mesmo que de forma breve, os cinco artigos mais relevantes conforme os parâmetros estabelecidos pela Scopus, que compõem a área temática de elites políticas, é possível notar que a base bibliográfica desses trabalhos é bastante recente. Ou seja, não foram encontrados os trabalhos fundadores da corrente de estudos sobre transições democráticas, que foram pontuados no primeiro capítulo. Apenas Guillermo O'Donnell foi citado em um dos trabalhos e Samuel Huntington nesse último artigo de Michael Connors. Vemos também um diálogo constante com outras das subáreas temáticas que ainda serão abordadas no decorrer do capítulo, como a área de segurança e economia política. Os autores praticamente não dialogam entre si, e isso já havia sido observado no capítulo anterior no mapeamento de co-autorias. As demais subáreas serão analisadas a seguir para identificar se esses fatos são uma constante no campo de estudos sobre a transição democrática no caso sul africano.

4.2.2. Geopolítica

A segunda área temática mapeada no conjunto de artigos sobre a transição democrática na África do Sul foi a Geopolítica. Um campo de estudos que se propõe a analisar e investigar as relações de poder e território estabelecidas entre as nações, entidades e organizações internacionais e blocos. Nesse cluster observa-se a presença de alguns países como Brasil, Índia e Ruanda. Uma hipótese levantada é de que existem relações estabelecidas na produção científica, tendo como objeto de estudos países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Uma característica já levantada é a tendência à construção de estudos comparados, isso ocorre com frequência principalmente dentro das Relações Internacionais. E para a aplicação de estudos

comparados, são necessários pontos comuns entre os casos para sustentar a justificativa da comparação, por isso faria sentido estabelecer paralelos entre países que compõem um mesmo bloco político e econômico. Nesse tópico, será possível confirmar essa suposição.

O primeiro artigo de Adam Habib¹⁸, se tornou um estudo bastante influente na área. Escrito em 2009 pelo autor sul africano, ele compõe um dos clusters de co autoria, juntamente com Devan Pillay (autor da subárea temática de economia). E está dentre os dez autores mais relevantes globalmente.

Habib contextualiza que em 2007, quando a África do Sul assumiu pela primeira vez um dos assentos rotativos temporários no Conselho de Segurança das Nações Unidas, sua participação gerou controvérsias principalmente com relação às pautas de direitos humanos. Historicamente, os estudos sobre o desempenho da política externa sul africana se dividiram em dois momentos distintos. A primeira geração de estudos ofereceu avaliações polarizadas da política externa do país. Por um lado, intelectuais e ativistas alinhados, ao Congresso Nacional Africano (CNA) retrataram os compromissos externos sul-africanos como progressistas e reflexos de uma agenda de direitos humanos. Já a segunda geração de estudos foi menos orientada ideologicamente e mais útil para permitir uma compreensão dos compromissos de política externa do país. "Seguindo alguns dos trabalhos sobre potências médias realizados em outras partes do mundo, esses estudiosos avançaram a tese de que o status de potência média da África do Sul a predispõe ao multilateralismo e parcerias nos níveis global e continental" (HABIB, 2009, p. 144).

O autor argumenta que o país não se enquadra numa categoria de potência intermediária, pelo contrário, suas capacidades tanto econômicas, quanto militares e diplomáticas, ainda mais com relação às outras nações africanas, a colocam numa posição de potência regional ou hegemônica. Um status que lhe confere um conjunto de privilégios, obrigações e responsabilidades. De forma resumida, uma potência regional é o nome dado aos estados que fazem parte de uma determinada região e está ligado a ela culturalmente, economicamente e politicamente, mas também exerce em contrapartida influência na identidade e assuntos dessa região, definindo sua segurança, fornecendo lideranças por meio de suas estruturas de governança e atuando como representante, e é reconhecido como tal em âmbito regional e internacional (HABIB, 2009).

¹⁸ "South Africa's foreign policy: hegemonic aspirations, neoliberal orientations and global transformation"

Observando a ausência de trabalhos acadêmicos com força analítica que empreguem conceitualmente esse entendimento no caso sul africano, o autor se propõe a desenvolver uma análise do caráter, aspirações e orientações estratégicas da elite política pós-apartheid da África do Sul. Em seguida, demonstra como essas aspirações e orientações estratégicas influenciaram o comportamento, as decisões e a prática da política externa do país. Por fim, o artigo conclui refletindo sobre se esse comportamento vai mudar com o surgimento de uma nova liderança política no CNA no final de 2007 e após 2009, e como o estudo de caso sul-africano fala com a teoria mais ampla construção de agenda sobre potências regionais e sua prática de política externa.

O segundo artigo da subárea temática, traz em seu estudo um viés de geografia local, do autor americano Brian King (2006)¹⁹, aborda a discussão acerca da importância do papel desempenhado pelas *homelands*²⁰ sul africanas na ideologia do apartheid de segregação racial. O autor explica que as pesquisas geográficas recentes têm tentado avaliar as marcas espaciais que essa conjunção geográfica trouxe para as populações residentes, bem como as variações de classe, gênero e institucionais que caminharam juntamente com o processo de transição democrática no país.

Seu estudo explora o caso da antiga *homeland* KaNgwane²¹, ao examinar as diversas maneiras pelas quais as famílias rurais acessaram recursos ambientais e econômicos para produzir meios de subsistência. Argumentando que os sistemas coloniais e de apartheid de categorização e exclusão racial tiveram um impacto significativo nas geografias da África do Sul. Embora esses sistemas estejam em constante mudança e transformação na era pós-apartheid, seus reflexos permanecem moldando as estratégias de subsistência e os sistemas de governança que se desenvolveram nas antigas *homelands* do apartheid. O grande equívoco que ainda se

¹⁹ "Placing Kangwane in the new South Africa"

²⁰ Também chamados de bantustões, dez *homelands* foram criadas para "limpar" a África do Sul de seus cidadãos negros, abrindo caminho para remoções forçadas em massa. Na década de 1970, o governo concedeu uma falsa independência às *homelands* negras da África do Sul. Isso serviu como uma desculpa para negar todos os direitos políticos africanos na África do Sul (fonte: <https://www.apartheidmuseum.org/exhibitions/the-homelands>)

²¹ KaNgwane foi uma *homeland* (bantustão) na África do Sul, destinada pelo governo do apartheid a ser uma pátria semi-independente para o povo suazi. KaNgwane foi dissolvida em 27 de abril de 1994, quando a Constituição Provisória acabou com as *homelands* e criou novas províncias. Hoje, seu território faz parte da província de Mpumalanga.

comete é a representação desses espaços como uniformes e vários estudos demonstram as diferenças sociais dessas comunidades (KING, 2006).

Ele aponta que "o apartheid não foi vivenciado de maneira uniforme em todo o país" (KING, 2006, p. 94). As autoridades tribais e os líderes das *homelands* estiveram envolvidas com o estado do apartheid de diversas maneiras e deixaram estruturas duradouras que estão sendo reformuladas por uma variedade de instituições e atores até hoje. Ou seja, embora os sistemas de segregação colonial e do apartheid tivessem trajetórias semelhantes no espaço, as *homelands* não deveriam ser representadas como espaços geográficos uniformes.

Partindo para uma perspectiva de relações externas, o artigo dos acadêmicos sul africanos David Hornsby e Oscar van Heerden²² (2013), traz uma realidade pouco discutida acerca da relação tensa entre a África do Sul e o Canadá. Fato que pode parecer surpreendente considerando os laços estreitos forjados durante a transição democrática da África do Sul, e do histórico de apoio mútuo e da participação compartilhada entre as duas nações no G20 e em outros grupos internacionais e acordos. Logicamente assume-se que ambos os países são aliados naturais no cenário internacional. Porém, segundo o autor, a África do Sul e o Canadá têm estado consistentemente em lados opostos de grandes problemas internacionais. O trabalho traz o caso da relação sul africana e canadense para ilustrar a tese de que uma série de condições, elencadas no artigo, são fatores necessários para a promoção da cooperação entre potências médias emergentes e tradicionais. Ao interrogar a relação África do Sul-Canadá, sugere-se que, quando algumas ou todas essas condições não são satisfeitas, a cooperação entre esses dois tipos de potências médias é difícil.

O quarto artigo, escrito pela professora Jo-Ansie van Wyk²³ (2019) da Universidade de Pretória, autora de diversos trabalhos sobre o período pós-transição para a democracia no país, desenvolve em seu estudo uma análise das estratégias de adaptação do Ministério das Relações Exteriores da África do Sul desde os anos 1990. Buscando notar as diversas mudanças de foco, lideranças políticas e burocráticas, reestruturação e transformação institucional do ministério e as novas ênfases em relações

²² "South Africa–Canada relations: a case of middle power (non)cooperation?"

²³ "From apartheid to Ubuntu: Transition, transaction and transformation in South Africa's post-apartheid foreign ministry"

intergovernamentais e governança cooperativa. Sua revisão narrativa histórica levanta momentos importantes internacionalmente que moldaram os direcionamentos da política externa sul africana.

Um momento relevante citado por ela, foi o lançamento feito pelo ministério de um documento oficial intitulado *Building a Better World: The Diplomacy of Ubuntu*, em 2012. O qual definiu Diplomacia do Ubuntu como a abordagem do país para relações exteriores por meio de: "colaboração, cooperação e parceria em vez de conflito e uso da força (...) essa filosofia se traduz em uma abordagem das relações internacionais que respeita todas as nações, povos e culturas. Reconhece que é do nosso interesse nacional promover e apoiar o desenvolvimento positivo de outros" (VAN WYK, 2019, pg. 13). A adesão da África do Sul à formação dos BRICS com o Brasil, Rússia, Índia e China, foi um marco para a política externa do país. O que, mais tarde, também colaborou com a campanha de eleição de Dlamini-Zuma como presidente da Comissão da União Africana.

Por fim, o último artigo que trabalha dentro do cluster de geopolítica foi escrito por Eghosa E. Osaghae²⁴ no ano de 1995, ano da assinatura da primeira constituição democrática da África do Sul. O autor analisa os contextos tanto global quanto regional da transição democrática no país. Argumentando que a natureza da nação (sua população multiracial, sua importância estratégica para o ocidente, sua colonização e o poder de seu estado durante o apartheid) somada as pressões e forças internacionais desempenharam papel fundamental na transição para a democracia. No contexto global, o regime do apartheid explorou a guerra fria para retardar a transformação, mas uma vez que a guerra terminou e a revolução democrática global foi iniciada, o caminho para a transição democrática foi aberto para a África do Sul.

O trabalho de Osaghae é um exemplo claro de estudo que se enquadra na corrente internacional dos estudos de transição, abordada no capítulo um. Não só pelo seu enfoque no peso que a conjuntura internacional teve para o processo de democratização, mas também se observa uma base teórica em seu referencial teórico, citando os autores fundadores da corrente: O'Donnell, Schmitter e Whitehead. Os artigos mencionados anteriormente não apontaram um diálogo com essa bibliografia fundadora da corrente de estudos sobre transição. O que não retira desses trabalhos, aprofundamento e estruturação

²⁴ "The global and regional contexts of south africa 's democratic transition"

metodológica, mas é curioso notar que praticamente não são construídas essas pontes analíticas nos artigos que versam sobre a temática. No decorrer do capítulo veremos se esse fato é uma constante.

4.2.3 Bem-estar Social

A terceira área temática intitulada de Bem-estar Social engloba estudos relacionados aos direitos humanos, neoliberalismo e capitalismo. É composta por trabalhos empenhados nos estudos acerca da relação estado e sociedade dentro do sistema capitalista, no desenvolvimento de programas socioeconômicos de reconstrução pós regime segregacionista e movimentos pelos direitos humanos dentro da sociedade sul africana. Norberto Bobbio define o Estado de Bem-estar Social na seguinte passagem de seu Dicionário de Política:

"O Estado do bem-estar (*Welfare state*), ou Estado assistencial, pode ser definido, à primeira análise, como Estado que garante "tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade mas como direito político" (H. L. Wilensky, 1975) (...) exemplos levam a vincular o conceito de assistência pública ao das sociedades de elevado desenvolvimento industrial e de sistema político de tipo liberal-democrático. Na realidade, o que distingue o Estado assistencial de outros tipos de Estado não é tanto a intervenção direta das estruturas públicas na melhoria do nível de vida da população quanto o fato de que tal ação é reivindicada pelos cidadãos como um direito" (BOBBIO, 1983, p. 416)

O primeiro trabalho dentro da área, foi escrito por Wessel Visser²⁵ (2009), da Universidade Stellenbosch, na África do Sul. Seu estudo traz para o debate da transição uma perspectiva acerca do sistema de previdência social sul africano. Durante o apartheid, o sistema previdenciário do país seguia uma estrutura bem nos moldes ocidentais europeus, e foi instituído com intuito de proteger a população branca contra possíveis contingências. O autor explica que a natureza distorcida das políticas de bem-estar social que favoreceram os brancos por décadas tiveram sua origem nos tempos coloniais. Visser traça em seu trabalho uma cronologia do desenvolvimento das políticas de seguridade social, que nascem na colonização holandesa, caminhando até 1948 quando o Partido Nacional assume a liderança política do país:

²⁵ "From RDP to gear to post-polokwane: the ANC and the provision of social security for post-apartheid South Africa"

"O evento final de maior significado para o bem-estar social (branco) na África do Sul foi a chegada ao poder em 1948 do governo do Partido Nacional (NP). As políticas do apartheid deveriam implementar os mecanismos de desenvolvimento separado, também no que diz respeito ao bem-estar social. Estruturalmente, o desenvolvimento separado no período de 1951 a 1980 se refletiu na fragmentação dos serviços de bem-estar do Estado de acordo com a raça. (...) A separação dos serviços de assistência social por grupo racial serviu para perpetuar e consolidar a discriminação na qualidade dos serviços" (VISSER, 2009, p. 4).

Em 1985, em Durban é fundado o COSATU (Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos), no auge da agitação política no país. De sua criação, nasceu uma nova dinâmica e sindicalismo político na África do Sul. E antes das primeiras eleições democráticas no país, em 1994, o CNA (Partido do Congresso Nacional Africano) concordou em adotar o RDP (Programa de Reconstrução e Desenvolvimento) proposto pelo COSATU, um programa que continha elementos de segurança social em troca do apoio do COSATU nas eleições. Assim, o RDP formou a base do manifesto eleitoral do ANC. De fato, a intervenção do COSATU foi crucial para garantir uma vitória eleitoral para o ANC (VISSER, 2009; BASKIN, 1994; BUHLUNGU, 1994; MARAIS, 2001; TERREBLANCHE, 2003).

Visser explica que enquanto as reduções nos programas sociais eram comuns durante a década de 1980, nos anos de 1990 parecia haver um apoio crescente nos debates internacionais entre os líderes políticos para a proposição de que as forças do mercado sozinhas não seriam capazes de resolver problemas sociais graves. Nesse contexto, o novo governo se concentrou em atender às necessidades básicas, erradicar a pobreza e investir nas capacidades humanas. Também empreendeu uma grande revisão do sistema de bem-estar do país. Atualmente, o grande desafio que o país enfrenta é oferecer uma rede de segurança para a população dentro do mercado de trabalho e ao mesmo tempo proteger aqueles empregados de possíveis instabilidades. Embora o sistema de seguridade social tenha se desenvolvido a níveis quase sem precedentes para um país semi-industrial, ainda existem grandes lacunas (VISSER, 2009).

No segundo artigo, temos o autor identificado pelos parâmetros da Scopus como o mais relevante na produção da temática. Christian Rogerson é professor da Universidade de Johannesburgo, possui relações de produção acadêmica com os pesquisadores Nico Kotze e Zinze Sixaba, entre outros. Seu trabalho de 2007 escrito em

co-autoria com Etinne Nel²⁶, examina a evolução política do LED (Desenvolvimento Econômico Local) na África do Sul entre os anos de 1995 e 2006. Com especial enfoque no documento produzido no ano de 2006 do Quadro Nacional. Um conjunto de diretrizes que apontaram inúmeros desafios enfrentados pelas ações do LED nas pequenas cidades sul africanas.

No período logo após as eleições de 1994, o LED, assim como outras políticas foram implementadas, foi ativamente explorado como uma alternativa ao domínio do apartheid. Por exemplo, a *Urban Foundation* elaborou na época um documento com iniciativas políticas para regeneração com foco no empreendedorismo baseado nas experiências urbanas de cidades da Europa Ocidental e América do Norte. O autor aponta que a implementação das medidas promovidas pelo LED foi bem recebida e bem sucedida no país nas duas últimas décadas. Mas salienta que ainda é muito cedo para declarar que essas medidas solucionaram os problemas e crises enfrentadas principalmente pelos municípios menores e mais rurais da África do Sul. O aumento da dívida dessas localidades, o atraso constante no desenvolvimento e escassez de profissionais qualificados e renda tornam cada vez mais difícil o alcance das políticas públicas do programa.

Outro trabalho que vai de encontro com as questões sobre o desenvolvimento das regiões sul africanas, é o artigo de Selemela e du Plessis²⁷ (2016), contribuem para a área com uma abordagem estatística. O artigo compara as tendências e padrões de crescimento e desenvolvimento com presença de autoridades tradicionais em relação às áreas que não possuem tais figuras, que vimos anteriormente, são fruto de debate das mais diversas frentes (elites e geopolíticas). A análise comparativa empregada pelos autores utiliza técnicas descritivas e multivariadas para comparar três dimensões de crescimento e desenvolvimento: serviços básicos e habitação, indicadores socioeconômicos e medidas de densidade.

A realidade acerca do papel que autoridades tradicionais desempenham nas sociedades não é única e exclusivamente pertencente à África do Sul, muitas nações do

²⁶ "Evolving Local Economic Development Policy and Practice in South Africa with Special Reference to Smaller Urban Centres"

²⁷ "A Comparative Analysis of Urban Growth and Development in Traditional Authority and Non-traditional Areas: the Case of Rustenburg and Mahikeng Municipalities in the North West Province, South Africa"

continente e até mesmo asiáticas e latino-americanas, têm em sua composição política essas figuras representadas por reis, chefes e anciãos. "Alega-se que alguns países africanos conseguiram conciliar com sucesso as aspirações das estruturas tradicionais com as do governo num espírito de cooperação mútua" (SEMELA & DU PLESSIS, 2016, p. 436). Na África do Sul, historiadores afirmam que as autoridades tradicionais foram usadas durante a colonização britânica como um meio de estabelecer pontes entre a população local e os governadores gerais que vinham da Europa. Logo no início do apartheid, em 1951, a Lei das Autoridades Negras, colocou essas autoridades como os líderes das *homelands*. Hoje, depois da transição democrática, existe muita ambiguidade e questionamento sobre a existência dessas figuras. Entretanto, são essas autoridades locais que realizam reuniões comunitárias e são porta-vozes dos programas governamentais dentro das comunidades e são também responsáveis por preservar e impulsionar os costumes tradicionais dessas populações.

Os resultados obtidos por meio da comparação estabelecida, revelam uma tendência amplamente convergente entre os níveis de desenvolvimento em áreas com autoridades tradicionais e sem essas figuras, entre os anos de 1996 e 2011. De modo geral, o autor explica que os resultados obtidos indicam que as autoridades tradicionais nas áreas selecionadas para o trabalho, não representam variáveis que impediram o crescimento e o desenvolvido neste recorte temporal.

Sem levar em conta a presença ou ausência de lideranças tradicionais, um fato que deve ser notado é que logo após 1994, com as primeiras eleições democráticas, as expectativas com relação ao desenvolvimento do país, transformações nas esferas sociais, culturais e políticas eram altíssimas. A euforia que tomou conta da população é justificável, depois de décadas vivendo uma sociedade racialmente dividida institucionalmente e legalmente, somado ao fato da presença de um líder carismático como Mandela e as figuras aliadas ao CNA levantando bandeiras sobre liberdade e igualdade. A África do Sul tem hoje uma das constituições mais esclarecidas do mundo, que garante os direitos humanos básicos e apoia o avanço daqueles que antes eram desfavorecidos. Porém os sul-africanos perceberem as barreiras ao acesso às recompensas materiais da democracia. É sobre esse tema que o artigo de Møller e Dickow²⁸(2002),

²⁸ "The role of quality of life surveys in managing change in democratic transitions: The South African case"

trata. Com base nas rodadas de pesquisa para o *South African Quality of Life Trends Project*, responsável por coletar as avaliações populares acerca das políticas e programas destinados a melhorar a qualidade de vida da população sul-africana. O trabalho tem por finalidade descrever o papel dos indicadores sociais no monitoramento da qualidade de vida na África do Sul e relata as conclusões das pesquisas de elite e de base.

O principal ponto levantado na filtragem e avaliação dos relatórios, quando se fala de níveis de satisfação, os dados obtidos por Møller e Dickow, apontam para a necessidade da criação de uma classe média negra mais forte e consolidada, que foi negligenciada no passado.

"Até agora, a mudança de face da riqueza na África do Sul criou apenas uma pequena elite. De acordo com um estudo recente, a proporção de famílias negras nos 10% mais ricos das famílias sul-africanas aumentou de 9% em 1991 para 22% em 1996. No entanto, a diferença entre ricos e pobres aumentou, especialmente na comunidade negra (Whiteford e van Seventer, 2000). Nosso estudo de 1999 descobriu que os sul-africanos comuns depositam suas esperanças em intervenções do tipo RDP²⁹ e ações afirmativas para melhorar a qualidade de vida. Muitas das elites viam o RDP apenas como um amortecedor, mas não como uma solução para a pobreza" (Møller & Dickow, 2002, p. 289)

Por fim, o quinto artigo que trabalha dentro da área temática, do autor americano Franco Barchiesi³⁰ (1997) está entre os cinco artigos mais influentes da base dentro da temática Transição democrática na África do Sul. Seu trabalho é capaz de dialogar com praticamente autores de todas as áreas temáticas apresentadas aqui. Tem em suas referências autores como Von Hold (elites), Osaghae (geopolítica) e Gibson (estado democrático).

Seu artigo propõe a discutir a adaptação e a resistência ao trabalho em transições democráticas hegemônicas por orientações econômicas de livre mercado nos casos da Nigéria e da África do Sul, de forma comparada. Tentando observar se as relações entre democratização e neoliberalismo são uma área problemática para a maioria dos países africanos. E nesse contexto, a África do Sul e a Nigéria podem ser assumidas como dois polos opostos de um espectro. Primeiramente, ele salienta a importância de reconhecer o papel que questões que envolvem o trabalho, sindicatos e movimentos trabalhistas

²⁹ Programa de Reconstrução e Desenvolvimento.

³⁰ "Labour, Neoliberalism and Democratic Politics in Nigeria and South Africa: A Comparative Overview"

desempenham na política de transição. Mas falar desses pontos em um contexto africano não é um trabalho fácil, e por esse motivo ele busca perguntar o que exatamente afeta os processos de transição, ou quais dimensões na construção da organização, mobilização e identidade são relevantes para localizar o tópico trabalho dentro do processo de democratização.

De forma geral, as nações africanas possuem um histórico fraco de sindicalização, um peso comparativamente limitado de força de trabalho assalariada, somado a isso, a proliferação de políticas de ajuste (SAP) torna o cenário cheio de obstáculos. Ele explica que, especialmente, essas políticas de ajuste não podem ser tratadas como não problemáticas, como um todo coeso presidido pelo título de neoliberalismo. E que na realidade, é preciso compreender que a África é composta por uma variedade de neoliberalismos. E o impacto que as SAP's nas questões trabalhistas têm particularmente um peso maior do que nos demais setores da sociedade civil isso porque, nas palavras do autor:

"De um lado, a força do trabalho modifica as abordagens e estratégias adotadas pelas instituições internacionais e seus patrocinadores nacionais, contribuindo assim para a diferenciação e as contradições internas ao neoliberalismo. No entanto, por outro lado, as próprias políticas neoliberais modificam recursivamente a natureza da "sociedade civil" e seu potencial de resistência. Desta forma, as relações entre o trabalho e a sociedade civil, e o próprio conceito de sociedade civil, não podem ser assumidas como estáticas e históricas" (BARCHIESI, 1997, p. 172).

Por meio do estudo comparado desenvolvido, o autor aponta que diferentemente do caso nigeriano, a África do Sul mudou com sucesso para um sistema político representativo democrático e a contribuição do trabalho organizado na superação do apartheid foi um fator decisivo. Como segundo fator, o trabalho tem sido uma grande força motriz na fase de transição e pós-transição, devido à formalização eleitoral e aliança programática da maior federação sindical, a Congresso dos Sindicatos da África do Sul³¹ (COSATU), com o principal partido no governo, o Congresso Nacional Africano (ANC) e com o Partido Comunista Sul-Africano (SACP). E o terceiro, a ascensão de uma hegemonia neoliberal na África do Sul foi menos dependente da crise econômica e das restrições externas impostas pelas instituições financeiras internacionais, e mais uma

³¹ Congress of South African Trade Unions

questão de contestação e escolhas estratégicas internas envolvendo Estado e capital. No entanto, essas diferenças não excluem inteiramente semelhanças no que diz respeito ao impacto do neoliberalismo e suas pressões por uma institucionalização subordinada do trabalho.

E conclui que a institucionalização dos sindicatos sul-africanos está restringindo sua capacidade de responder às mudanças na composição de classe desencadeadas pela reestruturação neoliberal, de se relacionar com as dinâmicas de resistência de base e de formular opções econômicas e sociais alternativas. De forma que, tudo isso contribui para o declínio da influência dos sindicatos sul-africanos nas políticas estatais. No entanto, no contexto do neoliberalismo, tal influência tende a deixar espaço para a institucionalização subalterna do trabalho e a crescente separação dos eleitorados e processos de base. "O impacto que o trabalho como um amplo movimento social teve em acelerar a crise da ordem política autoritária nem na Nigéria nem na África do Sul se traduziu em um desempenho igualmente eficaz na política pós-autoritária" (BARCHIESI, 1997, p. 210). Na visão do autor, para que isso ocorra, seriam necessárias em ambos os países mudanças socioeconômicas fundamentais e um desafio político ao neoliberalismo, mesmo correndo o risco de romper com as estruturas institucionais que estão, de duas maneiras, reproduzindo a subordinação do trabalho ao paradigma macroeconômico dominante.

4.2.4 Economia Política

Economia Política é quarta área temática identificada no mapeamento. E representa os estudos interdisciplinares que aliam economia, ciências políticas e sociais para compreender como as instituições e as estruturas econômicas se relacionam nas sociedades. Trabalhos que têm por objetivo compreender e explicar os processos de produção, circulação e consumo, inseridos na lógica das relações humanas. Historiadores e pesquisadores apontam que o sucesso do processo de transição democrática vivenciado pelo país sul africano está ligado diretamente com a introdução das reformas políticas, econômicas e sociais a partir de 1994. Porém, na realidade, as duas décadas que seguiram desde as primeiras eleições multirraciais da história do país, demonstram uma dificuldade constante em manter níveis minimamente adequados de desenvolvimento.

Os autores Julian May e Charles Meth³², no artigo publicado em 2007, explicam que existe uma visão dualista das análises sobre a economia política sul africana e sua atuação nos anos que seguiram à democratização. O perfil singular de pobreza no país, para alguns representaria a problemática dual da linha teórica de Nattrass (1983) e do outro lado aqueles que argumentam que essa realidade representa a continuação de processos ativos de subdesenvolvimento, seguindo o teórico Harold Wolpe (1972). Após apresentar a dualidade teórica para observar o caso sul africano, os autores apontam para uma tendência de criar metas políticas e econômicas excessivamente ambiciosas, assim como a presença de formulações equivocadas sobre como a economia do país realmente funciona na prática. Uma possível solução apontada por eles, é a de aumentar urgentemente o alcance dos coletores oficiais de estatística do país para coletar e analisar mais dados sobre o desenvolvimento das diversas áreas. Dados esses, que são essenciais para medir informações básicas como níveis de renda e pobreza, empregabilidade, são instrumentos necessários para que medidas assertivas possam ser tomadas pelas lideranças.

A liderança na África do Sul pode ser considerada uma aliança triade liderada pelo CNA (Congresso Nacional Africano), somado ao COSATU (Central Sindical Sul Africana) e o SACP (Partido Comunista Sul Africano). Desde 1994, o CNA vem compondo a presidência e os cargos mais expressivos dentro da democracia do país. O artigo de Devan Pillay³³ (2008), traz o seguinte questionamento: "Se o histórico do ANC desde 1994 é inexpressivo (se não lamentável) em termos de combate à pobreza e desigualdade, por que ele aumentou sua maioria nas eleições nacionais de 2004 e nas eleições locais de 2006?" (PILLAY, 2008, p. 286). Primeiramente, o autor aponta que desde 1994 houve uma constante e significativa diminuição na participação nas eleições nacionais e municipais no país, em comparação com as primeiras eleições democráticas.

Os índices de desenvolvimento e principalmente a marginalização dos mais pobres dentro país, refletiram diretamente na diminuição do comparecimento dos eleitores e do enfraquecimento do apoio ao CNA nas urnas. Seria o momento de forjar uma alternativa na esquerda que se sobreponha ao partido de libertação nas próximas

³² "Dualism or underdevelopment in South Africa: What does a quantitative assessment of poverty, inequality and employment reveal?"

³³ "Holding the centre: Workers and 'popular-democratic' politics in South Africa"

décadas? Porém, o COSATU e o SACP, apesar de sua marginalização dentro da Aliança, continuam a argumentar que uma política da classe trabalhadora pode ser melhor forjada através de uma estratégia de reacender o viés da classe trabalhadora do próprio CNA.

Pillay explica que existem pelo menos três narrativas explicativas inter-relacionadas para esse cenário: primeiro, o SACP e o COSATU realmente acreditam que chegou a hora de a aliança do CNA ser liderada pela classe trabalhadora; em segundo lugar, os trabalhadores organizados são, em sua maioria, beneficiários da ordem pós-apartheid, e estão mais interessados em preservar e ampliar seus próprios ganhos do que os da maioria desorganizada que são principalmente vítimas da nova ordem (os membros influenciam os líderes); e terceiro, uma liderança cada vez mais oligárquica se beneficia do clientelismo e da mobilidade ascendente que seus vínculos estreitos com a elite política trazem (os líderes influenciam os membros) (PILLAY, 2008).

Até aquele momento, o COSATU e o SACP entraram nas rachaduras que se abriram dentro do ANC. Ambos criticaram o histórico do ANC desde 1994, em particular a liderança do Presidente Mbeki. Embora não apoiassem o presidente eleito na época, Jacob Zuma, o COSATU e o SACP estavam, por um lado, determinados a forjar uma política 'democrático-popular' dentro da Aliança. E por outro lado, ambas as organizações estavam deixando a porta aberta para um desligamento gradual a longo prazo, dependendo do equilíbrio de forças dentro da Aliança e no país como um todo.

Ainda dentro desse debate, o que ocorreu na África do Sul depois de 1994 foi uma ampliação dos processos de formação de classe. O artigo do britânico Alexander Beresfordy³⁴ (2012) traz um estudo de caso específico (Sindicato Nacional dos Mineiros - NUM) para ilustrar como as ações afirmativas e as políticas de equidade no emprego estão abrindo divisões dentro do sindicato e corroendo sua identidade de classe unificadora. O trabalho tenta mapear o significado político mais amplo das dificuldades internas enfrentadas pelo NUM. Historicamente, o sindicato desempenhou um papel crítico na luta antiapartheid e foi fundamental na formação do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU)

Como apontado anteriormente, Beresfordy explica que o movimento sindical tem encontrado vários problemas que prejudicam sua capacidade de manter práticas

³⁴ "Organised labour and the politics of class formation in post-apartheid South Africa"

democráticas e mobilização. Vários autores, por exemplo, apontaram como a visão política dos movimentos sindicais tornou-se confusa desde que o governo do ANC assumiu o poder, e que gradualmente adotou uma postura mais defensiva em relação às políticas macroeconômicas do governo (BERESFORDY, 2012).

O quarto artigo dentro da temática de economia política de autoria com maior índice de relevância no tema, de acordo com a base Scopus, escrito em 2014 por Christian Rogerson³⁵ professor da Universidade de Johannesburg, tem como objeto de estudo o plano do governo nacional sul africano de Desenvolvimento Econômico Local (DEL). As estratégias de Desenvolvimento Econômico Local têm como modelo variáveis, que foram adaptadas, dos países do Norte global. Desde a transição, em 1994, houve transformações radicais na natureza e organização do planejamento do desenvolvimento do sul africano. E uma dessas mudanças mais significativas está relacionada diretamente ao peso dado ao planejamento nesses pontos focais. No artigo, Rogerson, se propõe a analisar os principais desafios enfrentados no desenvolvimento das ações do DEL nas duas últimas décadas.

Sua análise demonstra que, para se alcançar uma estrutura econômica local, robusta e inclusiva, todas as partes interessadas no programa precisam coordenar suas intervenções tentando superar treze desafios que o autor lista: 1) o esclarecimento pelo governo nacional sobre o significado do DEL, especialmente para orientar as pequenas cidades e municípios mais pobres; 2) maior integração e cooperação mais estreita entre as partes interessadas do DEL e os departamentos setoriais envolvidos na implementação do DEL; 3) dimensionamento apropriado do DEL; 4) revigoramento do papel das províncias; 5) diminuir a distância na prática do DEL entre grandes cidades e pequenas cidades ou municípios mais pobres; 6) a divulgação de boas práticas; 7) a profissionalização do DEL; 8) envolvendo o setor privado; 9) construção de redes de DEL e plataformas de conhecimento; 10) capacitação em vários níveis; 11) financiamento do DEL; 12) melhorar os dados econômicos locais; e 13) prossecução de intervenções dirigidas à segunda economia (ROGERSON, 2014, p. 493).

Rogerson é autor de vários trabalhos dentro da temática político econômica, provavelmente é um dos fatores que explica sua relevância na área de acordo com os

³⁵ "Local economic development in South Africa: Strategic challenges"

dados apresentados, apenas nesse artigo citado, ele tem em sua base bibliográfica outros cinco artigos que versam sobre a consolidação econômica da África do Sul com foco principal a questão do desenvolvimento local das cidades e centros econômicos do país.

Outro artigo que também debate a questão de desenvolvimento econômico, principalmente como forma de compreender as bases em que estão fundamentadas as questões acerca da pobreza estrutural do país, de Andries du Toit³⁶ (2018), tem como foco a questão agrária e as consequências políticas da desigualdade e da pobreza na África do Sul. Primeiramente levanta alguns questionamentos com relação às consequências da reestruturação agrária no país, um ponto que para ele, pode ser observado não apenas da ótica da economia política marxista, mas também de uma análise do capitalista de bem estar e dos regimes distributivos, combinados as formulações foucaultianas de biopolítica³⁷ e governamentalidade.

Num segundo momento, o autor argumenta que está agenda de pesquisa, focada na compreensão das conexões entre mudança agrária e incorporação biopolítica, pode ajudar a situar os argumentos sul africanos contemporâneos sobre política fundiária em um terreno mais fértil. Os debates públicos sobre as apostas e a direção da reforma agrária na África do Sul são geralmente enquadrados em termos que os tornam improdutivos e estéreis, em parte porque estão desconexos das realidades da mudança agrária nas últimas três décadas e em parte porque a questão da terra está vinculada questões maiores não resolvidas sobre o significado e a natureza da cidadania sul-africana (DU TOIT, 2018).

Por fim, Du Toit resume alguns insights de estudos sobre a economia política da reestruturação agroalimentar e considera como complementares as teorias de capitalismo de bem-estar, política distributiva e governamentalidade. Ele indica como essas abordagens podem iluminar as principais características da mudança na África do Sul do século XX. E resume o conceito de biopolítica e traz algumas das implicações políticas mais amplas da “biopolítica frustrada” da África do Sul pós-apartheid.

³⁶ "Without the blanket of the land: agrarian change and biopolitics in post-Apartheid South Africa"

³⁷ No pensamento de Foucault por biopolítica se entende a maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de indivíduos enquanto população, entre outros cabe apontar, a saúde, a higiene, as taxas de natalidade, a longevidade, o sexo, a raça (VALEIRAO, 2013)

4.2.5 Sociedade Civil

A quinta área representa a Sociedade Civil, que é composta por estudos acerca de temáticas como questões raciais e de gênero, saúde, escolaridade e movimentos sociais. Bobbio em seu Dicionário de Política define sociedade civil como:

"A esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em outras palavras, Sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os como a base da qual partem as solicitações as quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impõem à conquista do poder político" (BOBBIO, 1983, p.1210)

No processo de análise e classificação dos artigos dentro da temática maior de "transição democrática", aqueles direcionados a estudos sobre a sociedade civil que possuem maiores índices de relevância de acordo com a Scopus, em sua maioria, fazem parte do escopo de estudos de gênero. É interessante notar, como quatro dos cinco artigos mais relevantes para a base trabalham a temática de gênero. Será possível observar os possíveis motivos que levam a essa tendência. Mas vale lembrar que a África do Sul é um dos únicos casos em que as mulheres de forma organizada contribuíram de alguma forma nas negociações responsáveis por estabelecer um novo sistema político rumo à democracia.

É justamente levantando esse fato, que a autora Gay Seidman inicia seus dois artigos³⁸ contextualizando o debate, ela explica que as feministas argumentaram que muitas das teorias da democracia não levam em conta a natureza de gênero da cidadania, o que resulta em experiências diferentes das instituições políticas para homens e mulheres. Durante os anos 1990, as pesquisas e movimentos sociais deixaram de lado o necessário reconhecimento de que as dinâmicas de gênero influenciam tanto a participação política no nível pessoal e individual, quanto impactam em nível macro, nas próprias políticas governamentais para com os indivíduos.

³⁸ "La transition démocratique en Afrique du Sud: Construction d'une nouvelle nation et genre de l'État" (2000) e "Gendered citizenship: South Africa's democratic transition and the construction of a gendered state" (1999)

"Na prática, as "teorias da transição" focam, acriticamente, organizações que são masculinas ou predominantemente compostas por homens; teoricamente, eles também concebem de bom grado a relação entre cidadão e Estado em termos universalistas, ignorando assim a maneira diferente pela qual homens e mulheres experimentam as novas instituições democráticas"(SEIDMAN, 2000, p. 3)

Apesar de o movimento feminista ter tido forte participação no momento de transição política, Seidman explica que isso não apaga a tendência do tratamento das mulheres como beneficiárias da política governamental e não como atores diretos na construção de novos Estados, e isso é um fato muito forte no caso sul africano, em que as políticas se concentram principalmente na dinâmica de classe e raça e pouca atenção foi direcionada para as questões de gênero. Porém, ao decorrer do período da consolidação do novo estado democrático, as feministas sul-africanas desenvolveram uma definição coletiva de interesses de gênero. Foi principalmente durante a fase de consolidação democrática que as questões de gênero se tornaram preocupações explícitas (SEIDMAN, 2000). Os dois trabalhos da autora buscam descrever os esforços das ativistas feministas sul-africanas para conseguir, em primeiro lugar, definir a noção de "interesse das mulheres" durante o processo de transição. Trazendo para o debate o significativo envolvimento das mulheres na base da luta pró-democracia, bem como os recursos materiais e ideológicos fornecidos pelo movimento feminista internacional. Refletindo também sobre a contribuição do caso sul-africano para debates feministas mais amplos sobre cidadania e democratização.

De modo geral, o caso da transição sul-africana levanta até hoje questões mais amplas sobre como pensamos a democratização e a cidadania de gênero. A autora levanta um ponto crucial, de que o caso por meio de uma visão de gênero destaca a importância de estudar as transições em contexto mais amplo, ao invés de focar apenas nas organizações locais que transmitem aspirações democráticas, é fundamental considerar também o peso das influências internacionais que podem fortalecer ou enfraquecer atores políticos. E se as ativistas antiapartheid conseguiram expor suas preocupações feministas durante a fase de transição, isso está ligado, pelo menos em parte, ao contexto internacional, ideias e recursos materiais que encorajaram uma visão feminista da situação.

E de uma visão macro, o caso da África do Sul nos leva a reconsiderar as discussões sobre transições democráticas que ocorreram ao final do século XX.

"Em vez de se perguntar qual o papel de determinada classe ou grupo nesse quadro, seria melhor, à luz do caso sul-africano, refletir sobre as seguintes questões: quem define a democracia em uma determinada sociedade e como essa definição é introduzida na consolidação da democracia? Durante o processo de democratização, quem desenha as instituições destinadas a enquadrar o debate político e como são encarados os participantes? Quem expressa as demandas desses participantes? Como são percebidas as diferentes identidades coletivas dos eleitores e como essa percepção influencia a forma como eles são representados dentro do estado? Finalmente, é claro, deve-se também observar quais vozes estão sendo silenciadas e quais expectativas democráticas estão sendo deixadas de lado" (SEIDMAN, 2000, p. 14).

Os outros dois artigos que debatem a questão de gênero, são mais específicos, trazendo eventos históricos como estudos de caso ou estudos comparativos. A professora sul africana Natacha Filippiy³⁹ (2016) em seu artigo, apresenta uma investigação histórica das modalidades de protesto adotadas por mulheres prisioneiras na África do Sul entre os anos 1970 e 1994. Sua pesquisa foca nos processos de criminalização a que foram submetidas as mulheres negras durante o apartheid e como o início da transição democrática coincidiu com o surgimento de novos atores dentro das prisões e a participação das mulheres nas grandes revoltas prisionais de 1994.

E o estudo comparado da professora estadunidense Denise Walsh⁴⁰ (2012), apresenta o paralelo entre as experiências sul-africana e chilena. Seu artigo pretende oferecer uma nova explicação para a qualidade da democracia nas principais instituições da esfera pública, argumentando que as condições de debate aberto e inclusive, ou seja, o acesso e espaço para a contestação das mulheres no legislativo, na sociedade civil e na mídia, são os fatores que as permite moldar o conteúdo do debate e pressionem o Estado a responder suas demandas. Walsh examina suas afirmações por meio da comparação entre as transições democráticas do Chile e da África do Sul, testando assim o peso causal dos indicadores que explicam as variações nos direitos das mulheres nos dois países. Concluindo que a qualidade da democracia na esfera pública foi melhor na África do Sul do que no Chile, com resultados paralelos nos direitos das mulheres.

³⁹ "Women's protests: gender, imprisonment and resistance in South Africa (Pollsmoor Prison, 1970s–90s)"

⁴⁰ "Does the Quality of Democracy Matter for Women's Rights? Just Debate and Democratic Transition in Chile and South Africa"

Por fim, o professor Ryan Thoreson⁴¹ da Universidade de Yale em seu artigo publicado em 2013, levanta um tema pouco discutido no caso sul africano: as políticas trans e intersexuais na África do Sul pós apartheid. Seu trabalho explora as batalhas legais e sociais travadas por ativistas trans e intersexuais do país no período pós transição democrática. Ele explica que enquanto ativistas gays e lésbicas no momento pós-apartheid confiaram fortemente na promessa de uma Nova África do Sul, a promessa da Constituição e a solicitude do judiciário, ativistas trans e intersexuais enfatizaram mais abertamente a solidariedade regional e transnacional, as micropolíticas da vida cotidiana e uma ampla gama de instituições médicas, jurídicas e sociais que determinam a segurança, o bem-estar e o reconhecimento do dia a dia de seus constituintes.

O que o ativismo trans e intersexual acrescenta a essas discussões sobre o futuro da organização baseada em direitos é um lembrete de que os direitos não precisam depender apenas da Constituição e do judiciário. Significa, portanto, que podem estar enraizados em movimentos regionais mais amplos, garantidos por meio de lobby, engajamento e educação pública, e reforçados pela retórica e experiência de instituições não judiciais. Embora essas estratégias sejam muitas vezes menos carregadas e decisivas do que os pronunciamentos legais, elas podem produzir a mudança social mais duradoura em uma política dinâmica (THORESON, 2013)

4.3.6 Estudos Estratégicos

A sexta área corresponde aos Estudos Estratégicos, onde é possível observar trabalhos sobre as relações do poder político local e internacional. O termo estratégia pode ser definido como a área de “programação a longo prazo do uso de instrumentos políticos e militares na condução dos conflitos internacionais” (BOBBIO, 1983, p. 443). Um campo de estudos que nasce intimamente ligado à criação de métodos de segurança nacionais no pós Segunda Guerra. "O objetivo dos estudos estratégicos, com base nessa visão, foi construir em trabalhos anteriores sobre as relações de grande poder e a natureza da guerra para entender a dinâmica da Guerra Fria emergente e desenvolver

⁴¹ *"Beyond equality: The post-apartheid counternarrative of trans and intersex movements in South Africa"*

conceitos para entender a aplicação da força e a provisão de defesa na era nuclear" (BADIE et al., 2011, p. 2541).

O papel exercido pela África do Sul no continente africano é marcado por dinâmicas que foram profundamente moldadas e determinadas pelo processo de transição democrática dentro do país, somada aos seus próprios imperativos de desenvolvimento e as expectativas de seu papel internacional ao se tornar uma democracia. O artigo de Chris Alden e Garth Le Pere⁴² (2009) examina justamente o papel desempenhado pela África do Sul dentro do continente. Os autores olham para como a África do Sul buscou desempenhar um papel de potência hegemônica atuando dentro do SACU (União Aduaneira da África Austral), SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) e sua intervenção na crise do Zimbábue em 2008.

A forma como até então presidente, Thabo Mbeki lidou com a crise no Zimbábue contribuiu para as percepções negativas do Sul África na África. Os autores levantam o questionamento: com o pano de fundo traçado, de apoio contestado tanto internamente quanto na região, é preciso perguntar onde estão as fontes de legitimidade para a liderança continental da África do Sul? De fato, a situação sul-africana destaca a centralidade das formas de legitimidade de fontes externas para o papel de liderança que lhe é atribuído na África. Desde o fim do apartheid, a comunidade internacional tem desempenhado um papel fundamental na promoção da ideia de que a África do Sul está marcada para a liderança no continente. "Isso ficou evidente já na posse do presidente Nelson Mandela, quando o então secretário-geral da ONU, Boutros Ghali, solicitou a intervenção militar sul-africana no genocídio em curso em Ruanda, mas também se manifestou de maneiras mais prosaicas" (ALDEN, LE PERE, 2009, p. 165)

Os autores argumentam que a África do Sul está lutando para criar uma economia moral que seja sensível tanto às necessidades domésticas quanto aos desafios continentais. Sua democracia recente e ainda não completamente consolidada com raízes superficiais na tolerância, e seus próprios níveis de desigualdade levaram a um aumento no protesto social e a probabilidade de violência política. Isso é exacerbado por uma base de bem-estar ainda frágil, fraca proteção do Estado para os pobres, níveis crônicos de desemprego, sistema de saúde em crise e taxas crescentes de crime e criminalidade.

⁴² "South Africa in Africa: Bound to lead?"

Partindo para uma outra dinâmica internacional, o artigo dos autores dinamarqueses Røren e Beaumont⁴³ (2019) busca sistematizar as inúmeras informações e estudos de caso que analisaram a situação dos países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) em sua busca por um status social internacional mais elevado.

"As descobertas mostram que a ascensão econômica da China foi acompanhada por um maior reconhecimento, e que a África do Sul desfrutou de uma "recuperação de status" quase imediata após o apartheid, transformando-a de pária em significativa superação. A Rússia deve ser entendida como uma 'potência de status insatisfeito com desempenho superior', enquanto o desempenho de status da Índia tem sido em torno do 'par' para um país de seus recursos econômicos. Por fim, o desempenho do Brasil é inferior ao de qualquer outro BRICS, especialmente desde sua transição democrática" (RØREN & BEAUMONT, 2019, p.1).

Em um primeiro momento os autores definem o conceito de "status" com o qual trabalharam durante todo o desenvolvimento do estudo. Partem de uma definição weberiana de status que seria basicamente "uma reivindicação efetiva de estima social em termos de privilégios positivos ou negativos" (WEBER apud RØREN & BEAUMONT, 2019, p.3). Eles apontam para uma onda de pesquisas dentro das Relações Internacionais de trabalhos que se aglutinam em torno dessa classificação de status de um determinado estado com relação a certos atributos como posição geográfica, organização sociopolítica, influência diplomática, capacidade coercitiva entre outros.

O desempenho da África do Sul durante o período observado mostra, num primeiro momento, sua relativa falta de reconhecimento durante o apartheid ocorreu independentemente de qualquer grande mudança em seus recursos relativos e os autores sugerem que isso indica exclusão de status (consciente) pela sociedade internacional; e num segundo momento, sua rápida geração de um status excedente pós-apartheid indica uma recompensa consciente da sociedade internacional por uma mudança positiva no comportamento. Os autores explicam que a transição sul-africana do status de pária para símbolo de progresso fornece um exemplo idealizado de por que as condições estruturais contextuais são importantes (RØREN & BEAUMONT, 2019). A África do Sul do Apartheid sofreu um distanciamento internacional por meio de sanções generalizadas e do corte de laços diplomáticos.

⁴³ "Grading greatness: evaluating the status performance of the BRICS"

É interessante notar, que apesar dessa estigmatização, a África do Sul, durante a maior parte do período do apartheid, teve os recursos de status para ser considerada a potência dominante da região. Além disso, com os maiores gastos militares do continente subsaariano, infraestrutura moderna e uma população relativamente grande, o período segregacionista na África do Sul tinha vários atributos associados ao status elevado. Observando o forte desempenho do país desde 1995, é claro que os estados que de outra forma não teriam estabelecido embaixadas lá o fizeram para simbolizar sua aprovação do novo governo pós-apartheid e das normas progressivas que incorporava. No processo, a África do Sul não apenas adquiriu o reconhecimento de status de acordo com seus recursos, mas também obteve um desempenho de status consideravelmente além do que é esperado.

Ao final da transição para a democracia, a África do Sul aproveitou sua rápida ascensão e seu novo status elevado na comunidade internacional, ao se envolver em várias áreas de política externa que fortaleceriam e reforçariam a imagem de um país progressista sobre o qual seu novo status foi construído. É possível notar exatamente essas ações nas relações com os demais países do continente africano, como foi mencionado no artigo anterior. Ela conquistou um papel para si mesma como corretora, mediadora e negociadora bem-sucedida nos assuntos do continente. Isso é particularmente visível em como iniciou e participou de cúpulas globais, que afirmaram a África do Sul como um representante legítimo do continente africano.

O artigo de Peter Schraeder⁴⁴(2001) enumera cinco estratégias formuladas na presidência de Mandela para a construção dessa política externa sul-africana que ascendeu tão rapidamente, como apontaram Røren e Beaumont. As estratégias foram: 1) restabelecer o controle civil sobre o aparato de segurança; 2) reestruturar o estabelecimento da política externa; 3) autopromoção como líder do 'renascimento africano'; 4) adesão ao princípio da política externa de 'universalidade'; 5) e assumindo um papel de liderança em organizações internacionais.

A atual política externa do país, ao contrário da doutrina da era do apartheid que apoiava a retaliação contra países vizinhos e guerras de contra insurgência, agora prega uma autodefesa nacional bem restritiva, incluindo operações de manutenção da paz,

⁴⁴ "South Africa's foreign policy from international pariah to leader of the African renaissance"

exercício de ajuda humanitária e ações de intervenção militar para restauração democrática. A segunda estratégia foi justamente implementada com a constituição de 1996, que estabeleceu os papéis formais a serem desempenhados pelos atores institucionais, um dos exemplos de maior mudança foi a reestruturação do antigo Ministério das Relações Exteriores do país, a fim de renovar e implementar a política externa da África do Sul. Os autores chamam a atenção, para o ponto levantado anteriormente em outros trabalhos, de que a postura da política externa sul africana é projetada para enfatizar a sua centralidade no continente africano, bem como para reafirmar a importância da África do Sul como a personificação do futuro potencial político e econômico da África e, portanto, o papel crítico da África do Sul como intermediária entre o continente africano e as principais potências estrangeiras em todas as outras regiões do mundo. Um dos exemplos mais importantes foi a sua atuação na integração e desenvolvimento regional, como testemunham a participação da África do Sul e o papel de liderança na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Outras ações projetadas a fim de preencher a lacuna da política externa entre as eras democrática e do apartheid foi garantir que os diplomatas sul-africanos reafirmassem rapidamente o 'lugar de direito' da África do Sul como membro e líder dentro da comunidade internacional de organizações internacionais. Em menos de dois meses depois que o recém-eleito governo Mandela assumiu as rédeas do poder em 1994, a África do Sul foi admitida na OUA (Organização da Unidade Africana), juntou-se ao NAM e foi readmitida na Comunidade Britânica de Nações e nas Nações Unidas. E a África do Sul concentrou-se particularmente na sua adesão à Organização das Nações Unidas (SCHRAEDER, 2001). O artigo de Matt Graham⁴⁵ (2011), vai justamente examinar mais profundamente essa participação da África do Sul nessas organizações internacionais como a OUA e as atividades com as quais o país se envolveu na SCFA (Sub Conselho de Relações Internacionais) no período transicional e primeiros anos de democracia.

Por fim, o artigo escrito por Craig Charney⁴⁶ da Universidade de Yale (1999), dialoga diretamente com a última área temática sobre Segurança. Ele propõe uma

⁴⁵ "Coming in from the cold: The transitional executive council and South Africa's reintegration into the international community"

⁴⁶ "Civil society, political violence, and democratic transitions: Business and the peace process in South Africa, 1990 to 1994"

pesquisa sobre o desenvolvimento e natureza das atividades empresariais para a paz durante o período transacional. Primeiramente o autor faz um panorama mais geral sobre a situação da violência política dentro das comunidades negras do país, num segundo momento explica como as empresas de segurança privada que viveram anos de conforto e exclusividade no apogeu do apartheid e depois interviram diretamente durante a transição democrática. Uma área que se demonstra pouco explorada, já que a maioria dos estudos sobre a transição concentram-se mais nos acordos firmados entre as elites políticas do regime e oposição, mas pouco atenção é direcionada às elites empresariais. No caso sul africano, as ações da ala empresarial podem representar uma variável crítica na transição (CHARNEY, 1999). As atividades empresariais estiveram intimamente ligadas no processo de pacificação, além de outras formas de intervenção como a participação em fóruns econômicos, projetos de investimento social em comunidades negras e apoio financeiro à educação dos cidadãos.

4.2.7 Estado Democrático

A sétima área representa os estudos sobre o Estado Democrático, os quais buscam compreender as nuances do sistema político de governança e as relações estabelecidas entre as estruturas que compõem um estado democrático. Nesse ponto, é interessante observar a base teórica dos artigos, como foi apontado anteriormente, as escolhas teóricas para a definição e criação de parâmetros para analisar uma democracia, influenciam diretamente na percepção que se tem sobre essa democracia em questão. Escolhas teóricas de autores tidos como "minimalistas", que definem a democracia seguindo a linha schumpeteriana e weberiana, terão uma visão mais pragmática do caso sul africano. Outros trabalhos, como por exemplo, do autor Frank Cunningham, elencam uma série de condições abrangendo diversas áreas para que se possa considerar uma nação como democrática.

O primeiro trabalho da amostra que se enquadra na temática sobre o estado democrático, foi escrito pelo sul coreano Seo Sang-hyun⁴⁷ (2010), doutor pela Universidade da África do Sul. Ele explica que dentre as clivagens que marcam uma sociedade, a mais dominante no caso sul africano foi com certeza a raça. Outras como

⁴⁷ "Macro-Structural Factors for Democratization in South Africa: Racial and Ethnic Cleavages in Apartheid Period"

etnia, classe e ideologia estavam também intimamente ligadas numa sociedade extremamente heterogênea. Sua atenção está voltada, ao longo de todo artigo, a exatamente esse fato de um processo de democratização em sociedades fragmentadas e com clivagens extremas.

Principalmente após 1948, quando o Partido Nacional sobe ao poder, as clivagens raciais se tornaram um fator dominante no país. A identidade racial teceu todas as estruturas sociais, legais e políticas da África do Sul, consolidadas na constituição de 1983. A segregação racial, vem muito antes da chegada do PN ao poder, desde a colonização essas clivagens já existiam, a exclusão de etnias do processo político já era de longa data. Sang-hyun divide a primeira parte do artigo em eras para explicar esses momentos marcantes nessas clivagens raciais e étnicas. A primeira, da colonização até 1910, quando ocorre por exemplo a divisão entre os brancos de língua inglesa e os africaners. O segundo período corresponde aos anos entre 1910 e 1948, a era moderna da África do Sul, desde sua unificação até a chegada do Partido Nacional e os primeiros anos do regime do apartheid. Um terceiro recorte temporal feito por ele, do período de 1948 a 1978. Momento no qual, a segregação que até então eram ideias, se tornaram políticas oficiais, com legislação e nova constituição. O autor também traz diversas leis que nasceram nesse período e explica seu funcionamento brevemente.

O segundo artigo do autor James Gibson⁴⁸ (2006), que possui os três documentos mais citados globalmente dentro da temática, analisa especificamente um órgão criado durante o processo de transição para a democracia no país, a Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul (TRC). Essa comissão tornou-se mundialmente conhecida e é considerada uma das mais eficazes produzidas (GIBSON, 2006). O artigo tem, em primeiro lugar, o objetivo de identificar as características do processo de verdade e reconciliação da África do Sul que contribuíram para o seu desempenho. E em segundo lugar, questiona se o próprio processo de verdade e reconciliação é endógeno. Assim, seu objetivo final é avaliar se os processos de verdade e reconciliação podem ter uma influência independente na reconciliação e principalmente na probabilidade de consolidação de uma tentativa de transição democrática.

⁴⁸ "The contributions of truth to reconciliation: Lessons from South Africa"

A Comissão, liderada por Desmond Tutu e apoiada por Mandela, gerou um documento de sete volumes contendo inúmeras informações sobre a verdade e a busca por reconciliação. Apesar das críticas a todo o processo, muitos observadores em todo o mundo concordam com a visão de que o processo de verdade contribuiu de fato para a reconciliação na África do Sul e que a reconciliação foi um fator crucial para levar o país a um futuro mais democrático. Gibson argumenta que o processo de lançar luz e verdade aos fatos ocorridos durante o apartheid facilitou a reconciliação porque foi capaz de culpar todo os lados envolvidos no conflito. Ele desenvolve em seu trabalho um quadro que relaciona os componentes da reconciliação e os fatores de consolidação democrática.

QUADRO 9 - A relação entre os componentes da reconciliação e os mecanismos de consolidação democrática

Connecting Reconciliation and Democratic Consolidation	
<i>Component of Reconciliation</i>	<i>Mechanism for Mitigating Intergroup Conflict and Enhancing Democratic Consolidation</i>
Reduction of political intolerance	Expansion of individual freedom and an unrestricted marketplace of ideas
Reduction of intergroup prejudice	Increased intergroup trust and cooperation
Support for a human rights culture	Increased constraints on the ability of authorities to suspend/manipulate the rule of law
Institutional legitimacy	Expanded capacity of institutions to make unpopular but necessary decisions; increased acquiescence
Collective memory	Redirecting political debate from the past to the future

Fonte: GIBSON, 2006, pg. 415)

Ele explica que a tolerância política significa apoiar a extensão dos direitos da competição política (por exemplo, discurso, reunião) a todos os que desejam competir no debate público. O que ele chama de preconceito intergrupar, refere-se a suspensão de estereótipos de grupo e extensão da confiança entre grupos. Em terceiro, ele aponta a presença de um suporte e respaldo tanto das elites quanto dos cidadãos dos direitos humanos. Além disso, as instituições desempenham um papel fundamental de tomar decisões com base na legitimidade. E finalmente, um preceito fundamental da

reconciliação é a construção de uma memória coletiva do passado, um processo libertador de uma sociedade, ainda mais uma que vivenciou injustiças, segregação e violência. De forma lógica, o autor explica que a verdade contribui de forma independente para a consolidação democrática transformando as sociedades, mudando a forma como as pessoas pensam sobre seu próprio lado da história e seus oponentes. Outros fatores também são fundamentais para um processo de reconciliação e para uma consolidação democrática como homogeneidade cultural, igualdade e prosperidade.

O que ele afirma no início do artigo, de que o processo de reconciliação na África do Sul foi endógeno, significa que o processo não teve impacto independente na reconciliação ou consolidação democrática. Ou seja, "os processos de verdade e reconciliação são criados por uma sociedade, e as próprias forças que levam à criação de tais instituições podem ser as causas primárias tanto da reconciliação quanto da democratização"(GIBSON, 2006, p. 420). Se a cultura política determina a natureza da memória coletiva produzida e também promove a reconciliação de forma direta, quais seriam então os aspectos específicos de uma cultura política capazes de contribuir para um processo de verdade e reconciliação bem-sucedido? Ele explica que no caso da África do Sul, vários fatores parecem importantes como: a natureza da legislação que estabelece o processo de verdade e reconciliação, o apoio da cultura política sul-africana ao Estado de direito, o pluralismo político, o próprio processo de anistia, o tamanho das populações de vítimas e perpetradores e a liderança do processo de verdade e reconciliação.

Após o longo processo que envolveu a Comissão da Verdade, seria possível mensurar no longo prazo a probabilidade de uma democracia bem-sucedida na África do Sul? É justamente essa questão que o trabalho de Jan Lane e Svante Ersson⁴⁹ pretende responder. Por meio do emprego de técnicas de regressão, eles buscam estimar o impacto das condições sociais e políticas sobre a viabilidade democrática no país. O artigo dos autores traz um ponto bastante interessante e relevante para o debate. O caso sul africano é apenas um dentre vários processos de transição democrática da Terceira Onda (HUNTINGTON, 1996), e o caso em específico levanta questões relativas aos limites da engenharia constitucional de transições democráticas nos países do terceiro mundo. Uma constituição, por mais bem redigida e desenvolvida que seja, dependerá tanto ou mais das

⁴⁹ "The probability of democratic success in South Africa"

forças sociais em ação, bem como da maneira como as elites políticas e as instituições implementaram as disposições constitucionais.

O objetivo do artigo é sugerir um método possível para discutir a probabilidade de estabilidade democrática, concentrando-se em certas condições macro chave que aumentam (positivas) ou diminuem (negativas) as chances de ocorrência de uma transição de regime bem-sucedida para a democracia. Baseia-se na análise de regressão comparando pontuações de democracia estimadas com pontuações observadas. O trabalho é publicado em 1997, um ano após a promulgação da constituição democrática do país, e explica que duas visões são necessárias: uma de curto e uma de longo prazo. No curto prazo, o processo de democratização foi excepcional, mas por mais brilhantes que as perspectivas se mostravam na época, no longo prazo, o que ele chama de macro condições que impactam diretamente o desempenho democrático precisariam de atenção.

"Nem as condições sociais nem as políticas na África do Sul no momento são fortes o suficiente para levar a democracia na perspectiva de longo prazo. Embora existam vários pontos positivos, é inegável que a prosperidade econômica é frágil, principalmente quando se leva em conta o crescimento populacional projetado. Da mesma forma, a combinação de semipresidencialismo com parlamentarismo com base no domínio informal de partido único constitui um ponto negativo. Tanto o déficit socioeconômico quanto o déficit político levantam preocupações sobre a estabilidade democrática nas próximas décadas. (LANE & ERSSON, 1997, p. 14)

O que os autores levantaram como pontos de atenção no desempenho democrático do país, são realmente dificuldades estruturais que no decorrer desses pouco mais de vinte anos apresentam sinais de necessária revisão. Um exemplo, que veremos no tópico seguinte, diz respeito à dinâmica visível de um domínio de partido único (CNA) numa estrutura semipresidencialista.

Alguns anos depois, em 2002, Heather Deegan⁵⁰ publicou um trabalho no qual debate o ponto crucial de qualquer democracia: participação política. Ponto no qual se fundam as definições mais abrangentes até as mais minimalistas da democracia. Utilizando de autores como Almond e Verba, Lipset e Robert Dahl, ela demonstra um domínio sobre a teoria democrática e busca por meio de dados de *surveys*, sobre opinião e participação política, traçar um panorama sobre o desempenho da África do Sul nesse

⁵⁰ "A critical examination of the democratic transition in South Africa: The question of public participation".

quesito desde 1994. A partir da análise desses dados que vão desde questões sobre a percepção da população sobre direitos humanos e a nova constituição até níveis educacionais, ela argumenta que o governo sul africano na época enfatizou a democracia participativa como parte de sua estratégia para normalizar o processo democrático e difundir um senso de responsabilidade cívica na população.

Por fim, o trabalho desenvolvido por Daniel Rubinfeld e Robert Inman⁵¹ (2013), vai analisar o papel das elites dentro da dinâmica de uma nova constituição democrática. O autor busca responder a três perguntas: 1) como a governança federal pode ser estruturada para fornecer proteção suficiente para a elite econômica, de modo que eles considerem a transição para uma democracia de regra de maioria pacífica preferível ao atual regime autocrático ameaçado; 2) de que forma se dão os ganhos econômicos de longo prazo da transição para a maioria pobre e a elite outrora governante com base no desempenho real do setor público sul-africano; 3) como a análise desenvolvida no artigo pode ser usada para explorar o futuro da barganha federal da África do Sul como proteção para os interesses econômicos da elite.

Ele explica que durante qualquer transição pacífica de uma autocracia para uma democracia, é necessário haver um acordo entre as elites, e preservar de alguma forma alguns poderes, influências e bens daqueles que estavam no poder até então. E a chave fundamental desse acordo que sustentou a transição pactuada entre a elite que governou o apartheid e as lideranças do CNA e aqueles que defenderam a democracia, foi a implementação de um federalismo democrático. Isso significa que "quando viável e sustentável, a democracia federalista fornece um sinal confiável para a proteção da propriedade da elite" (INMAN, 2013, p.35).

4.2.8 Instituições Democráticas

A oitava área representa os estudos sobre as Instituições Democráticas, ou seja, os mecanismos intrínsecos ao funcionamento de um sistema democrático, como o sistema eleitoral e partidário. As instituições são estruturas responsáveis por estimular ou limitar condutas sociais, podendo ser materializadas em normas jurídicas e morais, regras

⁵¹ "Understanding the democratic transition in South Africa"

eleitorais, políticas públicas e pelos partidos políticos, por exemplo. São fundamentais para o funcionamento de uma democracia, já que são capazes de filtrar e mediar as interações dentro das dinâmicas democráticas. E um processo de consolidação democrática depende de um certo grau de confiança política e apoio às novas instituições democráticas. Um declínio na confiança política ameaça a legitimidade das instituições e a própria democracia (GOUWS & HERZENBERG, 2016).

Com base nos dados da pesquisa de opinião pública nacional de 2014 da Ipsos Khayabus, o artigo de Amanda Gouws e Collete Herzenberg⁵² (2016), explora os níveis de confiança política na sociedade em transição da África do Sul no final de 2014. Levantando a questão se há uma massa suficiente de 'cidadãos críticos' para garantir um governo responsável e a confiança expressa em objetos-chave no sistema político. Elas levantam a questão de como a confiança política nas instituições democráticas também está ligada diretamente às avaliações do partido no poder; sinalizando os perigos de uma permanência prolongada no poder por um partido dominante. Primeiramente as autoras conceituam e explicam a relação entre confiança política e apoio político, juntamente com o impacto que o desempenho desses indicadores interfere diretamente nas instituições políticas.

Por meio de correlações bivariadas, elas exploram as associações entre as principais variáveis demográficas e as atitudes de confiança. Se forem observadas que as atitudes de confiança estão distribuídas uniformemente pelas principais divisões sociais, isso sugere que as identidades sociais ou tendências partidárias não desempenham um papel fundamental na formação das atitudes de confiança. Também avaliam se existem diferenças entre apoio difuso (apoio à nação, confiança nos valores democráticos, processos e instituições) e apoio específico (confiança nas políticas e lideranças). Os dois tipos de apoio têm consequências diferentes para a consolidação democrática (GOUWS & HERZENBERG, 2016).

As porcentagens e pontuações médias mostram que em 2015 os sul-africanos tiveram maior confiança em instituições cívicas apartidárias. Pouco mais de metade (52%) dos entrevistados expressou confiança nos partidos políticos, tornando-os os menos confiáveis entre os órgãos, com 56% expressando confiança no partido governante

⁵² "What 's trust got to do with it? Measuring levels of political trust in South Africa 20 years after democratic transition"

ANC. Partidos políticos se saem pior do que a polícia (com 60%), uma instituição amplamente considerada pelos cidadãos sul africanos como corrupta, ineficiente e ineficaz.

É possível notar uma quantidade significativa de estudos acerca das atividades, história e atuação do partido sul africano que foi um ator fundamental no processo de transição, o CNA (Congresso Nacional Africano). Isso se deve principalmente pela sua presença e vitória unânime em todas as eleições democráticas desde 1994, e também por ser um movimento de libertação que se tornou partido, ligado tão fortemente a uma figura histórica e carismática como foi Mandela. O artigo de Neil Southern⁵³ (2011), debate o surgimento e estabelecimento do grande oponente do CNA, o Partido da Aliança Democrática (DA). O autor leva em conta três pontos principais: as razões pelas quais os eleitores brancos (principalmente os africâners) transferiram seu apoio ao DA, o discurso político usado pelo partido para promover uma identidade sul africana não racial e ao nível de consciência política que o próprio partido tem sobre seu papel nas eleições e suas chances de avançar no terreno político do país. A base para o trabalho foram alguns questionários respondidos pelos próprios parlamentares que compõem o DA.

O autor explica que provavelmente o maior feito do Partido da Aliança Democrática até o momento seja seu êxito em manter a comunidade branca politicamente participativa e engajada, e também soube muito bem aproveitar os momentos de insucesso de seus partidos concorrentes. Hoje, após seu sucesso nas eleições de 2009, o objetivo estratégico do DA é fazer incursões na comunidade negra. O partido tentou incluir novos símbolos do país que celebram a africanidade do sul e a inclusão étnico-racial. Mas o fato é que, por si só, esses pontos provavelmente não são suficientes para transformar o DA em uma ameaça eleitoral mais imediata e séria ao CNA.

Seguindo o debate sobre os partidos, no artigo de Beresford e Berry⁵⁴ (2018), os autores argumentam, com base no caso sul africano e ruandês, que muitos partidos africanos exibem formas híbridas de governança. Por um lado, eles podem demonstrar a aparência externa de democracias consolidadas, em termos de instituições e a prática

⁵³ "Political opposition and the challenges of a dominant party system: The democratic alliance in South Africa"

⁵⁴ "Liberation movements and stalled democratic transitions: reproducing power in Rwanda and South Africa through productive liminality"

ostensiva de normas processuais, como eleições. A manutenção dessa identidade é importante para sustentar a legitimidade doméstica, bem como o status internacional; este último fornecendo acesso vital a recursos e mercados. Mas por outro lado, esses regimes podem utilizar simultaneamente meios antidemocráticos ou mesmo autoritários de reproduzir seu poder político.

Para eles, o debate deveria correr para além dos limites da democracia, com relação a transições, consolidação ou retrocesso. E discutir questões como a liminaridade de todo esse processo. Ou seja, como sociedades e indivíduos podem habitar um status limiar, um meio termo em que não se sabe exatamente para que direção se está caminhando. No caso do estudo proposto, a África do Sul e Ruanda possuem diferenças significativas, mas ambas possuem certas semelhanças históricas que possibilitaram a correlação. Primeiramente, tanto o CNA quanto a FPR (Frente Patriótica Ruandesa)

"Foram partidos que construíram discursivamente a ideia de um mandato extraordinário necessário por uma "revolução inacabada", que esses partidos são os únicos mandatados a entregar (...) em segundo lugar, esses regimes oferecem o que chamamos de contratos sociais autoritários nesse ínterim: seu governo continuado é sustentado por um grau de consentimento sustentado por uma oferta substantiva de segurança e prosperidade" (BERESFORD & BERRY, 2018, p. 3).

A imagem de movimento de libertação seria então, parte fundamental para a manutenção do poder e a própria identidade do CNA. E tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa sobre as lealdades partidárias sul-africanas identificam consistentemente o significado contínuo das identidades raciais na formação do comportamento eleitoral e, em particular, a importância da identidade do CNA como um movimento de libertação racialmente inclusivo, sinônimo de trazer paz social (BERESFORD & BERRY, 2018). O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) cresceu desde o primeiro ano no poder, porém questões relacionadas à desigualdade, pobreza e desemprego continuam constantemente a minar o progresso e desenvolvimento dentro do país.

Do outro lado do debate, no trabalho publicado por Cyril Ramaphosa⁵⁵, atual presidente sul africano, mas que em 1996, era Secretário-Geral do Congresso Nacional

⁵⁵ "Swords into ploughshares: The challenge of effective governance in a democratic South Africa"

Africano e Presidente da Assembleia Constituinte da África do Sul, ele apresenta alguns desafios e perspectivas da governança numa jovem democracia como África do Sul. Ramaphosa aponta, por exemplo, a política dos bantustões como um desafio, pela fragmentação tanto territorial como organizacional da sociedade. Aponta a nova constituição como o grande ganho da democratização e levanta bandeiras, como um partidário do CNA.

Por fim, o artigo de Timothy Gibbs⁵⁶ (2019) abre debates acerca da noção sobre direitos humanos na passagem para a democracia de atores como juristas e advogados, e como essas noções se transformaram e culminaram em uma constituição que ainda hoje levanta debates e análises sobre direitos humanos e igualdade. As seções iniciais do estudo descrevem as três correntes rivais de pensamento sobre os direitos que surgiram nos círculos jurídicos antiapartheids em meados da década de 1980, na época em que o CNA estava montando seu comitê constitucional. A luta pelos direitos humanos na África do Sul era liderada por um pequeno círculo de advogados (principalmente brancos), que, influenciados pelas ideias americanas de democratização e direitos humanos, abraçaram a causa do constitucionalismo liberal. A segunda parte discute o surgimento da *Black Lawyers Association* (BLA) em uma década em que uma geração florescente de advogados negros sul-africanos pressionava por novas formas de direitos e reconhecimento dentro da ordem legal do apartheid em ruínas. Em particular, o BLA enfatizou 'direitos humanos de terceira geração' que estavam sendo pioneiros por advogados afro americanos nos EUA e por instituições como a Organização da Unidade Africana. A terceira parte reconsidera a notável jornada intelectual feita por advogados exilados que desempenharam papéis significativos dentro do comitê constitucional do ANC.

A história de como o CNA abraçou o constitucionalismo é frequentemente contada como uma organização comprometida com a revolução e a “justiça popular”, já nos anos 1980, e que fez uma reviravolta abrupta e adotou os direitos humanos bem a tempo de entrar nas negociações constitucionais. processo que resultou em uma África do Sul democrática em 1994. Com o artigo, Gibbs argumenta numa direção um pouco diferente, "mostrando como o CNA conseguiu reunir uma ampla gama de advogados antiapartheid por trás de suas propostas de declaração de direitos que prometiam

⁵⁶ "Mandela, Human Rights and the Making of South Africa's Transformative Constitution"

'liberdades positivas' e uma "constituição transformadora" (GIBBS, 2019, p. 1148). Este artigo também enfatizou o importante papel que Nelson Mandela desempenhou ao unir os grupos rivais de advogados de direitos humanos em uma ampla coalizão antiapartheid.

4.2.9 Segurança

A nona e última área mapeada no capítulo anterior, foi classificada como Segurança e é composta pelos trabalhos que buscam compreender o processo de resolução de conflitos e disputas. A segurança nacional e a segurança internacional estão intrinsecamente ligadas, e a área de estudos abrange debates acerca dos modos de poder militar, causas e consequências de guerras, conflitos econômicos, suprimento de energia, ciência e tecnologia, estabilidade dos estados contra mudanças climáticas, doenças, problemas ambientais e atividades de atores não estatais.

Antes dos anos 1980, não era possível encontrar uma produção significativa na literatura sobre segurança. Ao final da Primeira Guerra esses estudos dão seus primeiros passos, mas foi com o fracasso da Liga das Nações e depois com o nascimento das Nações Unidas que essa área se consolidou dentro das ciências sociais. Na sua construção, inúmeros teóricos contribuíram e debateram sobre o conceito de segurança e suas nuances dentro do contexto internacional e doméstico. Porém, existe uma visão uniforme que predominou tanto entre acadêmicos quanto entre os formuladores de políticas dentro dos governos, trabalhando o conceito como em termos de poder de cada nação. "Isto porque os acadêmicos que pesquisam o conceito estavam na maior parte apegados a uma visão de poder. Já os formuladores de políticas eram, e são, exigidos pelas suas posições, e pela natureza de seus poderes e responsabilidades, a ter uma visão predominantemente nacional" (RUDZIT, 2005, p. 301).

Com relação às questões de políticas de defesa nacional, o foco está dentro das fronteiras do país, com intuito de reduzir suas vulnerabilidades, é um processo contínuo de fortalecimento interno para fortalecimento externo. Alguns autores apontam que a consolidação de direitos possui relação direta e causal com a redução em larga escala de violência. Enquanto a expansão dos direitos pode possibilitar a redução da violência, as

evidências levantadas no artigo de Nicholas Smith⁵⁷ (2015), sugerem que o oposto também pode ser verdade. Com base em pesquisas etnográficas sobre vigilantismo na África do Sul, país profundamente envolvido na revolução dos direitos do século XX, o artigo mostra como os vigilantes têm usado o regime de direitos em expansão do estado para justificar a violência. É um estudo de caso sobre o grupo Mapogo, que surgiu logo após a transição para a democracia. Ao contrário da literatura influente recente sobre a relação entre direitos e violência, o artigo argumenta que tanto quanto o avanço dos direitos pode diminuir a violência em uma sociedade, eles também podem possibilitar a violência. Como os direitos são tanto políticos quanto normativos, é provável que sua extensão estimule a resistência política.

É importante ressaltar que as medidas, leis e fundamentos acerca da segurança na nova ordem política, econômica e social da África do Sul, foram transportadas de uma visão europeia e americana de segurança. É provavelmente por esse motivo, que é uma das áreas que mais sofrem para se encaixarem na nova democracia, e o artigo de Johnny Steinberg⁵⁸ (2011) da Universidade da Cidade do Cabo, vai abordar justamente esse ponto. No trabalho, ele mapeia a infusão de ideias anglo-americanas de prevenção ao crime nas instituições de policiamento na África do Sul. Essas ideias traziam uma concepção "dilatada" de segurança urbana que inadvertidamente estimulou, e assim ajudou a manter viva, uma concepção igualmente "dilatada" de segurança que estava no cerne do pensamento do apartheid. Vestida com a roupagem da prevenção do crime, uma versão modificada das práticas de policiamento paramilitar que floresceram sob o apartheid retornou às ruas da África do Sul democrática (STEINBERG, 2011).

Em 1995, o governo sul africano adotou de forma rápida e entusiástica os conceitos de policiamento comunitário e prevenção do crime⁵⁹, o autor explica que esse movimento decorreu de vários fatores. Primeiramente, as corporações nacionais e estrangeiras alertaram o novo governo da África do Sul que a estabilidade do mercado dependia muito de seus compromissos tanto para reduzir os altos níveis de criminalidade

⁵⁷ *"Rejecting rights: Vigilantism and violence in post-apartheid South Africa"*

⁵⁸ *"Crime prevention goes abroad: Policy transfer and policing in post-apartheid South Africa"*

⁵⁹ A Prevenção do crime refere-se a uma ampla e eclética gama de inovações policiais que começaram nos Estados Unidos no início dos anos 1970, motivadas por ideias de todo o espectro político. Apesar de todas as suas diferenças, porém, o comum a todos era a frustração com o papel tradicional da polícia de patrulhas aleatórias e resposta rápida, e o desejo de recalibrar a prática policial com o objetivo de prevenir o crime (STEINBERG, 2011, p.352).

quanto estabelecer o controle civil sobre a polícia. Vale lembrar que a África do Sul é apenas um de muitos casos desse movimento, nos últimos 30 anos, os anglo-americanos exportaram ideias associadas à prevenção do crime para muitas partes do mundo. Fizeram-no com entusiasmo e com muito dinheiro e apoio político (STEINBERG, 2011).

"Ao longo da década de 1990, variantes de policiamento comunitário, policiamento orientado para o problema e ideias mais amplas sobre prevenção do crime tornaram-se uma exportação comum para os países africanos, latino-americanos e do Leste Europeu que estavam realizando a "terceira onda" (Huntington, 1991) de transições. do regime autoritário à democracia. Variedades de policiamento comunitário e prevenção de crimes sociais começaram a aparecer em Moçambique (Malan, 2000), Quênia (Ruteere e Pommerolle, 2003), Uganda (Brogden e Nijhar, 2005), Nigéria (Hills, 2000) e em vários países do antigo bloco comunista (Caparini e Marenin, 2004). Após o 11 de setembro, quando o espectro dos 'estados falidos' rapidamente se tornou uma questão de importância geopolítica, dinheiro, recursos e ideias sobre prevenção do crime chegaram às costas da Libéria, Serra Leoa e outros (Brogden, 2005; Brogden e Nijhar, 2005; Dupont et al., 2003)" (STEINBERG, 2011, p.351).

O autor argumenta que os sul-africanos não eram de forma alguma receptores passivos de ideias criadas em outros lugares. Porém, vários atores no novo governo e na polícia tinham suas próprias razões para se entusiasmar com a perspectiva de transferência de políticas e remodelaram a natureza dessa transferência para atender aos seus próprios propósitos.

Os outros três artigos dos cinco mais relevantes pertencentes a essa área temática, exploram mais estudos de caso comparados. Courtney Jung, Ian Shapiro e Ellen Okar⁶⁰ (2005) em coautoria produziram um trabalho, no qual vão estabelecer comparações entre as transições sul-africana, da Irlanda do Norte e Israel/Palestina. Argumentando que muitas lições podem ser aprendidas a partir de uma comparação entre o sucesso no desempenho da África do Sul com relação aos países mencionados. O artigo de Beresford⁶¹ (2015), dialoga com trabalhos anteriores que mencionam o posicionamento controverso da África do Sul no Conselho de Segurança da ONU. O trabalho em específico aborda as atitudes e posicionamentos do país africano durante a crise da Líbia, onde a África do Sul foi amplamente acusada de exibir uma política externa moralmente ambígua e ideologicamente desorientada por conta de seu posicionamento que

⁶⁰ *"Problems and prospects for democratic settlements: South Africa as a model for the middle east and Northern Ireland?"*

⁶¹ *"A responsibility to protect Africa from the West South Africa and the NATO intervention in Libya"*

inicialmente apoiou a intervenção e, posteriormente, tornou-se uma das críticas mais ferozes da campanha da OTAN.

Por fim, o artigo escrito pela autora Shireen Hassin⁶²(2018), que compõe um dos clusters de cocitação apresentado no capítulo dois, juntamente com Jo Beall que possui um trabalho na área de elites políticas. Sua publicação vai ligar a questão de segurança com elites políticas, a primeira área temática abordada neste capítulo. É um estudo bem específico do papel político desempenhado por Winnie Madikizela-Mandela, que foi por muitos anos casada com Nelson Mandela, e foi importante figura dentro do CNA e da história sul africana como um todo. A partir de uma abordagem feminista, o artigo argumenta que Madikizela-Mandela empregou o gênero como um recurso político, mas que ela foi além dos limites estabelecidos para as mulheres na política de libertação sul-africana para se tornar uma líder populista por direito próprio.

1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao decorrer de todo o trabalho apresentado aqui a questão que guiou a análise foi: Como a ciência política e as relações internacionais vêm estudando a transição democrática no caso sul africano? Para respondê-la, nesse último capítulo, o objetivo foi investir num exame mais minucioso e qualitativo dos trabalhos que se propuseram, ao longo de vinte e cinco anos, a estudar o caso da democracia sul-africana, que sempre esteve envolto de muitos questionamentos e teorizações. Com o intuito de sistematizar e unir as informações trazidas neste capítulo final, acerca dos autores dos artigos apresentados, juntamente com o local de onde está partindo essa produção acadêmica e especialmente, a corrente teórica identificada durante a leitura e análise de cada um dos 45 artigos, foi elaborada o Quadro 10.

⁶² "Not Just Nelson's Wife: Winnie Madikizela-Mandela, Violence and Radicalism in South Africa"

QUADRO 10 - Dados dos 45 artigos compilados e relacionados com a corrente teórica da transição democrática

AUTOR	ANO	ORIGEM	ÁREA TEMÁTICA	CORRENTE TEÓRICA
Jo Bell	2004	Inglaterra	Elites Políticas	Estruturalista
Karl von Holdt	2013	África do Sul	Elites Políticas	Estruturalista
Marcel Paret	2021	Estados Unidos	Elites Políticas	Crítica
Robert Inman e Daniel Rubinfeld	2012	Estados Unidos	Elites Políticas	Nativista
Michael Connors	1996	Austrália	Elites Políticas	Estruturalista
Adam Habib	2009	África do Sul	Geopolítica	Nativista
Brian King	2006	Estados Unidos	Geopolítica	Nativista
David Hornsby e Oscar van Heerden	2013	África do Sul	Geopolítica	Internacional
Jo-Ansie van Wyk	2019	África do Sul	Geopolítica	Estruturalista
Eghosa E. Osaghae	1995	Nigéria	Geopolítica	Internacional
Wessel Visser	2009	África do Sul	Bem-estar social	Nativista
Christian Rogerson	2007	África do Sul	Bem-estar social	Nativista
Selemela e du Plessis	2016	África do Sul	Bem-estar social	Estruturalista
Møller e Dickow	2002	Suíça e Alemanha	Bem-estar social	Nativista
Franco Barchiesi	1997	Estados Unidos	Bem-estar social	Estruturalista
Julian May e Charles Meth	2007	África do Sul	Economia Política	Nativista
Devan Pillay	2008	África do Sul	Economia Política	Nativista
Alexander Beresfordy	2012	Inglaterra	Economia Política	Estruturalista
Christian Rogerson	2014	África do Sul	Economia Política	Estruturalista
Andries du Toit	2018	Inglaterra	Economia Política	Crítica
Gay Seidman	1999	Estados Unidos	Sociedade Civil	Nativista
Gay Seidman	2000	Estados Unidos	Sociedade Civil	Nativista

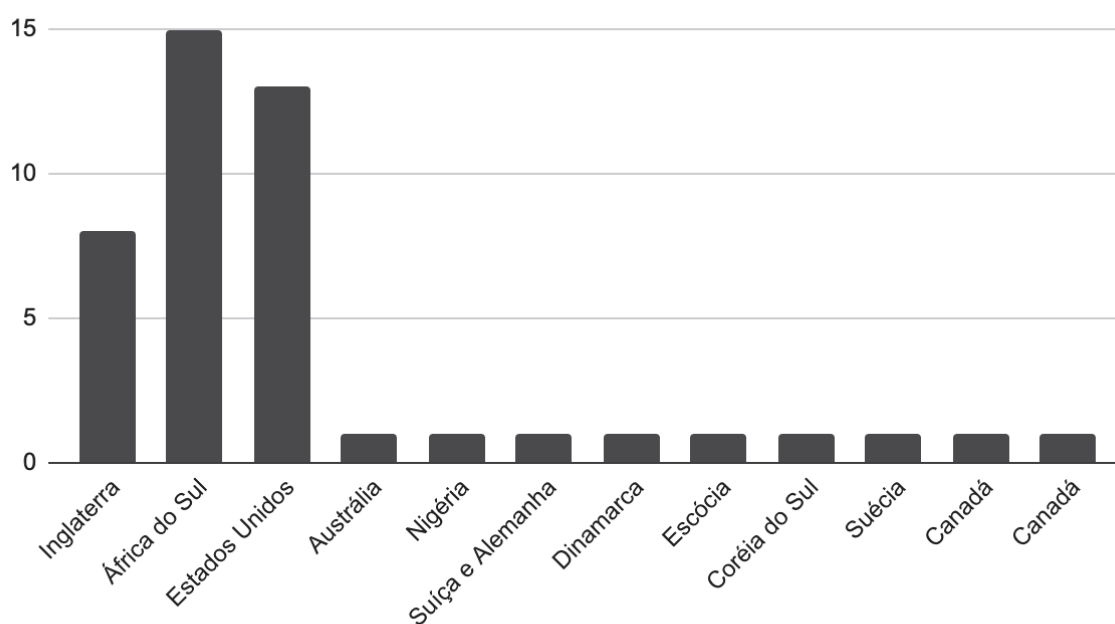
Natacha Filippiy	2016	África do Sul	Sociedade Civil	Nativista
Denise Walsh	2012	Estados Unidos	Sociedade Civil	Estruturalista
Ryan Thoreson	2013	Estados Unidos	Sociedade Civil	Nativista
Chris Alden e Garth Le Pere	2009	Inglaterra	Estudos Estratégicos	Internacional
Røren e Beaumont	2019	Dinamarca	Estudos Estratégicos	Internacional
Peter Schraeder	2001	Estados Unidos	Estudos Estratégicos	Internacional
Matt Graham	2011	Escócia	Estudos Estratégicos	Internacional
Craig Charney	1999	Estados Unidos	Estudos Estratégicos	Nativista
Seo Sang-hyun	2010	Coréia do Sul	Estado Democrático	Estruturalista
James Gibson	2006	Estados Unidos	Estado Democrático	Nativista
Jan Lane e Svante Ersson	1997	Suécia	Estado Democrático	Estruturalista
Heather Deegan	2002	Canadá	Estado Democrático	Nativista
Daniel Rubinfeld e Robert Inman	2013	Estados Unidos	Estado Democrático	Estruturalista
Amanda Gouws e Collete Herzenberg	2016	África do Sul	Instituições Democráticas	Nativista
Neil Southern	2011	Inglaterra	Instituições Democráticas	Nativista
Alexsander Beresford e Berry	2018	Inglaterra	Instituições Democráticas	Internacional
Cyril Ramaphosa	1996	África do Sul	Instituições Democráticas	Estruturalista
Timothy Gibbs	2019	Inglaterra	Instituições Democráticas	Nativista
Nicholas Smith	2015	Estados Unidos	Segurança	Nativista
Johnny Steinberg	2011	África do Sul	Segurança	Internacional
Courtney Jung, Ian Shapiro e Ellen Okar	2005	Canadá Estados Unidos	Segurança	Internacional

Alexsander Beresford	2015	Inglaterra	Segurança	Internacional
Shireen Hassin	2018	África do Sul	Segurança	Nativista

Fonte: Elaborado pela autora

Algumas informações contidas nesse quadro valem um exame mais profundo nesse momento. Primeiramente, ao observar a questão geográfica da produção desses artigos, é possível notar uma forte presença de pesquisadores da própria África do Sul. É bastante comum ver pesquisas desenvolvidas em solo europeu e americano e estudos de caso de países africanos e latino-americanos. Nesse caso, vemos que o tema da transição democrática sul africana é fortemente estudado pelo próprio corpo acadêmico da África do Sul. O Gráfico 4 abaixo traz exatamente a contagem de origem dos autores dos 45 trabalhos analisados no capítulo. No primeiro capítulo, foram levantados os dados acerca da produção acadêmica mundial com o tema transição democrática e já havia sido levantado um indicativo da forte presença da África do Sul nesses trabalhos. Agora é possível notar que, especificamente sobre o tema da transição no caso do país africano, a própria África do Sul lidera essa produção.

GRÁFICO 4 - Contagem do país de origem dos autores dos 45 artigos

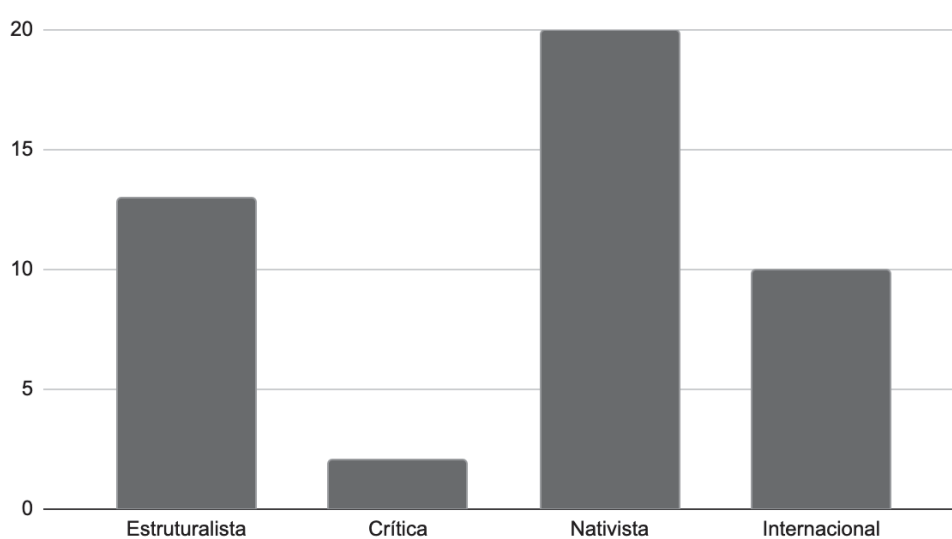


Fonte: Elaborado pela autora

A última coluna do quadro traz uma tentativa de classificação de cada um dos 45 trabalhos dentro de uma das correntes teóricas sobre transição democrática. No primeiro capítulo foi elaborada uma revisão cronológica das transformações do debate acerca das transições e como os autores de cada corrente atribuíram a fatores diferentes a explicação para o processo da passagem de governos não democráticos para democráticos. A primeira corrente de trabalhos, conhecida como funcionalista, trabalhava com pré-condições necessárias para a democracia como níveis de desenvolvimento, cultura política ou estruturas intrínsecas ao processo político. Para essas teorias, a chave para a transição estava em um desses fatores. Algumas décadas depois, a teoria genética mudou o rumo das teorizações, demonstrando que o processo transitório não poderia ser considerado homogêneo, pois se trata de um movimento que envolve diversas classes sociais e questões políticas. E esse fato implica a possibilidade de haver diversos caminhos para a democracia. Nos anos 1980, nasce a corrente nativista, cuja teoria trouxe razões explicativas para os fatores domésticos e internos das nações. Como o posicionamento do bloco de apoio ao anterior regime autoritário, o papel das Forças Armadas durante o autoritarismo e na transição, a ação dos novos atores políticos, a realização, ou não, de pactos e a realização de eleições. Por fim, a corrente internacional

dominou algumas áreas de estudos, trazendo para o debate a dimensão internacional como um elemento condicionador do resultado da transição democrática. Os autores posicionaram-se, assim, numa nova perspectiva que tende a valorizar o fator externo ao contrário do pressuposto nativista. Com base na última coluna do quadro foi elaborado o Gráfico 5 a seguir, o qual possibilita uma melhor visualização dos trabalhos classificados dentro de cada corrente teórica.

GRÁFICO 5 - Contagem da corrente teórica dos 45 artigos



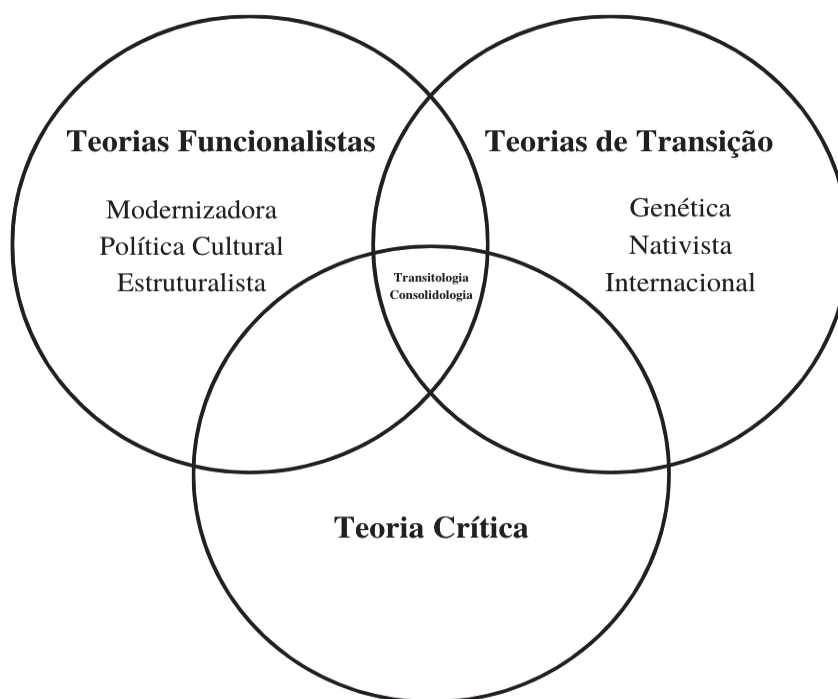
Fonte: Elaborado pela autora

O processo de classificação foi baseado em critérios como a base bibliográfica dos artigos e o foco analítico durante a construção da argumentação de cada um dos trabalhos. Os autores que se utilizaram de mecanismos estruturais para compreender um viés específico da transição democrática sul africana, como por exemplo o impacto dos arranjos estruturais das lideranças de *chieftaincy*, no artigo de Jo Beall, foram classificados dentro da corrente estruturalista fundada por Barrington Moore nos anos 1960. Vale ressaltar que nenhum trabalho é inteiramente guiado por apenas uma corrente teórica. Foi possível notar, no decorrer da classificação, que muitos trabalhos se enquadram em mais de uma corrente teórica, por exemplo, trabalhos que mesclam a teoria crítica com a internacional. Mas para os fins deste trabalho, buscou-se enquadrar os artigos de acordo com a corrente predominante no desenrolar da argumentação. Esse é o

primeiro ponto de ressalva, nenhum dos trabalhos pode ser considerado somente fundado numa única corrente teórica.

Um segundo ponto importante a ser levantado, é a relação a ser estabelecida entre os artigos classificados no Quadro 10 com a categoria teórica transitologia/consolidologia, levantada ao final do primeiro capítulo. Compreende-se que a produção acadêmica analisada aqui, acerca da temática da transição sul africana desde 1996, compõe o que hoje a ciência política denomina de transitologia e consolidologia. Isso significa que os artigos apresentados fazem parte dessa tendência que busca compreender a emergência do processo por meio do qual as novas regras do jogo político são produzidas e aceitas antes que possam dar origem a uma nova ordem política, e também o processo em que a nova ordem se encontra consolidada. O que significa que atores e instituições importantes agem de acordo com as regras ou dentro de um horizonte de tempo sem supor nenhuma mudança de regime. Com base em todo o estudo desenvolvido nessa dissertação, a impressão é a de que esses estudos estão diretamente relacionados com uma linha teórica comum interseccional, a consolidologia e a transitologia. Ou seja, são trabalhos desenvolvidos no período pós transição, que buscam compreender os fatores que contribuíram para a consolidação democrática ou que foram fundamentais para o processo transitório. E num nível periférico, os trabalhos utilizam as correntes estruturalistas, nativistas, críticas etc. para explicar o caso sul africano. A Figura 14 busca ilustrar esse argumento.

FIGURA 14 - Comportamento teórico nos estudos sul africanos



Fonte: Elaborado pela autora

Partindo para, de fato, a leitura do Gráfico 5, é possível perceber que a maioria dos artigos mencionados se enquadram na corrente teórica nativista. Linha que utiliza como chave explicativa para o processo de transição os fatores internos domésticos de uma nação. O trabalho de Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter é o mais influente da corrente nativista. É uma posição teórica que não descarta a influência e importância das questões internacionais em todo o processo transitório, mas não vêem no contexto internacional algo capaz de compelir governos autoritários a um movimento à liberalização. A segunda linha teórica mais presente nos trabalhos da amostra é a corrente estruturalista. Seguindo uma argumentação que vê na mudança e nas transformações das estruturas de poder de um país, pelas lutas políticas e sociais, o fator chave para o processo de transição para a democracia. Barrington Moore demonstra em sua obra que a probabilidade de emergência da democracia num estado está intimamente ligada à sua estrutura social, uma vez que a natureza do regime político é consequência da composição das classes sociais e da luta que se estabelece pelo controle ou influência no poder. Nota-

se que essa argumentação foi utilizada em diversos artigos, que colocam no centro do debate a maneira pela qual as estruturas sociais moldaram os processos transitórios na África do Sul. A linha internacional praticamente domina os trabalhos das áreas temáticas como Segurança e Estudos estratégicos, o que faz bastante sentido devido à natureza dessas áreas.

De forma geral, pode-se concluir que algumas tendências apontadas logo no Capítulo 1, acerca da base teórica dos estudos sobre transição democrática, foram fundamentais nesse capítulo final, ao trazer a análise mais para perto os trabalhos de cada uma das nove áreas temáticas mapeadas. Primeiramente, a existência de um fator comum entre as teorizações sobre os processos de transição democrática: a forma como se define democracia tem influência direta no comportamento e direcionamento dos estudos. Quando se limita a democracia exclusivamente à esfera das intuições oficiais, de forma consciente ou não, desconsidera-se a legitimidade das lutas travadas na esfera social, na busca por redefinição e reestruturação democráticas. As transições são concebidas como passagem de um tipo de regime político para outro e não como uma mudança socioeconômica global (Garretón, 1992).

Outro fato observado, com relação a fundamentação teórica da maioria dos artigos, foi a ausência do uso dos autores citados no primeiro capítulo. Foi possível observar uma forte presença dos teóricos da linha internacional como O'Donnell, Schmitter, Whitehead. E algumas citações aos autores como Samuel Huntington e Arend Lijphart. Mas a maioria dos estudos possui uma base bibliográfica bem recente e com artigos de outros autores sul africanos. No decorrer do mapeamento desenvolvido no capítulo 2, especialmente na Figura 4, notou-se a presença de dois autores centrais que são o centro de dois dos três clusters identificados pelo VosViewer: Adam Przeworski e Patrick Bond.

Przeworski, é um cientista político polonês que hoje faz parte do corpo docente da Universidade de Nova York. Atualmente, é um dos autores mais influentes no campo de estudos sobre a democracia. Em uma de suas obras⁶³ ele desenvolve uma análise estatística do comportamento da democracia no mundo todo. Especialmente sobre as causas que levam a ocorrência de regimes democráticos, ele avalia e debate obras como a de Lipset, denominada como corrente modernizadora, em que atribui ao

⁶³ *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950–1990* (2000)

desenvolvimento econômico o fator chave para a estabilidade de regimes democráticos. De maneira geral, suas teorizações e formulações buscam debater a compatibilidade de regimes democráticos com o sistema capitalista, e as possibilidades de se traçar um regime democrático em direção a um sistema socialista. Em uma outra obra⁶⁴, ele discute o ideal de democracia e de que forma e até que ponto é alcançável e realista. Ele traça quatro condições basilares que constituem a base das instituições democráticas: igualdade, participação, representação e liberdade. Um formato de argumentação e raciocínio bastante visível nos artigos analisados no decorrer deste capítulo. A maioria dos autores utilizam as ideias de Przeworski no decorrer de sua análise sobre o caso sul africano. Já Patrick Bond, está bem próximo do objeto de estudo desta dissertação. O professor irlandês leciona na Universidade de Joanesburgo, e seu trabalho está direcionado principalmente ao campo da economia política e questões sobre o desenvolvimento na África do Sul contemporânea. Teceu várias críticas em seus trabalhos sobre a ação dos regimes de governança neoliberais no país e trouxe para o debate as inúmeras falhas que os estados capitalistas têm em combater questões que ferem a justiça social e a degradação ambiental.

Metodologicamente, um outro ponto que havia sido levantado também no primeiro capítulo, é a tendência de estruturar estudos de caso comparados. Essa indicação também se confirmou neste capítulo, onde foi possível notar comparações entre países do sul global e a África do Sul e questões bem específicas sendo destrinchadas para explicar conjunturas macro. Uma constante que pode apresentar falta de ordenamento no longo prazo, já que quando se vê inúmeros estudos de casos muito específicos acabam gerando certa dificuldade de encontrar aspectos gerais e traçar teorias mais amplas.

Uma segunda tendência observada foi a escolha metodológica de criar conexões, comparações entre nações europeias, latino-americanas, africanas e asiáticas, a fim de encontrar mecanismos causais e possíveis estruturas explicativas para os processos de transição democrática. O que resultou numa constante busca de padrões comuns e generalizações nos processos de transição. Observou-se uma constante tentativa de criar tipologias e classificações, característica que pode ser um fator impeditivo nas análises mais profundas acerca das singularidades de cada caso específico.

⁶⁴ *Democracy and the Limits of Self-Government*. Cambridge: Cambridge University Press, (2010)

Uma terceira tendência percebida no decorrer da análise dos quarenta e cinco trabalhos citados neste capítulo final, foi a maneira como cada área temática atribuiu o sucesso da transição democrática no país a elementos diferentes. Os autores, além de suas escolhas teóricas e metodológicas, buscaram encontrar quais variáveis foram decisivas para o processo de transição que se tornou mundialmente conhecido e estudado. Alguns argumentaram que a forma participativa implementada possa ser o elemento chave que diferencia a África do Sul de tantos outros países que viveram a passagem de uma autocracia para uma democracia na era Moderna. Outros veem o comportamento das elites no período de passagem da autocracia para a democracia ou a implementação de leis que instauraram a Comissão Nacional da Verdade. Alguns trazem a intervenção internacional como o fator explicativo para o processo de transição pactuada e pacífica. E existem aqueles que olham para o partido que antes liderava o movimento de libertação nacional como o grande divisor de águas entre o apartheid e a democracia, mas que hoje já vem dando sinais de falhas com o próprio sistema político que tanto lutou para conquistar. Podemos também atribuir o sucesso às figuras carismáticas como Nelson Mandela e Desmond Tutu, que se tornaram os símbolos da libertação nacional.

A partir da leitura de todos esses trabalhos, é possível afirmar que essas argumentações, na escolha de cada um desses fatores e variáveis, é justificável e plausível. Na realidade, muito provavelmente, foi a combinação exata de todas essas variáveis que explicam o sucesso do processo de pacificação e democratização na África do Sul. Uma combinação que levou inúmeros acadêmicos, pelo mundo todo, a se debruçarem sobre esse caso, estabelecer comparações com outros países, entender o impacto que essa jovem democracia tem no cenário internacional e nacional.

Por fim, é possível levantar aqui, uma questão comum, que permeia a grande maioria dos trabalhos analisados aqui, principalmente de autores sul africanos: os modelos sociais, econômicos, políticos, culturais importados funcionam num país como a África do Sul? Os modelos de reconstrução, democratização e consolidação pós apartheid, foram sistemas criados no ocidente, de perspectivas anglo-americanas e elas cabem e fazem sentido num país africano? A resposta unânime para essas perguntas é: não. Esses modelos importados tiveram que caber naquele momento de instabilidade e necessidade de um país que vivia racialmente separado. Naquele momento o mundo observou um caso de sucesso a ser estudado nos próximos vinte, trinta anos. Como replicar esse sucesso estrondoso em outros países latino-americanos e africanos? Mas o

que os trabalhos de pesquisadores do mundo todo apontam, é que esse modelo de democracia que precisou servir naquele momento, já mostra sinais de desgaste, e uma enorme dificuldade em seguir caminhando. Um modelo ocidental que ignorou filosofias, tribos, ritos e cultos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De que forma o tema da transição democrática no caso sul africano foi trabalhado dentro das relações internacionais e da ciência política desde o fim do regime do apartheid? Essa foi a questão que permeou todo o trabalho desenvolvido até aqui. Para respondê-la foi construída uma lógica que partiu de uma perspectiva maior de entendimento, da análise do conceito de transição democrática, para então direcionar o foco para o comportamento dos trabalhos sobre o estudo de caso, suas peculiaridades tanto metodológicas quanto teóricas. A opção por esse objeto de estudo em específico resultou da percepção de uma ausência de produção acadêmica que se propusesse a organizar os trabalhos desenvolvidos após 1996 (ano da conclusão do processo transitório do país sul africano). A quantidade de artigos e teses produzidas nesse tema é significativa, o que aponta para a grande relevância desse momento histórico. Dessa forma, buscou-se desenvolver uma sistematização desses trabalhos, e o primeiro passo a ser dado foi a estruturação histórica da evolução e desdobramentos do pensamento acadêmico relativo a essa temática tão ascendente dentro da Ciência Política.

Dessa forma, a primeira etapa de elaboração da presente dissertação consistiu em desenvolver uma revisão cronológica de literatura do conceito de transição democrática. Levantou-se os principais autores que colaboraram para a construção teórica do termo, como eles dialogam entre si no decorrer do tempo, quais temas e ideias são fundamentais para o transcorrer do debate e como as argumentações estão relacionadas entre si.

Inicialmente, foram identificadas duas grandes correntes teóricas que fundaram os estudos sobre transição democrática dentro da ciência política. Primeiro, nos anos 1950, com a corrente das teorias funcionalistas, que se propuseram a encontrar condições e pré-requisitos para instauração de um regime democrático. Dentro dessa linha foram observadas três abordagens: aquelas que encontraram explicações e pré-requisitos dentro de condições econômicas; as que depositaram as pré-condições em requisitos estruturais; e aquelas que se fundaram em requisitos culturais. Duas décadas depois, nos anos 1970, com o grande contingente de novas democracias, uma nova linha de estudos é inaugurada, já não mais guiada pela tentativa de encontrar os requisitos necessários para a democratização, mas sim por trabalhos guiados pelo ensejo de compreender a dinâmica democrática per si, atores políticos e instituições e como o meio tanto interno quanto externo que são capazes de influenciar toda a dinâmica democrática.

Esse panorama teórico inicial foi importante para sedimentar uma base que mais tarde corroborou para o entendimento do comportamento do estudo de caso sul africano. Na segunda etapa da construção deste trabalho, os esforços foram direcionados a compreender melhor o campo de estudos que analisaram o caso específico da África do Sul pós apartheid. De forma que os capítulos 2 e 3 estiveram focados no caso específico do país africano. Primeiramente, foi realizado um mapeamento quantitativo do comportamento dos artigos que tem como tema central a discussão sobre a transição democrática na África do Sul, identificando os trabalhos indexados na base da Scopus, com dados tratados nos softwares VOSviewer e Bibliometrix. Nessa fase, buscou-se observar os seguintes aspectos: a literatura teórica base desses estudos, como os autores dialogam entre si e em quais subáreas temáticas eles estão dispostos. Tentando confirmar a hipótese de uma possível classificação em oito áreas temáticas levantadas logo no projeto que originou essa dissertação.

E a partir do mapeamento da área foi possível observar em quais áreas temáticas se encontram os trabalhos dos autores mais citados e de maior relevância no campo, relações de co-citação e referencial teórico. Na fase final da pesquisa, foram selecionados os cinco trabalhos mais influentes (de acordo com os parâmetros da própria base da Scopus, pontuados na introdução do trabalho) de cada uma das subáreas temáticas, e esses artigos foram lidos e analisados caso a caso. Buscando observar quais correntes teóricas foram utilizadas, bem como escolhas metodológicas e focos de cada uma das análises propostas. Para sistematizar essas informações, foi construída uma tabela na qual foram dispostos os dados referentes aos autores dos 45 artigos analisados, origem, área temática e corrente teórica.

De maneira geral, é fundamental compreender que a área de estudos das Relações Internacionais possui a tendência em focar sua metodologia em estudos de caso. O que resulta invariavelmente em fragmentações cada vez maiores de grandes temas, como é o caso da transição democrática na África do Sul, para destrinchar as menores peculiaridades e dinâmicas que envolvem esses casos. Dessa forma, no decorrer do processo de pesquisa e busca de lacunas e possíveis debates a serem explorados na temática da transição democrática na África do Sul percebeu-se uma significativa ausência de um ordenamento desses estudos, uma parada para observar o que foi estudado até aquele momento. De que forma esses trabalhos dialogam entre si? Que temáticas foram exploradas em maior nível? A fundamentação teórica desses trabalhos tem origem

em quais países? Existe produção acadêmica significativa da própria África do Sul? Foram questões que necessitavam de ordenamento, como um balanço necessário, para fundamentar próximos trabalhos e pesquisas acerca do tema.

Alguns pontos observados, que vão de encontro a tentativa de responder à pergunta central desta pesquisa, foram: 1. Existe uma significativa produção acadêmica originada na própria África do Sul, com relação ao caso específico são os acadêmicos sul africanos que lideram essa produção e com relação aos estudos sobre transição num geral, o país está entre os cinco maiores produtores mundiais; 2. Dentre os trabalhos analisados todos se enquadram em pelo menos uma das nove categorias identificadas aqui (elites políticas, geopolítica, bem-estar social, economia política, sociedade civil, estudos estratégicos, estado democrático, instituições democráticas e segurança); 3. Todos os artigos analisados aqui se enquadram no momento teórico denominado transitologia e consolidologia, pelo fato de debaterem os aspectos que contribuem para a estabilidade da democracia ou como as ações no período transitório impactam diretamente na realidade atual do país; 4. A corrente teórica nativista é a mais utilizada nesses trabalhos, seguida da teoria estruturalista e internacional; 5. As definições minimalistas da democracia acarretam uma limitação da democracia exclusivamente à esfera das intuições oficiais, e acaba desconsiderando a legitimidade das lutas travadas na esfera social, na busca por redefinição e reestruturação democráticas; 6. Todos os trabalhos de alguma forma buscam encontrar quais variáveis que consideram decisivas para o processo de transição no país, alguns fazem esse processo de maneira mais fundamentada que outros; 7. De forma geral os artigos apontam para o fato de que o modelo de democracia construído durante a transição democrática, nos moldes ocidentais, precisou funcionar naquele momento histórico, mas há alguns anos já demonstra falhas e rachaduras nessa estrutura; 8. A transição democrática na África do Sul foi tão bem sucedida por diversos fatores (partidos, figuras políticas, elites, sociedade civil etc), mas provavelmente não teria acontecido, do jeito que aconteceu, se não envolvesse interesses externos de potências mundiais que intervieram diretamente nesse processo.

Em 2013, Robert Inman escreveu em um artigo⁶⁵ que "a transição da África do Sul do apartheid para uma democracia verdadeiramente multirracial é um dos eventos

⁶⁵ INMAN, R.P., RUBINFELD, D.L. Understanding the democratic transition in South Africa (2013) American Law and Economics Review, 15 (1), pp. 1-38.

políticos mais significativos do século passado⁶⁶". Quase dez anos se passaram desde essa afirmação e ainda o país é alvo de pesquisas e comparações. Isso só demonstra a força que os eventos que aconteceram na África do Sul, e quão significativos são para os estudos sobre a democracia contemporânea. O trabalho aqui desenvolvido buscou dar um passo a mais em direção a compreensão de todas as variáveis e atores envolvidos em um dos momentos mais marcantes da história mundial do século XX.

O trabalho aqui desenvolvido esteve inserido numa agenda de pesquisa mais ampla, de estudos que buscam olhar para a realidade histórica e material dos eventos vividos pela humanidade e compreender os mecanismos que envolvem o processo democrático dentro das sociedades. Buscando aliar de forma síncrona uma análise qualitativa com quantitativa. Dessa forma, os métodos aqui empregados possibilitam a replicabilidade desse estudo, para outros casos específicos. Olhar a natureza, características e relações dos trabalhos que se empenham em compreender os fatores que envolvem a passagem de uma autocracia para uma democracia. Ficam abertas também novas oportunidades que podem ser exploradas mais afundo, em trabalhos futuros. Algumas possibilidades, como a chance de se debruçar para alguns fatos vistos no segundo capítulo, a pouca comunicação estabelecida entre os autores da temática. A ausência de uma base teórica mais "clássica" e basilar dos estudos sobre transição. E também analisar na íntegra os 154 artigos mapeados no presente trabalho. Acima de tudo, a análise proposta aqui buscou contribuir para o entendimento de um caso tão estudado e debatido, até os dias atuais. Uma tentativa de sistematização das produções acadêmicas sobre a transição democrática na África do Sul, com intuito de observar possíveis novos tópicos de discussão, mapear o comportamento dos artigos, áreas temáticas, natureza e origem de autores e base teórica.

⁶⁶ South Africa's transition from apartheid to a truly multi-racial democracy stands as one of the significant political events of the last century

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEN, C, LE PERE, G. South Africa in Africa: Bound to lead? (2009) **Politikon**, 36 (1), pp. 145-169.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ALOUI, C; HAMIDA, HB; HKIRI B. Democratic transition, political risk, economic instability, and tourist inflows: The case of Tunisia. **Tourism economics**, n 27, p 1157-1165, 2021.

Apartheid Museum. The Homelands. Disponível em: <https://www.apartheidmuseum.org/exhibitions/the-homelands>. Acesso em: 25 maio 2022.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de; KERBAUY, Sra Teresa Miceli. Estudos sobre Elites Políticas e Poder Local. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 11-40, mar. 2016. ISSN 0104-7094.

BADIE, B.; BERG-SCHLOSSER, D.; MORLINO, L. International Encyclopedia of Political Science Bertrand Badie. 2011.

BARCHIESI, F. Labour, neoliberalism and democratic politics in Nigeria and South Africa: A comparative overview (1997) Labour, **Capital and Society**, 30 (2), pp. 170-225.

BARKAN, J. D. Protracted transitions among Africa's new democracies. **Democratization**, v. 7, n. 3, p. 227-243, 2000.

BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. Writing narrative literature reviews. **Review of General Psychology**, v. 1, n. 3, p. 311-320, 1997.

BEALL, J.; GELB, S.; HASSIM, S. Fragile stability: State and society in democratic South Africa. **Journal of Southern African Studies**, v. 31, n. 4, p. 681-700, 2005.

BEALL, J., MKHIZE, S., VAWDA, S. Navigating tradition: Traditional authorities and governance in eThekweni Metropolitan Municipality, South Africa (2004) **International Development Planning Review**, 26 (4), pp. 457-476.

BERESFORD, A. Organised labour and the politics of class formation in post-apartheid South Africa (2012) **Review of African Political Economy**, 39 (134), pp. 569-589.

BERESFORD, A. A responsibility to protect Africa from the West South Africa and the NATO intervention in Libya (2015) **International Politics**, 52 (3), pp. 288-304.

BERESFORD, A., BERRY, M.E., MANN, L. Liberation movements and stalled democratic transitions: reproducing power in Rwanda and South Africa through productive liminality (2018) **Democratization**, 25 (7), pp. 1231-1250

BOND, P., 2000. Elite transition: from apartheid to neoliberalism in South Africa. London: Pluto Press.

BORZEL, T. A, Pathologies of Europeanisation: fighting corruption in the Southern Caucasus. **West European Politics**, v. 35, p 79-97, 2012.

CHARNEY, C. Civil society, political violence, and democratic transitions: Business and the peace process in South Africa, 1990 to 1994 (1999) **Comparative Studies in Society and History**, 41 (1), pp. 182-206.

COLLIER, David (Ed.). The New Authoritarianism in Latin America. Princeton, NJ: **Princeton University Press**, 1979.

COLLIER D. Shaping the Political Arena Critical Junctures the Labor Movement and Regime Dynamics in Latin America. Princeton: **Princeton University Press**, 1999.

CONNORS, M.K. The eclipse of consociationalism in South Africa's democratic transition (1996) **Democratization**, 3 (4), pp. 420-434

DAHL, Robert. Poliarchy: participation and opposition. New Haven: Yale University Press, 1971.

DEEGAN, H. A critical examination of the democratic transition in South Africa: The question of public participation (2002) **Commonwealth and Comparative Politics**, 40 (1), pp. 43-60.

DOBRY, M. M. Les voies incertaines de la transitologie : choix stratégiques , séquences historiques , bifurcations et processus de path dependence. **Revue française de science politique**, p. 585–614, 2000.

DU TOIT, A. Without the blanket of the land: agrarian change and biopolitics in pos-Apartheid South Africa (2018) **Journal of Peasant Studies**, 45 (5-6), pp. 1086-1107.

ELKLIT, J. Electoral institutional change and democratization: You can lead a horse to water, but you can't make it drink. **Democratization**, v. 6, n. 4, p. 28–51, 1999.

FAGUNDES, B. F. L. Matrices do pensamento culturalista: Tocqueville e Almond-Verba. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, , n. 74, p. 131–150, 2008. CEDEC. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000200006&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 27/8/2021.

FERREIRA, N. S. DE A. "As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257–272, 2002.

FILIPPI, N. Women's protests: gender, imprisonment and resistance in South Africa (Pollsmoor Prison, 1970s–90s) (2016) **Review of African Political Economy**, 43 (149), pp. 436-450.

GARRETÓN, M. A. A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. **Revista Lua Nova**, v. 27, 1992.

GIBBS, T. Mandela, Human Rights and the Making of South Africa's Transformative

- Constitution (2019) **Journal of Southern African Studies**, 45 (6), pp. 1131-1149.
- GIBSON, J.L. The contributions of truth to reconciliation: Lessons from South Africa (2006) **Journal of Conflict Resolution**, 50 (3), pp. 409-432.
- GLASER, D. South Africa and the limits of civil society. **Journal of Southern African Studies**, v. 23, n. 1, p. 5–25, 1997.
- GOUWS, A., SCHULZ-HERZENBERG, C. What's trust got to do with it? Measuring levels of political trust in South Africa 20 years after democratic transition (2016) **Politikon**, 43 (1), pp. 7-29
- GRAHAM, M. Coming in from the cold: The transitional executive council and South Africa's reintegration into the international community (2011) **Commonwealth and Comparative Politics**, 49 (3), pp. 359-378.
- GRAY, M. The progress of social development in South Africa. **International Journal of Social Welfare**, v. 15, n. SUPPL. 1, p. 53–64, 2006.
- GUILHOT, M. N.; SCHMITTER, M. P. C. De la transition à la consolidation . Une lecture rétrospective des democratization studies. **Revue française de science politique**, p. 615–632, 2000.
- HABIB, A.; PADAYACHEE, V. Economic policy and power relations in South Africa's transition to democracy. **World Development**, v. 28, n. 2, p. 245–263, 2000.
- HABIB, A. South Africa's foreign policy: Hegemonic aspirations, neoliberal orientations and global transformation (2009) **South African Journal of International Affairs**, 16 (2), pp. 143-159
- HASSIM, S. Not just Nelson's wife: Winnie Madikizela- Mandela, violence and radicalism in South Africa (2018) **Journal of Southern African Studies**, 44 (5), pp. 895-912.
- HORNSBY, D.J., van Heerden, O. South Africa-Canada relations: A case of middle power (non)cooperation? (2013) **Commonwealth and Comparative Politics**, 51 (2), pp. 153-172.
- HUNTINGTON, Samuel. 1994. A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática
- INMAN, R.P. RUBINFELD, D.L. Federal institutions and the democratic transition: Learning from South Africa (2012) **Journal of Law, Economics, and Organization**, 28 (4), pp. 783-817.
- INMAN, R.P., RUBINFELD, D.L. Understanding the democratic transition in South Africa (2013) **American Law and Economics Review**, 15 (1), pp. 1-38.
- JUNG, C., LUST-OKAR, E., SHAPIRO, I. Problems and prospects for democratic settlements: South Africa as a model for the middle east and Northern Ireland? (2005) **Politics and Society**, 33 (2), pp. 277-326.

- LANE, J.-E., ERSSON, S. The probability of democratic success in South Africa (1997) **Democratization**, 4 (4), pp. 1-15.
- LINZ, Juan & STEPAN, Alfred, Problems of Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, South America and Post-Communist Europe. Baltimore: **The Johns Hopkins University Press**, 1996
- LIMA, B. P. DE; SÁ, T. M. DE. As teorias da transição para a democracia; a dimensão internacional da teoria da transição para a democracia; **Relações Internacionais**, v. setembro, n. 07, p. 127–144, 2005.
- LINZ, Juan & STEPAN, Alfred – Problems of Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, South America and Post- Communist Europe. Baltimore: **The Johns Hopkins University Press**, 1996.
- LIPSET, Seymour. Political Man: the social bases of politics Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.
- KING, B.H. Placing Kangwane in the new South Africa (2006) **Geographical Review**, 96 (1), pp. 79-96.
- MAY, J., METH, C. Dualism or underdevelopment in South Africa: What does a quantitative assessment of poverty, inequality and employment reveal? (2007) **Development Southern Africa**, 24 (2), pp. 271-287.
- MIETZNER, M. Indonesia's democratic stagnation: anti-reformist elites and resilient civil society. **Democratization**, v. 19, p 209-229, 2012.
- MINGERS, J.; LEYDESDORFF, L. A review of theory and practice in scientometrics. **European Journal of Operational Research**, v. 246, n. 1, p. 1–19, 2015. Elsevier Ltd.
- MOGHADAM, V.; WILFORD, R.; MILLER, R. L. Women, Ethnicity and Nationalism: **The Politics of Transition**. 2000.
- MØLLER, V. DICKOW, H. The role of quality of life surveys in managing change in democratic transitions: The South African case (2002) **Social Indicators Research**, 58 (1-3), pp. 267-292.
- MONCLAIRE, S. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, p. 61–74, 2001.
- MOORE, B. As origens sociais da ditadura e da democracia. 1967.
- MUNCK, G. L. Una Revisión De Los Estudios Sobre La Democracia : Temáticas , Conclusiones , Desafíos. **Desarrollo económico**, v. 41, n. 164, p. 579–609, 2002.
- NEL, E. ROGERSON, C.M. Evolving Local Economic Development Policy and Practice in South Africa with Special Reference to Smaller Urban Centres (2007) **Urban Forum**, 18 (2), pp. 1-11.
- NUN, J. Y ESTRATEGIAS DE DESARROLLO. XV Congresso Mundial, **Associação Internacional de Ciência Política**, , n. 3, p. 7–17, 1991.

- O'DONNELL, G. A.; SCHMITTER, P. C. Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies. 1986.
- OKEKE-IHEJIRIKA, P. E.; FRANCESCHET, S. Democratization and State Feminism : Gender Politics in Africa and Latin America. , v. 33, n. 3, p. 439–466, 2002.
- OSAGHAE, E.E. The global and regional contexts of south africa 's democratic transition (1996) **Politikon**, 23 (2), pp. 36-53.
- PARET, M. Resistance within South Africa's Passive Revolution: from Racial Inclusion to Fractured Militancy. *Int J Polit Cult Soc* (2021).
- PILLAY, D. Holding the centre: Workers and 'popular-democratic' politics in South Africa (2008) **Journal of Asian and African Studies**, 43 (3), pp. 279-305.
- POULANTZAS, Nicos – The Crisis of Dictatorship: Portugal, Greece and Spain. Londres: NLB, 1976
- PRZEWORSKI, Adam et al. (1995), Sustainable Democracy (Cambridge: Cambridge University Press)
- PRZEWORSKI, A.. 2019. Crises da Democracia. Rio de Janeiro: Zahar.
- PRZEWORSKI, A.,ALVAREZ, M, CHEIBUB, A., LIMONGI F., Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950–1990. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2000.
- PRZEWORSKI, Democracy and the Limits of Self-Government. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2010.
- RAMAPHOSA, C. Swords into ploughshares: The challenge of effective governance in a democratic South Africa (1996) **International Journal of Public Sector Management**, 9 (1), pp. 17-24.
- RIEDL, R. Authoritarian Origins of Democratic Party Systems in Africa. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2014.
- ROBINSON, J. The geopolitics of South African cities: States, citizens, territory. **Political Geography**, v. 16, n. 5, p. 365–386, 1997.
- ROBREDO, J., CUNHA, M. de B. (1998). Aplicação de técnicas infométricas para identificar a abrangência do léxico básico que caracteriza os processos de indexação e recuperação da informação. **Ci. Inf.Brasília**, v. 27, n. 1, p. 11-27.
- ROGERSON, C.M. Local economic development in South Africa: Strategic challenges (2010) **Development Southern Africa**, 27 (4), pp. 481-495.
- RØREN, P., BEAUMONT, P. Grading greatness: evaluating the status performance of the BRICS (2019) **Third World Quarterly**, 40 (3), pp. 429-450.
- RUDZIT, G; "O debate teórico em segurança internacional Mudanças frente ao terrorismo?" (2005), **Civitas**, 5 (2), pp. 297- 323.

RUSTOW, D. A. Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model. **Comparative Politics**, v. 2, n. 3, p. 337–363, 1970.

SCHMITTER, Philippe C. Dangers and Dilemmas of Democracy. **Journal of Democracy**, v.5, n.2, p.57-74, April 1994.

SCHRAEDER, P.J. South Africa's foreign policy from international pariah to leader of the African renaissance (2001) **Round Table**, (359), pp. 229-243.

SEIDMAN, G. W. “No Freedom without the Women”: Mobilization and Gender in South Africa, 1970-1992. Signs: **Journal of Women in Culture and Society**, v. 18, n. 2, p. 291–320, 1993.

SEIDMAN, G. The democratic transition in South Africa: Building a new nation and gender of the state [La transition démocratique en Afrique du Sud: Construction d'une nouvelle nation et genre de l'État] (2000) *Clio: Histoire, Femmes et Sociétés*.

SEIDMAN, G.W. Gendered citizenship: South Africa's democratic transition and the construction of a gendered state (1999) **Gender and Society**, 13 (3), pp. 287-307.

SELEMELA, P., DU PLESSIS, D.J. A Comparative Analysis of Urban Growth and Development in Traditional Authority and Non-traditional Areas: the Case of Rustenburg and Mahikeng Municipalities in the North West Province, South Africa (2016) **Urban Forum**, 27 (4), pp. 433-446.

SEO, S.-H. Macro-Structural Factors for Democratization in South Africa: Racial and Ethnic Cleavages in Apartheid Period (2010) **International Area Studies Review**, 13 (1), pp. 127-154.

SKAAR, E. Truth commissions, trials - or nothing? Policy options in democratic transitions. **Third World Quarterly**, v. 20, n. 6, p. 1109–1128, 1999.

SMITH, N.R. Rejecting rights: Vigilantism and violence in post-apartheid South Africa (2015) **African Affairs**, 114 (456), pp. 341-360.

SOUTHERN, N. Political opposition and the challenges of a dominant party system: The democratic alliance in South Africa (2011) **Journal of Contemporary African Studies**, 29 (3), pp. 281-298.

STANLEY, E. Evaluating the truth and reconciliation commission. **Journal of Modern African Studies**, v. 39, n. 3, p. 525–546, 2001.

STEINBERG, J. Crime prevention goes abroad: Policy transfer and policing in post-apartheid South Africa (2011) **Theoretical Criminology**, 15 (4), pp. 349-364.

THORESON, R. Beyond equality: The post-apartheid counternarrative of trans and intersex movements in South Africa (2013) **African Affairs**, 112 (449), art. no. adt043, pp. 646-665.

VALEIRÃO, K. "Paula-Michel Foucault: o conceito de Biopolítica" (2013), Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da UFPEL.

VAN ECK, N.J., & Waltman, L. (2014). Visualizing bibliometric networks. In Y. Ding, R. Rousseau, & D. Wolfram (Eds.), **Measuring scholarly impact: Methods and practice** (pp. 285-320).

VAN ECK, N.J., & Waltman, L. (2011). Text mining and visualization using VOSviewer. *ISSI Newsletter*, 7(3), 50-54.

VAN ECK, N.J., & Waltman, L. (2010). Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics*, 84(2), 523-538.

VAN HAUTE, E., Paulis, E., & Sierens, V. (2018). Assessing party membership figures: the mapp dataset. *European Political Science*, 17(3), 366–377.

VAN WYK, J.-A. From apartheid to Ubuntu: Transition, transaction and transformation in South Africa's post-apartheid foreign ministry (2019) **South African Journal of International Affairs**, 26 (3), pp. 413-434

VISSER, W. "From RDP to gear to post-polokwane". the ANC and the provision of social security for post-apartheid South Africa (2009) **Social Work**, 45 (3), pp. 225-240

VISENTINI, P.; PEREIRA, A. África do Sul, história, estado e sociedade. 2010.

VITULLO, G. E. "Além da transitologia e da consolidologia : um estudo da democracia argentina realmente existente Além da transitologia e da consolidologia : um estudo da democracia argentina realmente existente", 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VITULLO, G. E. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, p. 53–60, 2001.

VON HOLDT, K. Transition vers la démocratie violente en Afrique du Sud. **Review of African Political Economy**, v. 40, n. 138, p. 589–604, 2013. Taylor & Francis.

VON HOLDT, K. South Africa: the transition to violent democracy [Transition vers la démocratie violente en Afrique du Sud] (2013) **Review of African Political Economy**, 40 (138), pp. 589-604

WALSH, D. M. Does the Quality of Democracy Matter for Women ' s Rights ? Just Debate and Democratic Transition in Chile and South Africa, 2012.

WALTMAN, L., Van Eck, N.J., & Noyons, E.C.M. (2010). A unified approach to mapping and clustering of bibliometric networks. **Journal of Informetrics**, 4(4), 629-635.

WAYLEN, G. Women's mobilization and gender outcomes in transitions to democracy: The case of South Africa. **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 5, p. 521–546, 2007.

WHITEHEAD, L. The International Dimensions of Democratization : Europe and the Americas: Europe and the Americas. 2001

WILLIAMS, P.; TAYLOR, I. Neoliberalism and the political economy of the “new”

South Africa. *New Political Economy*, v. 5, n. 1, p. 21–40, 2000.

WILLIS, J. (2013). *Chieftaincy*. *Oxford Handbooks Online*. pp 1-19

ZUPIC, I.; ČATER, T. Bibliometric Methods in Management and Organization. *Organizational Research Methods*, v. 18, n. 3, p. 429–472, 2015.